

Encontro Nacional do PCP
sobre a organização do Partido junto dos trabalhadores

Um Partido revolucionário



Reforçar a ligação do Partido aos trabalhadores é o principal objectivo do Encontro Nacional sobre a acção e organização do PCP nas empresas e locais de trabalho, que vai realizar-se nos próximos dias 19 e 20 de Outubro.

Pág. 5

Batasuna

Contra a ilegalização

O processo de ilegalização do Batasuna está a provocar uma ampla e viva oposição e a suscitar inquietações que ultrapassam as fronteiras do país vizinho.

Pág. 15

Iraque

EUA insistem no ataque

Apesar do Iraque ter aceite o regresso dos inspectores de desarmamento da ONU, os Estados Unidos insistem na «necessidade» do ataque.

Págs. 3, 15, 24, 25 e 26

Regresso ao passado

França revoga as 35 horas

A direita francesa, no poder, preparava-se ontem para fazer aprovar uma lei que pretende revogar, na prática, a jornada das 35 horas semanais.

Pág. 12

Próximo número

edição especial

O «Código do Trabalho», bem como outra legislação da iniciativa do Governo PSD/PP, constitui um dos mais graves atentados de sempre aos direitos dos trabalhadores e exige uma resposta firme. O PCP, assumindo o seu papel no arranque deste processo de luta, promove uma edição especial do *Avante!*, no próximo dia 26 de Setembro, que integrará um tratamento desenvolvido destas questões. O nosso jornal, com uma tiragem elevada, será vendido na rua, à porta e no interior das empresas e locais de trabalho por brigadas de comunistas, mobilizando os trabalhadores para as lutas que aí estão.





Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:

avante.pcp@mail.telepac.pt

Web:

http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's

Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44.90 euros

25 números: 4 600\$00
23.00 euros

EUROPA

50 números: 23 000\$00
114.75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Maquinistas da Fertagus continuam a luta por melhores condições de trabalho

Resumo

11 Quarta-feira

O PCP exige que Durão Barroso vá à Assembleia da República explicar os contornos das demissões na PJ e que o ministro Paulo Portas esclareça os deputados sobre o seu envolvimento no caso da Universidade Moderna • A RTP inicia um processo de redução de pessoal com o objectivo de dispensar, até ao final deste ano, entre 700 e mil funcionários da estação • O emissário europeu para o Médio Oriente, Miguel Angel Moratinos, afirma que a «Liga Árabe reagirá muito fortemente» a um ataque contra o Iraque • Uma coluna de tanques do Exército israelita realiza uma incursão na Faixa de Gaza • O Exército israelita realiza duas incursões na Faixa de Gaza com o objectivo de encontrar palestinianos «implicados» em ataques contra Israel.

12 Quinta-feira

O PCP anuncia que vai marcar para Outubro uma interpelação ao Governo para o confrontar com o «gigantesco retrocesso civilizacional» que se prepara com as alterações propostas à legislação laboral • A oposição CDU e o PS na Câmara Municipal de Sintra chumbam uma proposta da presidência para aumentar de 1 para 1,1 por cento a taxa de contribuição autárquica • A GNR é obrigada a cancelar, por falta de dinheiro, a incorporação de mais de 1100 homens, que estavam destinados a reforçar o patrulhamento policial nas ruas • O líder da Coreia do Norte, Kim Jong Il, aceita a entrada no país de inspectores internacionais de armamento nuclear a propósito da histórica cimeira bilateral que terá com o primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi.

13 Sexta-feira

O vice-primeiro-ministro iraquiano, Tarek Aziz, considera que o discurso que George W. Bush pronunciou ante a Assembleia Geral da ONU está pejado de «mentiras e efabulações» que o Iraque rejeita • Um palestiniano é assassinado na sequência de disparos efectuados por soldados israelitas após uma incursão do exército de Israel à zona autónoma de Rafah • O primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, pede ao presidente norte-americano, George W. Bush, que seja paciente e coopere com os outros países antes de se lançar num ataque contra o Iraque.

14 Sábado

Os maquinistas da Fertagus decidem prolongar até dia 1 de Outubro a greve parcial por melhores condições de trabalho • Cerca de 50 mil manifestantes independentistas bascos desfilam em Bilbao contra a suspensão da Batas-

na • Cerca de 250 mil pessoas participam em Roma numa manifestação contra a política de Silvio Berlusconi, acusado de «legislar à sua medida», para evitar os processos judiciais em que está implicado • Em duas cidades alemãs, Friburgo e Potsdam, mais de 11 mil pessoas manifestam-se contra as marchas do partido neonazi NPD.

15 Domingo

A Associação dos Profissionais da Guarda alerta para um «profundo descontentamento» na GNR, nomeadamente devido ao adiamento de promoções e transferências arbitrárias • As tropas indianas e paquistanesas trocam tiros ao longo da linha de demarcação do Estado de Caxemira na véspera do início do escrutínio eleitoral na parte indiana • A coligação de esquerda vence as eleições legislativas da Suécia • Cerca de 150 imigrantes clandestinos ocupam a igreja Saint Ambroise, em Paris, para reclamarem a regularização dos ilegais residentes em França • Um polícia é morto durante um ataque à caravana da ministra regional do Turismo da Caxemira indiana.

16 Segunda-feira

No dia em que milhares de alunos iniciam mais um ano lectivo, o PCP critica os «elevados aumentos dos preços dos manuais e material escolar em geral» • A Fenprof acusa o Ministério da Educação de nada fazer para resolver a questão do desemprego dos professores e de não encontrar um consenso para resolver o problema • Mais de 10 mil cidadãos ucranianos desfilam nas ruas da cidade de Kiev para pedir a demissão do presidente Leonid Kuchma, acusado de corrupção e autoritarismo • Um palestiniano é assassinado na Faixa de Gaza por soldados israelitas num controlo militar, próximo da aldeia de Deir El-Ballah • A Grécia recusa participar nas operações militares contra o Iraque, mesmo que sejam legitimadas por uma resolução das Nações Unidas.

17 Terça-feira

Uma dezena de desempregadas da fábrica de confeções Vestus, em Santa Marta de Corroios, Seixal, entrega uma carta ao primeiro-ministro, Durão Barroso, alertando-o para a sua situação • O Iraque autoriza o regresso incondicional dos inspectores de desarmamento da ONU • Um dos antigos inspectores de armamento das Nações Unidas no Iraque, o australiano Michael Bettega, afirma «ser pouco provável» que o regime de Bagdad tenha armas de destruição maciça • O primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, e o líder norte-coreano, Kim Jong Il, decidem reatar as conversações que visam normalizar as relações entre os dois países.

Aconteceu

Protestos no início do ano lectivo

O ano lectivo começou esta segunda-feira. O primeiro dia de aulas ficou marcado por diversos protestos, nomeadamente contra o encerramento de escolas com menos de dez alunos e contra o alargamento do calendário do pré-escolar.

Entretanto, a Federação Nacional do Ensino e Investigação anunciou, na passada semana,

que vai apresentar na Justiça um pedido de impugnação para o calendário do pré-escolar.

David Justino, ministro da Educação, reagiu dizendo que num país democrático as coisas funcionam assim, «portanto é um direito que as pessoas têm (...). Agora sempre quero ver qual vai ser o resultado desse pedido».

Excesso de ozono

Matosinhos, Maia e Vila do Conde foram os concelhos que, na passada semana, registaram uma concentração de ozono superior aos limites. Os níveis normais foram ultrapassados nas estações de medição da qualidade do ar de Custóia, Leça do Balio, Perafita, Vila do Conde, Vermoim e Vila Nova da Telha.

Como se impunha, a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território teve que dar uma informação ao público. Recorde-se que a partir de um certo limite, o ozono pode provocar efeitos na saúde humana, mesmo em caso de exposições de curta duração.

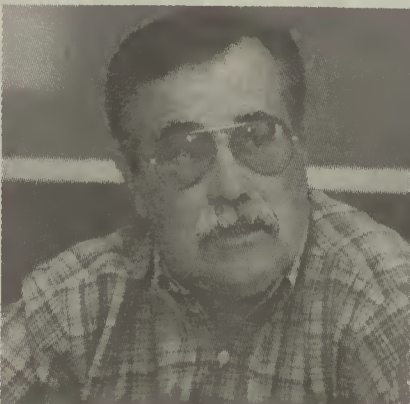
O ozono é um poderoso oxidante que pode provocar problemas respiratórios e irritações nos olhos e garganta, atingindo particularmente grupos sensíveis como crianças e idosos.

Artur Malheiro

Faleceu, no passado dia 5 de Setembro, o camarada Artur Malheiro, membro da célula da EDP/ Lisboa e do Organismo de Direcção do SCAE (ex-Sector Público) onde assumiu as mais altas responsabilidades. Foi também membro do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa.

Teve uma activa e destacada participação na CT da EDP, na Coordenadora das CT's do grupo EDP e na CIL. Tanto nestas estruturas como a nível sindical, em particular na FSTIEP, deu um contributo decisivo na luta dos trabalhadores da EDP pela conquista de direitos e regalias sociais e na constituição da EDP - Empresa Pública.

A participação, o estudo e o conhecimento dos problemas, a generosidade, a camaradagem e as suas sólidas convicções comunistas marcaram a sua conduta ao longo da vida, deixando marcas indeléveis na vida e na história do sector público da economia.



Agentes da GNR não sobem na carreira

As promoções de cerca de 10 mil militares da Guarda Nacional Republicana foram congeladas na sequência da política de contenção seguida pelo Governo, numa medida de que os militares não foram informados.

As alterações foram autorizadas com a publicação de um Decreto-Lei, que define prazos para o cumprimento para a distribuição por lugares de armas e serviços. O descontentamento dos guardas já se fez sentir, através da Associação dos Profissionais da Guarda (APG) que, em comunicado, alertou para o facto de estar agendada para esta semana a transferência de 1200

profissionais, sem ter ocorrido a respectiva progressão, o que justificaria a medida.

Apesar de alguns militares terem concluído cursos que permitem a progressão, não foi feita qualquer alteração no seu estatuto hierárquico.

«O Comando-Geral da Guarda divulgou uma mensagem em Abril a referir que, o mais tardar em Maio, os cabos que tinham tirado o curso iriam ser promovidos e se ainda não o tinham sido não era por dificuldades financeiras, mas sim por questões processuais», disse a APG, em comunicado, na passada semana.

Deficiproduct: um exemplo para as outras empresas

Em Maceda, Ovar, existe uma empresa onde a maioria dos trabalhadores são cidadãos portadores de deficiências. O próprio proprietário, Aristides Santos, de 38 anos, é paraplégico.

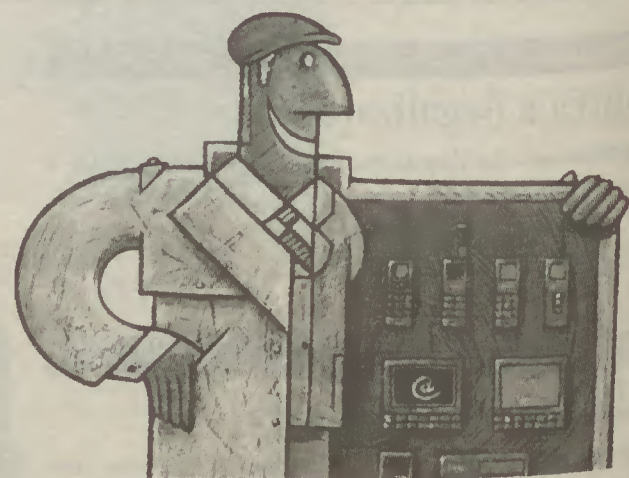
A Deficiproduct - Artesanato, Produção e Comércio por Deficientes, Lda emprega 31 pessoas, 18 das quais por-

tadores de deficiências. A empresa foi lançada por Aristides Santos e produz marroquinaria, porta-chaves, estojos, t-shirts e bonés.

A empresa tem um protocolo com a Associação de Paralisia Cerebral, comprometendo-se o proprietário a mostrar os bons níveis de produtividade, dando trabalho a

portadores de deficiências.

«Aos visitantes-empresários mostramos o exemplo prático das vantagens de empregar deficientes. Desde que colocados no posto certo e devidamente ensinados, são tão produtivos como quaisquer outros funcionários», disse o proprietário, esta semana, em declarações à Lusa.



Telecomunicações: crime económico

A Polícia Judiciária desmantelou, sexta-feira, uma rede que se dedicava a diversas operações ilegais relacionadas com o crime económico e causou prejuízos de milhões de euros na área das telecomunicações, apurou a Lusa junto de fonte ligada ao processo.

A operação policial, que foi conduzida pela Direcção Central de Investigação e Combate ao Crime Económico e Financeiro, culminou na detenção de seis pessoas.

Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Iraque

O que está em causa?

Está em curso uma intensa campanha internacional de preparação ideológica, política e psicológica para mais uma guerra imperialista. Importa dizer algumas palavras sobre os argumentos utilizados para justificar a nova guerra contra o Iraque e sobre o real motivo de tal decisão.

Uma das questões mais referidas por Bush e Blair é o perigo do Iraque deter hoje armas de destruição maciça. É sabido que o Iraque já utilizou armas químicas. Foram produzidas e utilizadas com o apoio dos EUA e com matérias-primas importadas de empresas químicas norte-americanas autorizadas, como afirma a revista Newsweek desta semana. Mas o Iraque encontra-se desde o cessar-fogo da guerra do golfo em 91 debaixo de um cerrado bloqueio económico que tem destruído toda a sua estrutura económica e infra-estruturas; tem estado sujeito às chamadas zonas de exclusão de voo desde 91, patrulhadas intensamente por americanos e britânicos; viu o seu potencial bélico reduzido ao mínimo na guerra de 91, na operação «raposa do deserto» de 98 e nos sucessivos e quase diários bombardeamentos desde 98 até aos nossos dias.

Isto mesmo foi dito pelo republicano William Cohen, secretário da Defesa norte-americana da administração Clinton, que afirmou em Janeiro de 2001 na passagem de pasta para a administração Bush que o Iraque utiliza 90% das receitas do petróleo para comprar alimentos, medicamentos e material não militar, concluindo: «As forças de Saddam Hussein estão num estado que não representam qualquer perigo para os seus vizinhos.»

“Os EUA insistem no projecto de invasão e ocupação do Iraque”

A questão das armas de destruição maciça é uma questão que a todos deve preocupar. Por isso mesmo como é possível ignorar que os EUA são o único país do mundo que já usou bombas atómicas, matando centenas de milhar de civis inocentes? Que utilizaram o Agente Laranja e Napalm no Vietname e as «cluster bombs» e munições de urânio empobrecido na Jugoslá-

via e no Afeganistão? Como esquecer Israel, que detém um potencial nuclear superior ao de qualquer membro europeu da NATO? Como esquecer as armas biológicas que os EUA estão a produzir, como ficou patente há pouco tempo com o caso do Antraz, proveniente exactamente... dos laboratórios militares dos EUA?

Outro dos argumentos utilizados é a presença dos inspectores da ONU em território iraquiano. Além de variados «casos» relacionados com inspectores que estiveram no Iraque até 98 em actividades de espionagem a favor dos EUA e Israel que demonstram a hipocrisia dos EUA, e não esquecendo o carácter criminoso do bloqueio imposto não a Saddam mas ao povo iraquiano, importa lembrar a história. Foi em 14 de Dezembro de 98 que os inspectores saíram por decisão própria dos EUA para dar lugar a um novo ataque militar. A 17 de Dezembro iniciava-se a operação «raposa do deserto». Desde então o regime iraquiano tentou negociar a entrada dos inspectores da ONU em troca do fim do bloqueio. Agora aceita a entrada incondicional desses mesmo inspectores. Mesmo assim, os EUA insistem no projecto de invasão e ocupação do Iraque.

Bush, Blair e Barroso fazem agora a defesa da «espinha dorsal das Nações Unidas», do cumprimento das resoluções da ONU. Hipocrisia levada ao extremo! São os EUA e seus aliados que fazem ouvidos moucos das resoluções da ONU relativamente à Palestina ou ao Sahara Ocidental (só para dar dois exemplos). São os EUA que afirmam agir militarmente contra países soberanos independentemente das posições da ONU. São os EUA que mais dívidas têm para com a ONU. São os EUA e Israel que boicotam conferências como as de Durban ou Joanesburgo. Vêm agora exaltar o papel da ONU?

O que está verdadeiramente em causa não são os fantasmas que Bush e seus fiéis discípulos (como o Governo português num vergonhoso acto de submissão) tentam injectar na opinião pública internacional. O que está em causa com a guerra no Iraque é a vontade dos círculos dirigentes dos EUA de controlar o país com as segundas maiores reservas de petróleo do mundo; a necessidade de criar um Estado completamente controlado pelos EUA na zona do Médio Oriente para promover as ambições de hegemonia global norte-americanas. O que está em causa é a necessidade de alimentar o gigantesco complexo industrial militar dos EUA com mais um conflito!

É contra isto que todos nos teremos que mobilizar. Apostando nesta fase no esclarecimento e preparando-nos num futuro próximo para intensas mobilizações pela paz. Só assim se poderá defender verdadeiramente os interesses do povo iraquiano que sofre com o bloqueio económico que já causou a morte a mais de milhar e meio de iraquianos. Só assim se poderá defender os interesses de toda a Humanidade.

Editorial

ISTO ANDA TUDO LIGADO

Sejamos claros: o governo dos Estados Unidos da América ultima os preparativos para mais uma matança de milhares de homens, mulheres e crianças iraquianas. Fá-lo-á, como é seu hábito, invocando em palavras a liberdade, a democracia, os direitos humanos, a luta contra o terrorismo – mas, de facto, em violação brutal e frontal de tudo o que apregoa. Fá-lo-á, como também é hábito, na sequência de um processo de captação de apoios internacionais, processo que nada tem de original – como estava previsto, os aliados renitentes, após o habitual folclore da enunciação das dívidas e das reservas, têm vindo a ser progressivamente conquistados: ontem um, hoje outro, amanhã todos... como o «Avante!» previu há umas semanas.

A decisão está tomada. Aliás, foi tomada no âmbito de um plano elaborado fria e desumanamente e que, com a mesma frieza e desumanidade, será executado: o Iraque será bombardeado, milhares de pessoas inocentes serão massacradas, a dor e o sofrimento multiplicar-se-ão para o martirizado povo iraquiano – e os

“Os elogios de Bush parecem ter deixado Barroso feliz e satisfeito”

Estados Unidos ficarão, provavelmente, na posse das reservas de petróleo do Iraque (as mais ricas da região, como se sabe). Isto se as coisas correrem de acordo com os objectivos do Império. E bom seria – para a democracia, para a liberdade, para os direitos humanos, para a Humanidade – que assim não fosse.

A cedência por parte do Iraque em relação à entrada de observadores da ONU no país, cuja recusa era, ontem, apresentada como justificação primeira para os bombardeamentos, aparece, hoje, desvalorizada e insignificante. Na verdade, não há cedências capazes de saciar a ambição imperial de domínio do Mundo e a concretização dessa ambição passa pela exibição e aplicação da força bruta, da destruição, do horror. O Império precisa de exibir a sua força e de mostrar ao Mundo os efeitos dessa força: a destruição, o sangue, a morte, a barbárie que constituem o seu alimento essencial.

O Big Brother definiu o «eixo do mal» e pôs em marcha a poderosa máquina de guerra imperial: a matança está prestes a concretizar-se.

Signa de registo, de lamento, de protesto e de rejeição democrática é a tomada de posição do Governo português, apoiando servil e inequivocamente um ataque dos Estados Unidos ao Iraque. Ou seja, e sejamos claros mais uma vez, apoiando a matança e tornando-se, assim, co-responsável do previsível massacre de milhares de pessoas. Tal posição, nos moldes em que foi tomada, envergonha Portugal

e os portugueses – e mereceu, naturalmente, os elogios do presidente dos Estados Unidos. Os elogios de Bush que, vindos de quem vêm, fariam corar qualquer cidadão com um mínimo de bom senso, parecem ter deixado Barroso feliz e satisfeito...

Dizem os jornais que, aquando da sua recente deslocação a Nova Iorque, Durão Barroso, horrorizado «com fotografias arrepiantes de execuções em campos de futebol» praticadas pelo regime talibã, comentou: «É engraçado que em Portugal os progressistas de esquerda não se revoltam com isto.»

Dando de barato a bizarra (para não dizer outra coisa) utilização do vocábulo «engraçado» por parte do Primeiro-Ministro, o comentário exige algumas observações. Para avivar a memória de Durão Barroso, lembrando-lhe que, na verdade, houve «progressistas de esquerda» que se revoltaram com tais atrocidades talibãs, que as denunciaram e contra elas protestaram. É natural que o Primeiro-Ministro não se tenha apercebido disso: é que, durante muito tempo, os talibã foram os *meninos bonitos* dos EUA e, portanto, os crimes por eles cometidos eram vistos, pelos EUA (e, logo, por Durão Barroso) como crimes democráticos...

Assim foi, também, com Saddam Hussein: enquanto, facínora e tirano, cometia crimes ao serviço do Império não lhe faltavam apoios, aplausos e atestados de *democrata de lei*. A partir do momento em que, sempre facínora e tirano, passou a criminoso por conta própria, os apoios, os aplausos e os atestados transformaram-se em toneladas de bombas que roubam a vida a centenas de milhar de iraquianos.

O apoio do Governo Barroso/Portas ao morticínio no Iraque não está desligado, na sua essência, da política interna praticada pelo actual Governo. Bem pelo contrário. Isto anda tudo ligado e na base desse apoio e dessa política, está sempre um concreto conteúdo de classe. Há uma óbvia e sinistra coerência entre o apoio incondicional aos bombardeamentos do Iraque e, por exemplo, a prossecução da política de direita levada a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP – a política de classe, ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e frontalmente contrária aos interesses e direitos dos trabalhadores. O chamado «Código do Trabalho», outra coisa não é senão um brutal atentado terrorista contra os trabalhadores portugueses e que, a ser levado por diante, se traduziria numa autêntica matança de direitos arduamente conquistados. Despedimentos sem justa causa; padrões transformados em donos da vida profissional, social, familiar e privada dos trabalhadores, decidindo como, quando e quantas horas trabalham; agressão brutal aos jovens e às mulheres pela via da eternização dos vínculos de trabalho precários e dos salários parciais; liquidação de direitos consagrados nos contratos colectivos; limitação, ou mesmo proibição do direito à greve... – eis algumas das bombas que o Governo se prepara para lançar sobre os trabalhadores portugueses. A que estes responderão com as armas que têm na mão: lutando e recorrendo, nessa luta, a todos os meios legais de que dispõem. Para vencer.

Actual

No passado dia 10 foi criada a Associação de Amizade Portugal-EUA. Trata-se de uma associação «aberta a todas as pessoas que não apoiem organizações terroristas», informa o presidente da dita, António Rebelo de Sousa (ARS), o qual acrescenta: «Por isso é que ficaríamos surpreendidos se fôssemos contactados por alguma pessoa que seja comunista. Seria mesmo estranho se tal sucedesse.» Das afirmações de ARS, infere-se que o homem considera que os comunistas apoiam organizações terroristas – acusação que, na melhor das hipóteses, decorre de uma monumental ignorância e, na hipótese mais provável, constitui uma monumental provocação.

Mas deixemos a aboborar o esclarecimento sobre essa questão e tranquilizemos, desde já, o homem garantindo-lhe que nenhum comunista contactará a recém-nascida Associação. Por razões várias, a primeira das quais se resume em meia dúzia de palavras:

Terrorismo

• José Casanova

nenhum comunista integrará uma associação que, como é o caso da recém-criada Associação de ARS, visa apoiar, de facto, o maior centro de terrorismo do Planeta. E anote-se que, como a História mostra, o imperialismo norte-americano está, directa ou indirectamente, na origem das mais cruéis acções terroristas levadas à prática.

Esclareçamos, agora, ARS: os comunistas portugueses e o seu partido, o PCP, sempre estiveram, de facto, contra o terrorismo, quer ele se apresente disfarçado de «esquerda» (para, assim, melhor servir os interesses da direita), quer ele vista as suas naturais vestes de direita e extrema-direita. Ou seja: a condenação do terrorismo é, para os comunistas, uma questão de princípio. Ponto final.

Aproveitamos, ainda, para refrescar a memória de ARS: o PCP é, não por acaso mas por efeito dessa sua constante e coerente postura antiterrorista, o único partido nacional que tem auto-

ridade moral para falar assim sobre esta matéria. Acresce que, a dada altura, os comunistas portugueses foram, como ARS bem sabe, alvos preferenciais da acção terrorista levada a cabo pelo ELP, pelo MDLP e quejandos. E, sempre com o objectivo de avivar memórias, aqui se lembra que as supracitadas organizações terroristas beneficiaram, então, de apoios explícitos e implícitos dos partidos que ARS aceita na sua Associação e que vão «desde o PS ao CDS» (passando pelo PSD, deduz-se)...

Está, pois, a Associação de ARS bem servida de aderentes – neste tempo em que, em nome de um pretensu antiterrorismo, se apoia e defende o terrorismo praticado a uma escala jamais vista na história da Humanidade.



Frases

“Com razão ou sem ela, [no “caso Moderna”] estarão também sob escrutínio público a ministra da Justiça e o director da PJ. Numa altura em que parte da população volta a desconfiar da vontade governativa em combater a criminalidade “de colarinho branco”, o desenrolar do mais mediático processo dos últimos anos deverá ser, assim, o espelho da própria saúde da Justiça e dos seus protagonistas.”

(Ricardo Dias Felner, Público, 16.09.02)

“O que é verdade é que o sistema tem sido indecorosamente selectivo na sua actividade de investigar, acusar e julgar. Não se trata dos juizes, trata-se de uma cultura muito difusa que envolve magistrados, polícias de investigação criminal, funcionários em cujos termos as “pessoas importantes” não podem ser tratadas da mesma forma que o cidadão vulgar. E esta é uma faceta da cultura autoritária pré-democrática que ainda hoje domina em toda a administração pública.”

(Boaventura de Sousa Santos, idem)

“Uma das áreas onde mais perigosamente se manifesta a ineficácia do sistema judicial é no combate à criminalidade complexa. Por laxismo, por negligência, temos assistido à prescrição de muitos desses processos. A verdade é que não foram tomadas medidas que permitam defender o sistema judicial da manipulação processual por parte dos poderosos.”

(Idem, ibidem)

“Berlusconi é o exemplo acabado de como pode um Estado ser dominado por um poder mafioso. É em si a tragédia italiana contemporânea (...) Nas ditaduras normalmente não se faz muito melhor, apenas com a diferença que a par da manipulação das leis há sempre o conforto da protecção das espingardas e das mais apuradas técnicas de tortura.”

(Eduardo Dâmaso, idem)

“[Paulo] Portas tem que perceber que falar em verso, ou ameaçar jornais com processos absurdos não vai fazer com que o assunto da Moderna desapareça. Porque milhão de contos rima com tontos. E já dizia o conselheiro Gama Torres: “Os senhores podem crê-lo, nem tudo são chalaças; ele há questões terríveis.”

Rui Baptista, idem)

“O Governo deve dizer ao director da PJ: não fale.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, TVI/Público, idem)

“Nos anos 80 os EUA decidiram ajudar o Iraque e começaram a fornecer ao ditador Saddam Hussein recursos e materiais militares, incluindo cargas de bactérias entregues à comissão iraquiana de energia atómica.”

(Newsweek/Público, idem)

“Bagão Félix e Francisco Van Zeller são alguns dos rostos visíveis na ponta do iceberg da promiscuidade do poder económico a comandar o poder político, sentando à mesa deste figuras vindas directamente do primeiro.”

(António Abreu, A Capital, 16.09.02)

“Os que se preocupam com a qualidade da vida urbana em Lisboa e no resto do país vão ter que dar combate aos Bagões que, sob o ar de falsos seminaristas, nos vão procurar vender as alterações nas jornadas de trabalho, a flexibilidade, a precariedade, o combate às doenças “fraudulentas”, os custos e ritmos de trabalho “competitivos”. Em monólogos televisivos, fugindo aos debates como o Diabo da cruz...”

(Idem, ibidem)

“Se há agências de inteligência [serviços secretos] que sustentam que os iraquianos estão a construir armas de destruição em massa, então devem ter evidências das quais nós não estamos informados.”

(Hans Blix, chefe dos inspectores da ONU no Iraque, idem)

O dilapidador, o crime perfeito e o jardim da Celeste

• Carlos Gonçalves

Ficou finalmente a saber-se o porquê de PPortas não constar no rol de arguidos do julgamento da Moderna. A questão é que a «dilapidação» ocorrida segundo o Ministério Público (MP) de 97 a 99 na empresa de sondagens Amostra e da presumível responsabilidade de PPortas, integra «em abstracto» um ilícito penal semipúblico, o que obriga a queixa dos outros sócios da firma, sem o que o MP não tem legitimidade para o procedimento criminal.

Ora, sendo os sócios de PPortas amigos do peito, estaríamos assim perante um «crime perfeito» em que o presumível dilapidador nunca seria acusado nem condenado. E é nesta mistificação e em nada fazer que a possa abalar, que PPortas e os seus correligionários jogam a sua defesa.

Mas é impossível não co-relacionar outros factos que confrontam a mistificação: a Amostra foi muitas vezes referida como «empresa de fachada», fazendo parte da conspiração para roubar as propinas dos estudantes e a «cooperativa» da Moderna; a proximidade de PPortas ao clã Braga Gonçalves e as conexões reportadas no inquérito indiciam uma acção criminal concertada; e há «coincidências» que, em teoria, tipificam um «projecto global» de conquista de poder por uma loja maçónica de ultradireita.

E não adianta a hipocrisia dos que dizem que pressionam a Justiça quem refere estes factos, porque ocultá-los visa objectivamente um condicionamento em sentido diverso e

porque é nesta realidade conflitual e complexa que se exerce a independência e soberania dos Tribunais na administração da justiça.

Nem adianta relevar o momento político em que foi concluída a acusação deste processo, com a então «AD» implodida em benefício do PS e o anterior PGR Cunha Rodrigues de saída. É agora, precisamente agora, que a Justiça tem de fazer caminho.

Por isso, importa denunciar as maquinações que impedem os poderosos de responder perante a Lei. E lembrar que, neste caso, o julgamento é ainda possível – ao virar dum testemunho, ou duma reponderação dos factos.

Importa travar o assalto em desenvolvimento contra o poder judicial, para reduzir a independência dos Tribunais e proteger todas as «Modernas», para controlar e governamentalizar a acção penal e a investigação criminal – sem olhar a meios, como demonstra a desestabilização de áreas-chave da Judiciária.

Importa não permitir que a Justiça se torne num «jardim da Celeste», onde PPortas passeie a sua pretensa «inocência» – «giroflé, giroflá».

E importa esclarecer o incontornável – que o ministro presumível dilapidador não está em condições éticas e políticas de exercer funções institucionais desta responsabilidade.

À catanada

• Anabela Fino

Recentemente, o ministro Morais Sarmiento fez saber ao País que na sua opinião, e até prova em contrário na opinião do Governo, a questão dos direitos das mulheres deve ser tratada no remanso do lar, que é como quem diz no seio da família.

Argumenta MS que «com a herança cultural que temos, falar destes problemas como de família é a melhor forma de buscar os homens para participarem». De que herança fala o ministro, não se sabe, mas não deve ser certamente a do comum dos portugueses, para quem ainda hoje não há nada mais natural do que o homem refastelado no sofá enquanto a mulher se afadiga a tratar das crianças, despachar o jantar, limpar e arrumar a casa. Ou que seja a mulher a sacrificar a sua carreira pela família. Ou que...

Não é preciso nenhuma sondagem para saber que, para a maioria da população masculina (e uma parte da feminina, diga-se em abono da verdade), uma tal «divisão de tarefas» continua a ser não só expectável como legítima.

Há até quem chame a essa mulher-mãe-criada-para-todo-o-serviço a fada do lar. Talvez seja o caso do ministro, que embevecido com este modelo da família portuguesa acha perfeitamente natural «pedir» aos homens que «ajudem» as mulheres, talvez pondo a mesa ou despejando o lixo, mais tarde até, quem sabe, lavando a loiça ou passando uma camisa a ferro, fazendo uma concessão aqui e outra ali.

Não se podem esquecer, naturalmente, nesta idílica paz familiar, os casos «desagradáveis», tais como as agressões e abusos de todo o tipo a que as mulheres, muitas mulheres, continuam a ser sujeitas. Mas não manda a tradição – ou será a «herança cultural» de que fala o ministro? – que «entre marido e mulher não metas a colher»?

Na óptica de MS, consagrados que estão na lei os princípios da igualdade de direitos das mulheres, está cumprida a função, pelo que considera que o Estado pode

lavar as suas mãos do que se passa no segredo do lar. Mais ainda, remete para a família, justamente onde as mulheres enfrentam as maiores dificuldades para verem reconhecidos os seus direitos como cidadãs de corpo inteiro, a resolução dos conflitos que a mesma família gera.

Se isto não é entregar o ouro ao bandido, não sei o que seja.

Se MS não é ingénuo nem ignorante, e não é de crer que seja, o que se pode deprender das suas palavras enquanto governante é que também aqui se prepara uma ofensiva da direita que visa todas as mulheres e a sua luta secular pela conquista da dignidade. Cabe-nos mostrar ao Governo e ao ministro MS, segundo o qual, após o 25 de Abril, as mulheres «entraram de catana no mato» para «construir a casa», que «as catanas» estão prontas a cortar pela raiz as veledades de quem sonha com o regresso ao passado.



Reforçar a ligação aos trabalhadores é o principal objectivo do Encontro Nacional

A imperiosa necessidade de um Partido revolucionário



A disposição das organizações do Partido para discussão está, desde a passada semana, o projecto de resolução política do Encontro Nacional do PCP sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, a realizar nos próximos dias 19 e 20 de Outubro.

A decisão, o debate preparatório e a realização do Encontro «constituem um avanço na concretização de uma linha de orientação estratégica aprovada no XVI Congresso e reafirmada pelo Comité Central», lê-se na introdução ao projecto de resolução. Este necessidade de aprofundar conhecimentos e a importância do reforço da intervenção e organização do PCP «decorre do carácter decisivo e papel nuclear que se reveste para o Partido a sua base militante e orgânica de trabalhadores». Na qual se alicerça a sua «natureza e identidade de classe, a sua estratégia política e política de alianças, o seu futuro e influência na sociedade portuguesa, o seu papel insubstituível no desenvolvimento das organizações dos trabalhadores e na luta de massas».

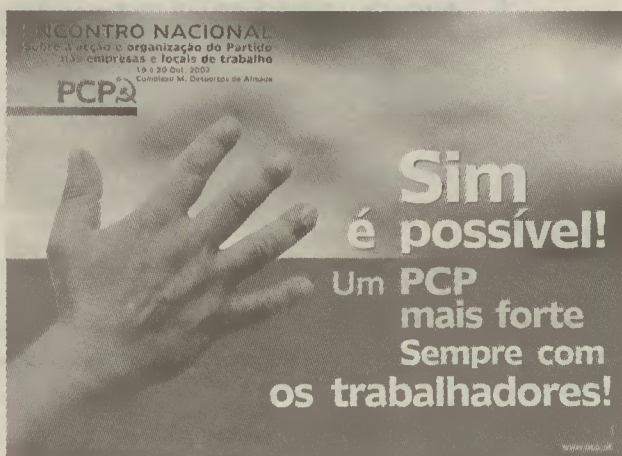
Capitalismo ao ataque

Na primeira parte do projecto, analisa-se o «recrudescimento da ofensiva capitalista», que visa uma «reestruturação global das condições de exploração da força de trabalho assente na nova correlação de forças favorável ao capital». Levado a cabo à escala mundial, esta ofensiva pretende a desregulação generalizada das

relações laborais, a intensificação da exploração e a liquidação das conquistas históricas dos trabalhadores. Para fazer face a isto, «a luta de classe própria, autónoma, dos trabalhadores, não contraria, antes é condição, para atrair à luta outras camadas sociais e dar solidez e rasgar perspectivas transformadoras às frentes sociais de luta». Afirma o projecto de resolução, e a realidade confirma: é uma «imperiosa necessidade a existência e reforço do partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, um partido revolucionário, o Partido Comunista Português».

Situação actual e propostas

Com a formação do Governo PSD/PP, «procurador dos interesses do grande capital», acentuou-se uma «nova e perigosa escalada da política de direita, pode ler-se na segunda parte do projecto, intitulada «situação social, luta e proposta do Partido». A apresentação do anteprojecto de Código do Trabalho, as privatizações dos serviços públicos e da Segurança Social, os ataques às leis eleitorais levantam «fundadas preocupações quanto ao desenvolvimento do País e ao futuro do regime



democrático». Empenhado no desenvolvimento de uma vasta acção que impeça este retrocesso histórico, o PCP reafirma a necessidade de desenvolver a sua acção, intervenção, iniciativa e proposta em defesa dos direitos dos trabalhadores e de uma justa repartição da riqueza criada.

Conhecer para transformar

A terceira parte do projecto, intitulada «realidade social, consciência e natureza de classe», dá nota das transformações ocorridas na estrutura de emprego em Portugal, marcadas pelo crescimento do número de assalariados, que são agora 73 por cento da população activa portuguesa, num total de 3,6 milhões de trabalhadores. O aumento de trabalhadores do sector terciário e do secundário, incluindo construção civil, é uma das alterações, para além das ocorridas em consequência da revolução tecnológica. Considerando como classe operária o conjunto de operários, artífices, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem com os trabalhadores não qualificados, temos uma

percentagem de 43,8 por cento do total de assalariados. Mas, lembra o projecto, as classes sociais não são categorias estatísticas. «O peso e o significado daqueles trabalhadores devem ser avaliados pela sua intervenção na luta social e pelo seu decisivo papel na produção de riqueza do país.»

Criado para responder a uma necessidade histórica de uma classe, o PCP não é apenas um Partido que defende os trabalhadores, é, sim, a sua «genuína forma de organização política» da qual a classe operária e os trabalhadores continuam a precisar, não só para lutar contra a repartição da riqueza no quadro do capitalismo, mas «fazendo-o com vista à superação da própria exploração capitalista».

Acção dos comunistas

O reforço da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, apesar de difícil e complexo, é um «elemento-chave para resistir às dificuldades, irradiar influência, promover a renovação de forças», afirma-se na quarta parte do projecto. Como a conversão da consciência social em consciência política «tem sempre

como ponto de partida a ligação dos problemas concretos e quotidianos que os trabalhadores sentem e sofrem face às decisões políticas e à sua identificação com as decisões e interesses do patronato», a organização do Partido nas empresas, não apenas para ter organização, mas para agir e intervir, continua a ser o local estratégico para que o PCP seja mais forte e influente. A par da acção própria do Partido, a presença dos comunistas no movimento sindical continua a ser determinante para o grau de organização e intervenção dos trabalhadores.

Reforçar o Partido

«Sim, é possível! Um PCP mais forte!» é o nome do quinto e último capítulo do projecto de resolução política, que

revela o grande número de acções e iniciativas do Partido destinadas a reforçar a ligação à classe que o sustenta, como as sucessivas resoluções aprovadas em diversas ocasiões, que apontavam medidas concretas para esse reforço. Um melhor e mais profundo conhecimento da realidade em que o Partido actua nas diversas regiões, o levantamento exaustivo das empresas, uma maior e mais atenta responsabilização de quadros que actuem nesta frente e uma mais profunda ligação entre o Partido e a JCP são algumas das linhas a seguir, a par do prosseguimento de campanhas nacionais e do apoio às organizações com menos possibilidades. Seguindo este caminho, «numa acção convicta, determinada e persistente é possível um PCP mais forte nas empresas e locais de trabalho».

Dia 26 de Setembro edição especial Vender o Avante!

O denominado «Código do Trabalho», bem como outra legislação da iniciativa do Governo PSD/PP, constitui um dos mais graves atentados de sempre aos direitos dos trabalhadores. Como tal, exige-se uma resposta pronta e firme dos trabalhadores e das suas organizações. O PCP, assumindo o seu papel no arranque deste processo de luta e como elemento fundamental para os militantes do Partido, os activistas sindicais e os trabalhadores em geral, promove uma edição especial do *Avante!* no próximo dia 26 de Setembro, que integrará um suplemento dedicado ao tratamento desenvolvido do pacote laboral.

Esta edição contará com uma tiragem mais elevada e será vendido na rua, à porta e no interior das empresas e locais de trabalho por brigadas de militantes comunistas, pois só com a sua maior difusão e venda, o órgão central do PCP desempenhará a sua função de denúncia e mobilização dos trabalhadores para a luta que se impõe.

AMADORA

Ataque aos comerciantes

A imposição de taxas de utilização aos comerciantes dos mercados municipais representam um verdadeiro ataque por parte da Câmara Municipal da Amadora, denuncia a Comissão Concelhia da Amadora do PCP, saudando a luta desenvolvida pelos comerciantes que, através de um abaixo-assinado, subscrito pela esmagadora maioria, e de uma concentração frente ao edifício da Câmara, «obrigou a uma reunião urgente» e ao «recuo» do presidente da Câmara, expresso pela promessa de revisão das taxas aplicadas desde 1 de Setembro.

Esclarecendo que os eleitos da CDU foram os únicos a votar, na Câmara e na Assembleia Municipal, contra o actual Regulamento de Taxas e Licenças, o PCP repudia as «tentativas de calúnia» de alguns presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente da Brandoa e Damaia, insinuando ter sido o eleito da CDU na Câmara Municipal, João Bernardino, o responsável pelos aumentos.

PENACOVA

Saúde degrada-se

A Comissão Concelhia de Penacova do PCP, preocupada com a redução do número de médicos no Centro de Saúde de Penacova e a não construção da extensão de saúde de Lorvão, há tanto tempo prevista, decidiu solicitar uma reunião com o director do Centro de Saúde de Penacova. O objectivo é a avaliação, em conjunto, dos problemas e a conjugação de esforços, oferecendo o PCP a sua colaboração para, no âmbito das instituições onde está representado, reivindicar as necessárias soluções.

Para já, a Concelhia de Penacova exige a colocação de mais médicos, «de acordo com as necessidades da população», indo pedir à Administração Regional de Saúde do Centro e à Câmara Municipal de Penacova a junção de esforços e de meios para levar por diante a construção da extensão de saúde de Lorvão.

AÇORES

Contra encerramento de escolas

No prosseguimento de uma intensa busca de soluções para os problemas da região, José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores e deputado na Assembleia Legislativa Regional apresentou, nos últimos dias, dois requerimentos, um referente às obras de beneficiação no Polivalente da Casa do Povo dos Cedros e outro ao encerramento da Escola da Volta, na freguesia da Conceição Faial.

Relativamente a esta última questão, o deputado do PCP considera «inadmissível» o encerramento pelo secretário regional da Educação de escolas cujo número de alunos é muito superior ao mínimo estabelecido legalmente, particularmente o da escola da Volta, totalmente reconstruída há dois anos e a única existente na freguesia da Conceição. Encerrar a escola da Volta com a justificação de que há uma nova escola (Vista Alegre) a pouco mais de um quilómetro é «um absurdo», diz José Decq Mota, lembrando nunca ter sido outra a distância entre os vários edifícios escolares naquela área urbana.

BAIÃO

Casa de Chavães recuperada

A Comissão Concelhia de Baião do PCP congratula-se com a recuperação da Casa de Chavães, imóvel Neoclássico do século XIX que agora irá ser colocado ao serviço da cultura, do turismo e da juventude do concelho e da freguesia. Os comunistas aguardam, contudo, com expectativa, a concretização das promessas feitas na cerimónia de inauguração da Casa da Juventude pelo chefe de Gabinete do secretário de Estado da Juventude e pelo governador civil do Porto, relativamente aos apoios governamentais à fase de conclusão do projecto. Entretanto, sugerem que seja contemplada a construção de uma piscina, unidade que, «aliada à transformação ou à ampliação do bar em restaurante, certamente aliará mais pessoas para a frequência do imóvel, factor determinante para o manter vivo e actuante».

ALBUFEIRA

Uma oferta duvidosa

O PCP discorda da oferta pela Câmara Municipal de Albufeira de um terreno à AHETA para construção da sua sede à custa do município. Os comunistas entendem que se a Câmara Municipal está disponível para oferecer 12.775 m² de terreno, que o faça a uma associação de moradores para habitação social ou promova a venda do terreno por concurso público e com o dinheiro recolhido promova a construção de habitação social. Aliás, o PCP interroga-se mesmo sobre a legitimidade desta oferta, aguardando que o presidente da Câmara a justifique.

Campanha de divulgação do Avante!

Dar mais voz à nossa voz

Aumentar o número de vendas semanais do Avante!, fazer chegar a cada vez mais leitores a opinião, a actividade, as propostas e o projecto do PCP é um objectivo que os comunistas se propõem conseguir até ao dia 1 de Maio do próximo ano.

Conscientes da importância da divulgação do Avante!, as organizações do PCP começaram já a contactar inúmeros militantes e simpatizantes, com vista à angariação de assinaturas, a estabelecer metas, a realizar bancas de rua, a organizar brigadas de venda.

A campanha de difusão do órgão central do PCP, lançada no decurso da Festa do Avante! deste ano, assume neste momento particular importância, tendo em conta a nova legislação de trabalho que o Governo do PSD/PP se prepara para fazer aprovar, o chamado Código do Trabalho que os trabalhadores portugueses consideram o mais brutal atentado contra os seus direitos perpetrado desde o 25 de Abril. Aliás, no próximo dia 26, uma edição especial do Avante! dará a conhecer aos traba-

lhadores um conjunto de informações que o Governo lhes pretende esconder sobre esta legislação.

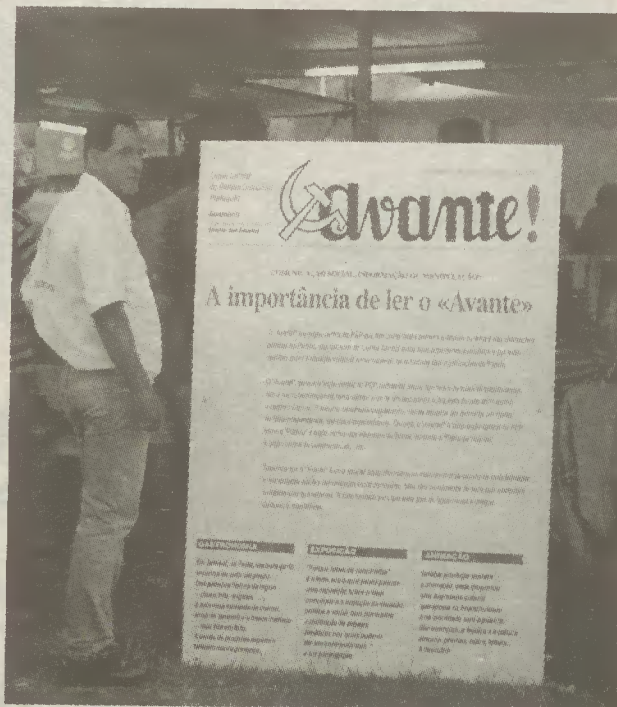
Mas a importância política e ideológica da leitura do Avante! reside também no facto de este ser o único jornal que faz chegar aos trabalhadores a voz do PCP, a sua visão sobre o mundo que pretende transformar. De outra forma, eles só teriam à sua disposição o

que é difundido pela comunicação social ao serviço da ideologia dominante.

De facto, o Avante!, que sempre se assumiu como uma voz livre e democrática, que nem a ditadura fascista conseguiu calar, hoje, mais do nunca, rejeita a ideologia do pensamento único, prosseguindo com cada vez maior empenhamento a sua tarefa de informar sobre as lutas e aspirações dos trabalhadores e do povo português, de lhes facultar uma visão séria e verdadeira sobre a realidade de Portugal e do mundo.

O «Avante!» sempre se assumiu como uma voz livre e democrática

Dar a conhecer o PCP é, também, face à conjuntura política nacional e internacional que vivemos, de uma importância crucial. Portugal e o povo português precisam de um PCP mais forte. Um PCP com a sua identidade própria e a sua natureza de classe. Um PCP capaz de melhor influenciar e fazer avançar a luta por mais justiça social, pelo progresso e pelo desenvolvimento nacionais.



Educação Moral e Religiosa no 1.º ciclo

Uma imposição inconstitucional

António Abreu, membro da Comissão Política do PCP, considera inconstitucional a introdução da Educação Moral e Religiosa nas 25 horas semanais lectivas do 1.º ciclo, já que «torna uma matéria que é facultativa em obrigatória» para todos os alunos, independentemente do seu credo ou religião.

Em declaração à comunicação social, o dirigente comunista lembra que «qualquer religião já dispõe hoje de escolas religiosas, possibilidades apoiadas de formação, incluindo por televisão e de apoio de espaços públicos como as escolas, fora do horário lectivo».

O presente decreto-lei «deforma», também, a Lei 6/2000 (actual reorganização curricular do ensino básico), «que claramente coloca a educação moral e religiosa fora da componente lectiva», única atitude «consentânea com os preceitos constitucionais relativos à separação do Estado e das Igrejas e às liberdades individuais».

Assim, «nenhuma sondagem sobre eventuais inclinações dos alunos do 1.º ciclo (6 a 10 anos!...) pode dar cobertura a uma alteração legal desta natureza». Daí que, antes da sua eventual promulgação, ela deva ser sujeita «a uma apreciação prévia de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional».

Moita

Solidariedade com a Palestina

O discurso de Bush nas Nações Unidas, que horas antes tinha sido pronunciado, foi objecto de crítica por parte de Issam Beseisso, delegado geral da Palestina em Portugal, que, na quinta-feira passada, participou num jantar promovido pela Comissão de Freguesia da Moita do PCP, que juntou meia centena de pessoas.

A iniciativa teve lugar no CT do PCP e articulou-se com as acções de solidariedade com a luta do povo palestino que o Pavilhão do PCP e da JCP assumiu claramente nas Festas da Moita, decorridas entre 6 e 15 de Setembro.

Issam Beseisso condenou a pretensão dos Estados Unidos em reactivar a guerra em larga escala na região, denunciando a política de «dois pesos, duas medidas» pela qual o Iraque é sistematicamente condenado, enquanto deixa passar as inumeráveis violações às resolu-

ções das Nações Unidas por parte de Israel, apresentado sempre pelos norte-americanos e seus aliados como a vítima do processo.

Issam Beseisso, acompanhado por Salah el Qatta, Conselheiro da Palestina, foi recebido ao fim da tarde pelos presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia

Municipal da Moita e entrevistado demoradamente no estúdio da Rádio Popular FM, implantado no terreno.

Carlos Carvalhas condena terrorismo

Na antevéspera, o PCP levava a cabo um jantar no Restau-

rante O Veleiro, que reuniu 150 participantes, no qual esteve presente Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que pelo resto da noite visitou vários espaços das Festas, designadamente o Pavilhão do PCP e da JCP, a Galeria Municipal e o Pavilhão Municipal de Exposições.

Carlos Carvalhas aproveitou para relembrar a posição do PCP um ano antes, acerca dos acontecimentos do 11 de Setembro. «Estamos contra todo e qualquer tipo de terrorismo, seja ele de grupo ou de Estado. Mas o tempo veio a dar-nos razão: nenhum medida tomada pelos Estados Unidos e seus sequazes resolveu qualquer problema no Médio Oriente ou no Mundo, antes os agravou!», disse.



Os comunistas da Moita ofereceram a Issam Beseisso a miniatura de uma fragata

OVAR Que futuro na Philips?

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP está preocupada com as notícias que têm vindo a público sobre o eventual encerramento da Philips, confirmando as «inquietações» que já vinham a sentir-se nos últimos meses. Aliás, o desmembramento da empresa, em Maio passado, a que se seguiram centenas de rescisões, motivaram, de imediato, uma visita da deputada comunista Odete Santos, a quem os dirigentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro transmitiram as suas preocupações quanto ao futuro da empresa. Esta multinacional, lembra o PCP, apesar de ter recebido, nos últimos trinta anos, inúmeros apoios e subsídios do Estado português, parece hoje «mais interessada na deslocalização das suas empresas para países com mão-de-obra mais barata». A Concelhia de Ovar apela, assim, à unidade dos trabalhadores na luta pelos seus postos de trabalho, reafirmando-lhes, simultaneamente, toda a disponibilidade para intervir em defesa dos seus interesses.

ALJEZUR Não às portagens

Também a Comissão Concelhia de Aljezur do PCP, tal como outras estruturas do PCP no Algarve, está preocupada com as declarações de membros do Governo que apontam para a implementação de portagens na Via do Infante.

Lembrando que o concelho de Aljezur aguarda há muito a construção de um IC4, os comunistas consideram que apesar desta via – que ligaria Sines a Lagos – ter passado a ligar Sines à Guia, «ganhando-se» estrada ao converter parte da EN 125 em IC4, «as reais acessibilidades ao barlavento do Algarve, continuam na penúria».

Entretanto, prosseguem, se a ligação a Lisboa é feita por «uma perigosa estrada, cheia de curvas», a ligação à capital do distrito, é feita por uma «estrada (EN 125) transformada em rua pela construção desregrada» ao longo dessa via. A Concelhia de Aljezur diz, assim, não entender, e não aceitar, que ao estar à vista a conclusão de uma ligação rodoviária a Faro – a única que o concelho terá de acesso a um grande centro urbano –, esta possa estar sujeita a portagem.

EMIGRAÇÃO Ano lectivo começa mal

O atraso na colocação de professores e as tentativas de alteração às regras de atribuição de subsídios de instalação estão a impedir o recomeço do novo ano escolar nas comunidades portuguesas, a quem o primeiro-ministro garantiu, na África do Sul, poderem contar com ele. Precisamente na África do Sul, um dos países onde o início do ano escolar está a ser «perturbado pela incompetência e pela visão economicista do Governo PSD/PP».

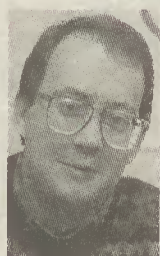
A denúncia cabe à Direcção da Organização na Emigração do PCP, para quem o início do ano escolar «não podia começar da pior maneira». Em nota à comunicação social, os comunistas exigem, assim, medidas urgentes que reponham a normalidade no ano escolar e consideram ser tempo de o Governo «substituir o marketing por medidas concretas que respondam aos anseios da diáspora portuguesa e aos interesses de Portugal».

A Cimeira de Joanesburgo

Por experiência feita, só por ingenuidade se olharia para a Cimeira de Joanesburgo com exagerada expectativa.

Os problemas, por tão complexos e avolumados, dificilmente encontrariam aí resposta milagrosa.

O que se esperaria e exigiria é que, após sucessivas e frustrantes cimeiras, se não desperdiçasse uma nova oportunidade e se alcançassem resoluções menos vagas, mais precisas e quantificadas.



Jorge Cordeiro
Membro da Comissão Política

Os resultados são pouco mais que frustrantes, assumidos como insuficientes, merecendo já a desconfiança de alguns e a declarada intenção de os não cumprir de outros.

Bastaria atender à posição inicial dos chamados países ricos para não alimentar esperanças infundadas. De facto, se à entrada de uma Conferência que tinha nas questões da pobreza e do desigual desenvolvimento o eixo do que lhe era reclamado responder, se manifestava desde logo a oposição de alguns em não

quanto a resultados a obter para sustentar as alterações climáticas e pouco credível a afirmada prioridade da comunidade internacional de dar combate à pobreza e ao subdesenvolvimento.

A Cimeira de Joanesburgo revela a profunda distância entre os objectivos proclamados e as medidas adoptadas: traduz pela insuficiência dos seus resultados a submissão imposta pelos mais poderosos de uma perspectiva de desenvolvimento reduzida a interesses comerciais de que a

resistência da União Europeia e Estados Unidos à abertura dos mercados é exemplo; espelha a arrogância da administração norte-americana traduzida no desprezo pela comuni-

“De Joanesburgo não sai a perspectiva de um mundo mais justo e equilibrado”

dade internacional e na inqualificável opção de, à margem de um esforço conjunto para o combate ao subdesenvolvimento, estabelecer parcerias unilaterais apenas com os que subordinem aos seus interesses e modelo, ao trocar um aumento geral de ajudas financeiras por acordos com países tidos de «boa governação e economia globalizada»; deixa sem solução credível os objectivos definidos para o combate à fome e à doença quando questões como o acesso à água, ao saneamento e à terra, ou as medidas de prevenção de catástrofes naturais ficam nas margens dos textos ou sem compromissos concretos

que viabilizem as metas estabelecidas; e procura no ilusório caminho das parcerias a partir da boa vontade das ONG's e da iniciativa e investimento das empresas (multinacionais seguramente) o que deveria ser buscado ao nível das responsabilidades públicas e do empenhamento dos Estados designadamente os mais ricos.

Uma lógica de lucro

De concreto pouco. Um Plano de Acção sem carácter vinculativo e uma Declaração Política, a «Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável», documento genérico que elenca um conjunto de princípios.

A Cimeira de Joanesburgo é em si um dedo acusatório apontado à lógica de dominação de um sistema que faz da exploração humana e de recursos a razão da sua existência e a fonte em que se alimenta e procura perpetuar.

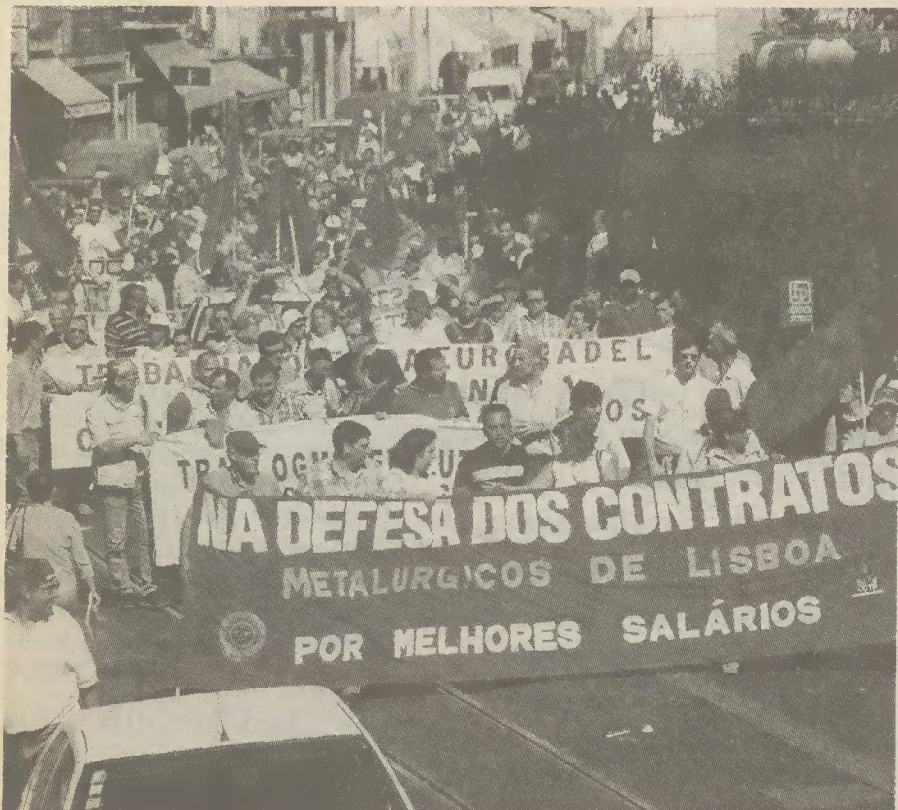
Uma lógica que vê nas dificuldades e drama humano presente no dia-a-dia dos países em desenvolvimento uma oportunidade para, em nome da ajuda e de apoio, abrir novas áreas de negócio, acumular lucros e perpetuar dependências. Uma lógica inumana que vê na fome a janela para impor a entrada de organismos geneticamente modificados e assim hipotecar aos interesses das multinacionais a construção de uma política agrícola e alimentar autónoma dos países pobres. Uma lógica que vê na sede uma janela para a escandalosa invasão pela mão do Banco Mundial dos grandes grupos económicos do sector da água a pretexto e como condição de financiamento aos investimentos necessários para garantir o acesso e tratamento de água para consumo humano.

De Joanesburgo não sai seguramente assegurada uma perspectiva de um mundo mais justo e equilibrado construído sobre um decidido e progressivo combate aos níveis de degradação das condições de vida de parte significativa da humanidade e de destruição ambiental.

A partida da Cimeira de Joanesburgo é mais legítima e fundada a interrogação sobre se ela não constituiu, ao contrário do que era seu imperativo, uma condenável expressão de vontade dos países ricos em procurar agora, substituir a exploração e pilhagem que directamente fizeram durante séculos dos recursos naturais e humanos dos países pobres, por uma nova forma de rapina construída a partir da dependência crescente desses países face ao capital financeiro e às multinacionais.

Sem pretender acrescentar mais pessimismo ao que por si só a Cimeira e os seus trabalhos legítimos, o mínimo que se pode concluir é que o os objectivos da Cimeira ficaram, em decisivas matérias, comprometidos e muitas das mais importantes decisões que a vida de milhões e o futuro do planeta impunham uma vez mais adiadas.





Uma causa urgente

• Paulo Maurício

Inserida numa vasta ofensiva do Governo PSD/PP em conjunto com o patronato de desregulamentação, precarização e eliminação de direitos e conquistas dos trabalhadores, o projecto de «Código de Trabalho» contém os elementos para a destruição da contratação colectiva – parte integrante do edifício jurídico-laboral consagrado na Constituição. A individualização dos direitos caminha a par com a destruição da vida comunitária e da vivência colectiva dos trabalhadores na empresa ou na residência; caminha a par com o enfraquecimento dos laços de camaradagem e solidariedade (sendo esta substituída pela *caridade* de inspiração cristã); caminha a par com a destruição dos direitos no trabalho, onde direitos individualizados quebram a solidariedade promovida pela contratação colectiva e debilitam direitos.

Mais do que nunca torna-se necessário desmontar, ponto por ponto, os argumentos do Governo e do patronato ao mesmo tempo que temos que manifestar aos trabalhadores o significado global deste pacote laboral: a regressão em muitos decénios dos direitos conquistados por muita e abnegada luta dos trabalhadores. Mais grave ainda é a consciência que temos que depois de se ter destruído conquistas e direitos, muito difícil é a sua retoma, ainda mais num quadro nacional e internacional que por um número de anos indeterminado se apresenta como muito desfavorável aos trabalhadores, às suas organizações representativas e aos partidos e movimentos revolucionários.

«O direito de contratação colectiva é um direito constitucional fundamental dos trabalhadores». (!) Segundo é celebrado com as associações patronais ou com as empresas, temos os contratos colectivos de trabalho (CCT), ou os acordos colectivos de empresa ou acordos colectivos de trabalho (AE ou ACT), respectivamente. Ao conjunto de instrumentos que regulam o processo de negociação e contratação a nível sectorial ou de empresa chamam-se instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT).

Travar a ofensiva

O Código de Trabalho do Governo PSD/PP activamente apoiado pelo

patronato propõe a caducidade das convenções colectivas depois de um período de dois anos. Se as negociações forem infrutíferas – basta que o patronato faça por isso – será instituída uma «arbitragem obrigatória» sendo que esta será desenvolvida por um processo que em muito facilita que seja o patronato a decidir do resultado.

O pretexto é o chamado «bloqueio da contratação colectiva». A motivação é a liquidação dos direitos consagrados nas convenções colectivas após o 25 de Abril, satisfazendo velhos anseios do patronato.

Em 2000, quase um milhão e meio de trabalhadores estavam abrangidos pelos vários instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, representando um aumento de quase 56 mil relativamente a 1997. Largamente maioritários são os contratos colectivos de trabalho relativamente a outros instrumentos, revelando uma contratação de base predominantemente sectorial. O número de trabalhadores abrangidos pelos IRCT e a sua característica colectiva leva-nos a considerar a fortíssima importância do desenvolvimento do processo de contratação colectiva e da sua revitalização pela manutenção e valorização dos direitos já consagrados, e não fazendo tábua rasa deles.

É da maior importância que os trabalhadores, unidos em torno das suas organizações unitárias (CT's e sindicatos), desenvolvam um forte processo reivindicativo em duas frentes: defesa do edifício jurídico-laboral em vigor e luta contra o Código do Trabalho, em simultâneo com um forte processo de luta por mais direitos, mais salários, mais emprego e melhor emprego. Os trabalhadores, nesta luta, podem contar com o seu Partido, mas, em última análise, será a luta desenvolvida nas empresas, nos locais de trabalho e nas ruas que poderá permitir dar uma machadada importante nesta ofensiva generalizada contra os direitos.

(!) Prazeres, Fátima in «Contratação Colectiva, 1995-2000», Cadernos Sociedade e Trabalho: Trabalho e Relações Laborais.

Trabalhadores das Lojas do Cidadão obtêm vitória

Luta dá resultado

Apesar de não terem visto a sua principal reivindicação satisfeita – a integração no quadro –, os trabalhadores com Contrato Administrativo de Provisamento das Lojas do Cidadão e da DGRN obtiveram do Governo a garantia de renovação dos contratos.

O comprometimento do Governo em garantir a renovação dos contratos administrativos de provimento actualmente vigentes, tanto nas Lojas do Cidadão como na Direcção dos Serviços de Identificação Civil (DSIC), constitui uma vitória da determinação e luta demonstrada pelos trabalhadores. Esta

Arrancado a ferros

A cedência do Governo dá-se depois de um mês de intensa contestação destes trabalhadores, que realizaram várias greves, todas com elevadas adesões: nas Lojas do Cidadão, todos os sábados e segundas-feiras e, na DSIC, todas as segundas e

terças-feiras.

Durante as greves, o funcionamento dos serviços foi, por diversas vezes, inviabilizado, só não tendo sido mais devido à transferência de trabalhadores de outros serviços para os afectados pela greve. Com estas acções, os trabalhadores pretenderam mostrar a extrema utilidade que os trabalhadores com Contrato Administrativo de Provisamento têm, pois realizam tarefas correspondentes a necessidades permanentes dos serviços.

Os trabalhadores defenderam desde o início a integração nos quadros, já que este tipo de contratos não dá direito a subsídio de desemprego e consideram que a intenção do Governo era o despedimento destes trabalhadores, substituindo-os por outros funcionários, transferidos de outros serviços. Por agora, o Governo foi obrigado a recuar pela determinação revelada pelos trabalhadores.

A vitória obtida pelos trabalhadores é parcial, mas significativa

Apesar de não ser ainda a solução reivindicada pelos trabalhadores – essa é e, garante a Federação, será a integração dos trabalhadores no quadro da Direcção Geral dos Registos e Notariado –, este é, «sem dúvida, um primeiro passo, absolutamente essencial, pois o prazo de termo de alguns dos contratos terminavam nos próximos dias», afirmou a mesma federação num comunicado de 12 de Setembro.

Como consequência desta vitória parcial, as lutas que estavam marcadas para esta semana não se realizaram, visto terem sido desconvocadas pelos sindicatos. Apesar disso, a Federação assegura que a luta não terminou e que os trabalhadores e as suas organizações representativas não desistem nem desistirão da «solução definitiva para o problema». Se, nos próximos meses, essa solução não for encontrada, os sindicatos prometem voltar à luta, por todas as formas que entenderem adequadas, pela integração dos trabalhadores nos quadros de pessoal da DGRN.



A luta marcada para esta semana nas Lojas do Cidadão foi desconvocada devido à vitória obtida

Pescadores do arrasto mantêm protesto

Os pescadores do arrasto costeiro do norte do País voltaram a paralisar no passado fim-de-semana, pela trigésima terceira vez, desde o início da greve, a 16 de Fevereiro. Os pescadores exigem o regresso à negociação – interrompida pelos armadores em Fevereiro – dos acordos de empresa. Apesar do boicote geral dos armadores, algumas empresas recuaram, tendo sido iniciado um processo negocial. Mas as empresas recusam ainda as principais reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere aos aumentos salariais para níveis superiores aos da inflação. Os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, que há trinta e três meses que não são abrangidos por qualquer aumento, vêem a sua situação social e económica agravada, tendo perdido ao longo destes quase três anos cerca de 15 por cento do seu poder de compra, afirma a nota do Sindicato dos

Trabalhadores da Pesca do Norte.

As empresas que cederam à negociação propõem 0,1 por cento de percentagem sobre a pesca, não aceitando alterar mais nada. Numa média de 16 mil contos – valor que se estima possuam os navios dessas empresas –, o valor de aumento seria da ordem dos 79 euros e, mesmo para isto, era necessário que todos os navios realizassem esse valor, o que de forma alguma sucede. Uma outra empresa afirmou aceitar um acordo que representa um aumento da ordem dos 110 euros, apesar de recusar o efeito retroactivo desse aumento, como era proposto pelos pescadores.

Contra o Código

O sindicato dos trabalhadores da pesca do Norte tomou ainda posição sobre o Código do Tra-

balho e as alterações à lei de bases da Segurança Social, considerando estas medidas como uma machadada e um roubo aos direitos dos trabalhadores levado a cabo pelo Governo, numa política de subserviência aos patrões. O sindicato entende que o Governo quer liberalizar despedimentos e horários de trabalho, o pretende o fim dos pagamentos das horas extra e do trabalho nocturno, intrrometer-se na vida privada dos trabalhadores, pondo em causa a sua privacidade e liberdade, e ainda por cima chamando-os de «malandros», devido ao «hipotético elevado número de dias de baixa por ano devem-se aos acidentes de trabalho». A pretensa falta de produtividade dos trabalhadores portugueses é, para o sindicato, desmentida pela prática, já que o trabalho desses mesmos trabalhadores é cobijado noutros países.

Contra o pacote laboral do Governo PSD/PP Prontos para o combate

Com as reuniões, ocorridas na semana passada, das uniões de sindicatos, a luta contra as gravosas medidas do Governo PSD/PP entra numa nova fase e promete descer às ruas.

Tal como havia sido confirmado por diversos dirigentes da Intersindical, o mês de Setembro está a ser marcado pelo arranque decisivo do processo de luta contra o Código do Trabalho, apresentado pelo Governo em pleno período de férias. Na passada semana realizaram-se diversos plenários, convocados pelas respectivas uniões de sindicatos, que reuniram sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores, com a preocupação principal de tomar posição sobre as alterações à legislação laboral e arrancar definitivamente com o processo de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

As conclusões destes plenários vão ao encontro da análise da CGTP, ao consi-

No dia 1 de Outubro realiza-se um cordão humano em várias zonas do País

derarem este o mais feroz ataque aos direitos dos trabalhadores a seguir ao 25 de Abril.

A União de Sindicatos de Lisboa relembra na sua resolução a participação activa dos patrões na elaboração do novo pacote laboral, que tem como principal objectivo desregular e desumanizar as relações de trabalho através da aniquilação do princípio do direito do trabalho que consubstancia a protecção dos trabalhadores, enquanto o mais fraco da correlação de forças entre trabalho e capital. A USL destaca ainda alguns pontos menos conhecidos do Código, nomeadamente o ataque feito, também, aos trabalhadores-estudantes, que verão os seus horários e faltas por



No Porto, depois do plenário, dirigentes e activistas sindicais desfilaram pelas ruas da cidade

motivos de estudo sobejamente reduzidos.

Já a União de Sindicatos de Setúbal considera que, com este pacote legislativo, o Governo despreza princípios constitucionais fundamentais, esquece direitos inscritos em directivas comunitárias, torpedeia a legislação internacional do trabalho e ignora o trabalho realizado pela comissão de sistematização da legislação laboral.

Levar a luta até à empresa

O pacote laboral que o Governo pretende implementar exige o «repúdio e combate firme e determinado de todos os trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical» afirma a resolução do plenário da USS. Para a união setubalense, este combate deve desenvolver-se a «todos os níveis da estrutura sindical e alargar-se aos locais de trabalho, median-

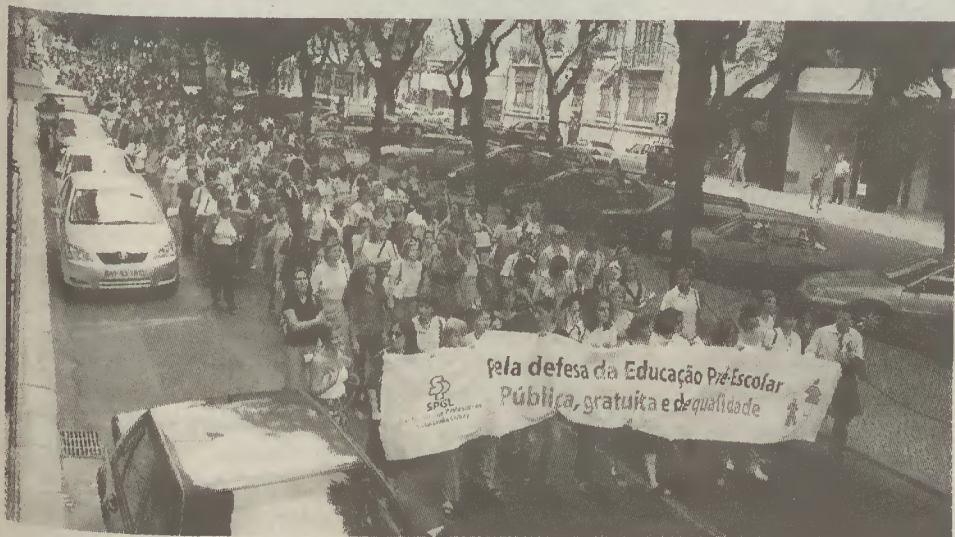
te um debate e esclarecimento de conteúdos e objectivos deste pacote laboral».

A USS compromete-se a concretizar um grande esforço de debate e esclarecimento junto dos trabalhadores, procurando atrair para esta luta todas as forças sociais e políticas que nela se queiram envolver, bem como a população progressista em geral no sentido da criação de plataformas sociais, no sentido de dar mais força a esta luta.

Para o necessário reforço da capacidade reivindicativa dos trabalhadores, a USS destaca a importância da organização sindical, pois só esta «garante o desenvolvimento da unidade e da solidariedade entre os trabalhadores, condição indispensável a uma luta forte e continuada como aquela que é preciso travar».

Como medidas imediatas de intervenção – para além da continuação do esclarecimento –, a USS destaca as acções nas empresas em torno de problemas concretos, a entrega, no dia 23 de Setembro, de diversos pareceres contrários à adopção da nova legislação laboral e o cordão humano pela solidariedade e trabalho com direitos, a realizar no dia 1 de Outubro, em diversas cidades e localidades do País.

No Porto, após o plenário, que foi o maior dos últimos anos, ao reunir cerca de 500 activistas sindicais e de comissões de trabalhadores, os participantes saíram às ruas da cidade em direcção ao Governo Civil, onde deixaram uma cópia da resolução apro-



Educadores manifestam-se em Lisboa

Mais de 600 educadores de infância da Grande Lisboa manifestaram-se, no passado dia 13, contra as medidas recentemente anunciadas pelo ministro da Educação, David Justino, relativamente ao ensino pré-escolar.

Os educadores estiveram reunidos em plenário, após o qual rumaram até à sede da Direcção Regional de Educação de Lisboa, DREL, com o objectivo de exprimir o seu repúdio pelo que consideram ser uma atitude antinegocial por parte do Ministério, que comunicou a sua decisão acerca de um calendário específico para este nível de ensino, que, acusam os educadores, continua a ser visto como simples guarda de crianças em

idade pré-escolar. Na resolução aprovada considera-se que a educação pré-escolar é a «primeira etapa da educação básica, onde se desenvolve uma actividade plena de intencionalidade educativa». Os educadores contestam a aprovação deste calendário, que coloca em causa o direito às interrupções da actividade docente e que colide com o direito a férias no período de Verão.

O plenário, que ocorreu em diversas regiões abrangidas pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, marcou para o próximo dia uma manifestação nacional de educadores de infância, bem como uma greve, a ter lugar durante o mês de Outubro.

Sector das madeiras afunda-se

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte voltou a alertar, na passada semana, para o que considera ser uma grave situação que o sector das madeiras e mobiliário atravessa, marcada pelo encerramento de empresas e pelo consequente aumento do desemprego. Recentemente, encerraram

várias empresas, uma delas empregando 210 trabalhadores. Para o sindicato, esta situação deve-se à não tomada de medidas estruturais a tempo, optando-se sempre por soluções de curto prazo.

A par desta grave situação, o sindicato acusa ainda, na sua nota de 10 de Setembro, a repressão que se verifica em

diversas empresas sobre os trabalhadores. Numa dessas empresas, a Lima & Caetano, um trabalhador debate-se com um processo disciplinar para despedimento por ter posto uma acção em Tribunal contra a empresa por esta não ter seguro no momento em que o trabalhador foi vítima de um acidente de trabalho.

Equívoco ou demagogia?

A CGTP reagiu, na passada semana, às declarações do ministro do Trabalho, Bagão Félix, sobre os níveis de absentismo em Portugal que, segundo o ministro, são excessivamente elevados.

Para a CGTP, é inaceitável – sobretudo vindo de um ministro que tanto fala em justiça social – que não se separe as ausências ao trabalho legítimas, decorrentes de direitos constitucionais, legais e contratuais, das faltas ilegítimas. Assim, não podem ser comparáveis faltas fraudulentas com ausências

por doença, assistência à família, acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade, ou outros motivos similares que entram igualmente no que se entende por absentismo.

A Inter acusa ainda o ministro de falar sem ter dados que o apoiem, já que os dados disponíveis desmentem um pretensão aumento de faltas ao trabalho. A taxa de presença dos trabalhadores nas empresas que apresentam o balanço social aumentou, passando de 92,5 por cento em 1991 para 93,8 em 1999.

Sobre as afirmações de Bagão Félix sobre a deslocação de parte do dinheiro resultante do combate às baixas fraudulentas para a construção de creches e jardins de infância, a CGTP condena-as, considerando «muito grave que o ministro responsável pela Segurança Social desconheça que não se pode deslocar verbas da segurança social, financiada pelas contribuições, para fins de acção social, financiada pelo Orçamento do Estado». «Se não é equívoco é demagogia, que é bem pior», conclui a central sindical.

Mais uma falência

Os trabalhadores da Mármovonel encontram-se em greve há mais de um mês, exactamente desde o dia 13 de Agosto, em luta pelo pagamento dos salários em atraso e pela viabilização da empresa. Os cerca de 50 trabalhadores da empresa, sediada em Sintra, não recebem pontual e integralmente os seus salários há mais de dois anos, estando em falta os salários de Julho e Agosto, o subsídio de férias de 2002, bem como 25 por cento do subsídio de férias de 2001.

O pré-aviso de greve foi prolongado até amanhã, se bem que muitos trabalhadores

pediram já a rescisão dos seus contratos à luz da lei dos salários em atraso, para que possam receber o subsídio de desemprego. A fim de proteger o património, primeira garantia de pagamento dos direitos, os trabalhadores concentram-se diariamente à porta da fábrica.

O agravamento da situação contrasta com as expectativas criadas com a entrada de um novo sócio na administração, com o consequente aumento de capitais. Mas esta entrada apenas contribuiu para o agravamento da situação, com a Caixa Geral de Depósitos, principal credora, a entrar com o pedido de falência.

Lisboa lidera desemprego

A região de Lisboa Vale do Tejo registou uma taxa de desemprego de 6,2 por cento no segundo trimestre deste ano, passando pela primeira vez a ser a região do País mais afectada pelo desemprego, revela o Instituto Nacio-

nal de Estatística. Esta taxa é superior à média nacional, que se situa nos 4,5 por cento, correspondendo a cerca de 110 mil pessoas, afirma o mesmo instituto.

Estes valores são calculados segundo os critérios de

análise utilizados em Portugal, o que faz com que a taxa apresentada se encontre subavaliada. Uniformizando os critérios ao nível europeu, a taxa de desemprego em Portugal sofreria um significativo aumento.

ONGs de mulheres criticam silêncio do Governo

As Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres expressaram a sua preocupação pelo silêncio, falta de atenção e de perspectivas evidenciadas pelo Governo no que respeita à temática da igualdade de oportunidades e aos direitos das mulheres.

Esta posição, tornada pública em comunicado, surge na sequência da exoneração pelo Governo da presidente da Comissão de Gestão das Organizações Não Governamentais. Um facto recebido com estranheza por aquelas organizações que criticam o facto de não terem sido ouvidas sobre a matéria. Tanto mais que, recordam, é reconhecido o seu estatuto de parceiros sociais nesta área de intervenção política, tal como o trabalho por si desenvolvido no âmbito do Conselho Consultivo, estrutura com 25 anos de existência dedicada aos problemas e à luta contra as discriminações que afectam as mulheres.

Verberado é ainda, por outro lado, a ausência de resposta do Governo aos pedidos de audiência solicitados pelas ONGs de Direitos das Mulheres, situação que consideram tanto mais grave quanto é certo que já ocorreu a extinção da Comissão Parlamentar da Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família e continuam sem conhecer as propostas políticas do Executivo, nomeadamente em relação ao Plano Global para a Igualdade e ao Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.

Homenagem em Alpiarça

A memória dos lutadores antifascistas Carlos Pinhão Correia e Maria Luísa Feliciano vai ser hoje recordada, em homenagem póstuma, em Alpiarça, sua terra natal. A iniciativa, que decorrerá junto das suas sepulturas, pelas 11.30 horas, no cemitério daquela localidade, é da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

A evocação da figura daqueles dois militantes comunistas, com uma vida dedicada à luta pela causa da liberdade, insere-se no quadro de actividades desenvolvidas pelo núcleo da URAP do concelho do Seixal.

Emigrantes em defesa da RTPi

A comunidade portuguesa de Clermont Ferrand, região centro de França, mobilizou-se em defesa da RTP Internacional promovendo um abaixo-assinado dirigido ao Primeiro-Ministro. Exigida no texto é a adopção de medidas adequadas de forma a salvaguardar a manutenção do que consideram ser este importante serviço de televisão.

Esta é mais uma acção a juntar várias outras desenvolvidas pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, que reflecte a importância da existência deste canal público enquanto veículo capaz de reforçar os laços com a nossa diáspora e garantir, simultaneamente, a expansão e valorização da língua e cultura portuguesa no estrangeiro.

Vieira da Silva na Moita

Uma exposição de gravuras de Vieira da Silva, cedida pela Fundação Arpad Szénes-Vieira da Silva, está patente ao público na Moita, por iniciativa da Câmara Municipal, até ao próximo dia 5 de Outubro.

Intitulada «Gravuras de Maria Helena Vieira da Silva», esta mostra de trabalhos da pintora poderá ser visitada na Galeria de Exposições do Posto de Turismo Municipal, de segunda a sexta-feira, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 18:00h, e aos sábados, das 14:00h às 20:00 horas.

Vieira da Silva (1908-1992), recorde-se, é a pintora portuguesa mais representada em colecções no mundo inteiro. No conjunto da sua obra plástica, a gravura assume um significado próprio, sendo o buril e a gravura a preto e branco as suas técnicas preferidas.

Educação Inclusiva em debate

«Educação, Porta Aberta para a Inclusão» é o lema que preside ao Simpósio sobre Educação Inclusiva, a realizar amanhã, dia 20, no Auditório Fernando Pessoa, no Bairro da Flamenga (Chelas), em Lisboa.

Do programa da iniciativa, da responsabilidade da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), consta a análise à evolução histórica da educação dos deficientes no nosso país, bem como aos princípios orientadores constantes dos quadros legislativos, desde 1960.

No decurso desta jornada de reflexão e debate, cujo início está previsto para as 9.30 horas, os participantes terão ainda oportunidade de identificar «sucessos e disfunções», o panorama da educação inclusiva e, por último, o papel das associações filiadas «como agentes críticos na defesa e promoção do direito universal dos deficientes à educação de qualidade para o sucesso».

Não às portagens no IP3

A Associação de Sobreviventes do IP3 expressou a sua frontal oposição a qualquer introdução de portagens naquele itinerário. Mesmo com quatro faixas — actualmente uma das reivindicações das populações, depois de ter sido já satisfeita a instalação do separador central —, a posição daquela Associação é de «rejeição absoluta» por considerar, como salienta em comunicado, não ter aquela via «perfil de auto-estrada», nem oferecer as mesmas condições de segurança.

«É uma via que serve o interior, sem estradas alternativas capazes, e a necessitar de mais incentivos ao desenvolvimento e não de barreiras», observa a Associação de Sobreviventes do IP3, que afirma estar pronta para mobilizar as populações e dar combate ao Governo se este insistir em levar por diante a intenção de instaurar portagens naquela via rodoviária.

Fenprof reage à introdução no ensino de disciplina religiosa

Igualdade de tratamento em xeque

«Inconstitucional» e «discriminatória», assim classifica a Fenprof a decisão do Governo de integrar no currículo nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Reagindo a esta anunciada medida governamental, em tom muito severo, a Federação Nacional dos Professores afirma que o Executivo, para além de subverter a Lei Fundamental, demonstra não ter «qualquer preocupação em garantir condições de igualdade de tratamento aos jovens alunos».

O que em si mesmo nem constitui propriamente uma surpresa na medida em que esta proposta do Conselho de Ministros, como recorda o Secretariado Nacional daquela estrutura sindical, «está impregnada dos mesmos princípios que levaram os responsáveis governamentais a defender, na Assembleia da República, que o Estado português tem uma religião oficial e essa é a religião católica».

E, assim sendo, a preponderarem estas posições, resulta claro, segundo a Fenprof, que isso significará que o Executivo PSD/PP «está convicto de que pode agir contrariando a Constituição,

a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei, em vigor, sobre a organização curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

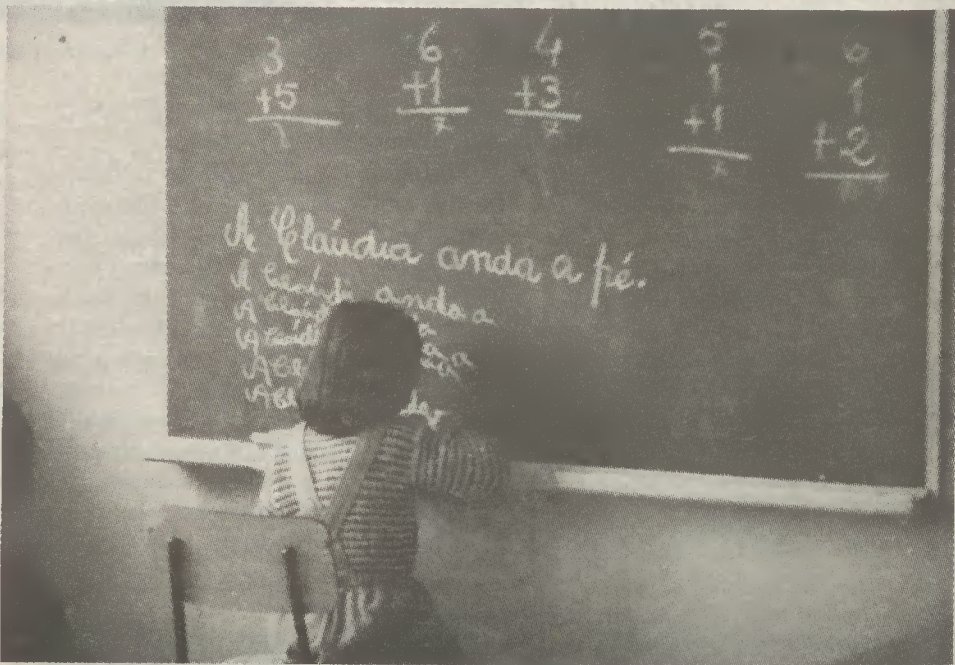
O que levanta não apenas o problema claro da inconstitucionalidade da decisão como também o do seu carácter

manifestamente discriminatório para com os alunos e professores. É que, como é sublinhado em comunicado, não só está em causa a consideração de uma única opção religiosa como também o privar alunos do cumprimento do horário completo de 25 horas semanais e, bem assim, as próprias condições de trabalho escolar de alunos e professores nos espaços físicos apropriados que são as salas de aula.

Por isso o apelo da Fenprof aos restantes órgãos de soberania para que intervenham no sentido da salvaguarda do «carácter laico da nossa República e da nossa Escola».

Com a convicção de que este é o melhor caminho, assevera, para garantir «os direitos e a liberdade dos cidadãos, independentemente do seu posicionamento religioso».

O Governo age contra a Constituição



Governo põe em causa o carácter laico da República e da Escola

CDU Faial exige reposição da solidariedade nacional Reconstrução não pode parar

«O Processo de reconstrução em curso nas ilhas do Faial e do Pico não pode parar.» Quem o afirma é a Comissão da CDU da Ilha do Faial, que, perante o «drama de muitos sinistrados», não admite outro caminho que não seja o de encontrar «no quadro legal existente uma solução que permita a continuação dos trabalhos em curso».

A situação que está criada deve-se, por um lado, a uma crise de financiamento resultante do que a CDU considera ser, por um lado, uma «quebra de solidariedade nacional» (suspensão pelo Governo da transferência directa de quatro milhões de contos, a que se veio juntar depois a recusa em aceitar a autorização de um

empréstimo extraordinário), e, por outro, a existência de custos mais elevados do que os inicialmente previstos.

Em consequência desta situação, os pagamentos aos empreiteiros, na sua maioria, estão suspensos, havendo muitos subempreiteiros que param por não receberem. Embora ainda por avaliar em toda a sua extensão, os custos económicos e sociais poderão agravar-se, no entender da CDU, que alerta, nomeadamente, para os riscos de «instabilidade social que afectará não apenas os sinistrados mas as sociedades faialense e picoense».

Divulgada, segunda-feira, em conferência de imprensa, na sequência da reunião que

tivera na véspera, esta posição da CDU do Faial foi acompanhada pela exigência de que a reconstrução não abarque apenas as empreitadas. Igualmente necessário, na sua perspectiva, é «equacionar e resolver» as largas dezenas de casos não despachados, bem como todos os outros casos de sinistrados quer dos 1.º escalões (com direito a reconstruir mas sem terreno) quer do 2.º e 3.º escalão (sem possibilidades, por idade ou falta de meios, de executar na prática os projectos que lhes foram impostos).

Para tanto, isto é, para que a reconstrução prossiga, importa repor a solidariedade nacional, que, não se concretizando, em alternativa, como defende a CDU, deve assumir

a forma de autorização pelo Governo da República à contracção de um «empréstimo extraordinário, por via do Orçamento».

«Na impossibilidade de dar substância a qualquer destas soluções, que se encontre outra, que seja legal e expedida, para que a reconstrução não pare mais do que já parou», sublinha a coligação liderada pelos comunistas.

Abordada na conferência foi ainda a necessidade de construir a nova Escola Secundária da Horta, bem como, noutro plano, o encerramento da Escola da Volta, por decisão do Secretário Regional da Educação Secundária da Horta, o que foi alvo de severas críticas por parte da CDU.

Integração das crianças com deficiência Não à criação de guetos

Foi com «profunda preocupação» que a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) acolheu recentes declarações da secretária de Estado da Educação a propósito da integração das crianças com deficiência no ensino regular.

Ao considerar que em casos de maior gravidade a integração não funciona, aquela responsável governamental admitiu «soluções de segregação para as crianças com deficiência», acusa a APD, que vê

nesta posição um «retrocesso gravíssimo relativamente à filosofia das Nações Unidas, que a Declaração de Salamanca reflecte».

Neste documento, recorda, salientada é a importância da «prática da inclusão nas escolas regulares» como sendo indiscutivelmente o «melhor meio de combate à discriminação», bem como à «promoção da eficiência» e à «optimização de recursos».

Por isso a inequívoca conde-

nação da APD à «criação de guetos» que, alerta, «não só hipotecam a natural evolução socioeducativa das crianças com deficiência como impedem que as crianças sem deficiência aprendam, em todos os estágios da sua formação, a conviver e a respeitar a diferença, toda a diferença».

Depois de assinalar que o problema fundamental da «Escola Inclusiva» no nosso país é a insuficiência dos recursos afectos a esta área — pior:

em vez de aumentarem, esses recursos existentes têm vindo a ser reduzidos pelos sucessivos ministérios da educação, denuncia —, a APD faz votos de que a secretária de Estado da Educação, que agendou para Outubro o estudo de um plano de intervenção, não cometa o erro proceder a essa discussão à revelia das organizações de pessoas com deficiência. É que estão em causa, sublinha, «os direitos humanos de muitas crianças e jovens».

PCP anuncia prioridades da sua acção no início dos trabalhos parlamentares

Combate firme à política de direita

Está em preparação um «gigantesco retrocesso social, civilizacional e democrático em matéria de política laboral». O alerta é do PCP que, no arranque dos trabalhos parlamentares, erigiu como eixo central na sua acção o combate à política de direita do Governo.

Travar a brutal ofensiva em curso nos planos social e laboral constitui assim a prioridade assumida pelos comunistas no novo ano parlamentar, cujos trabalhos foram ontem formalmente retomados.

Nesse sentido, anunciada foi já para o início do próximo mês de Outubro uma interpelação ao Executivo sobre a situação social e laboral dos trabalhadores portugueses, iniciativa que será precedida da realização de uma ampla audição parlamentar.

Para esta decisão do Grupo comunista concorreu o que considera ser a preocupante situação sociolaboral resultante de uma ofensiva política que comporta inúmeros perigos, entre os quais o de poder «conduzir a graves retrocessos e alterações no próprio regime democrático».

Aspirações retrógradas

Uma orientação do Governo PSD/PP que tem no pacote laboral, em paralelo com o ataque ao sistema público de Segurança Social, uma das suas peças fundamentais, como tratou de chamar a atenção, faz hoje oito dias, em conferência de imprensa, Bernardino Soares, líder parlamentar comunista. Naquele documen-

to estão reflectidas, denunciou, as «aspirações mais antigas e retrógradas das associações patronais, assumindo

Estão em causa graves retrocessos e alterações no próprio regime democrático

com despudor a intenção de «limpar» da legislação laboral as conquistas da Revolução de Abril e de muitos anos de luta dos trabalhadores portugueses».

Entre as medidas preconizadas pelo Governo, recorde-se, está a redução dos rendimentos dos trabalhadores pela diminuição do período de trabalho nocturno, o aumento da precariedade e a generalização dos contratos a prazo, a liberalização dos despedimentos sem justa causa, a liquidação do direito à contratação colectiva, a entrega à entidade patronal do poder de dispor da organização do horário de trabalho, a subversão da garantia constitucional do direito à greve.

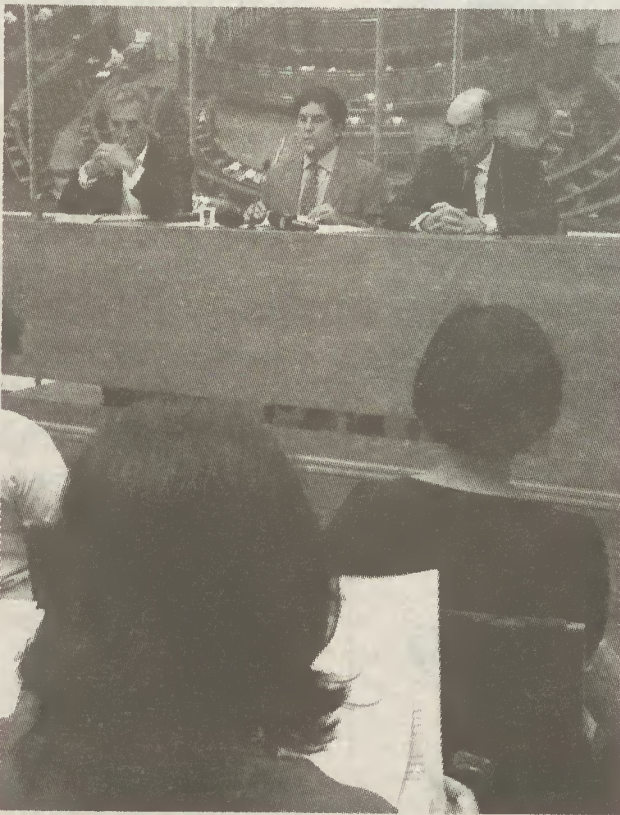
Lembrado a este propósito pelo presidente da formação comunista, que estava acompanhado pelos deputados Jerónimo de Sousa e Lino de Carvalho, foi ainda o facto de nos últimos dias terem-se acentuado o que classificou de «arrogantes exigências do grande patronato, simulando ao mesmo tempo insatisfação com o anteprojecto apresentado para branquear o alinhamento do Governo com as suas posições», e utilizando a técnica de «pedir tudo para obter muito».

Lutar em várias frentes

São vários os planos em que se desenvolve a política de direita do Governo. Dar-lhes firme combate em todas as frentes é o que afiançam os comunistas.

Para além das matérias que incidem nos domínios social e laboral, vistas com idêntica preocupação são as respeitantes à situação internacional, ao caso da Polónia Judiciária, às consequências para o desenvolvimento do País decorrentes da política orçamental ou, ainda, segundo Bernardino Soares, à «completa obscuridade e incerteza para que o Governo remeteu a política de combate à droga e à toxicodependência», que motivou já, aliás, o agendamento de um debate de urgência sobre esta questão a pedido do Grupo comunista. Encarado como «momento de fúlcra importância», para o PCP, é também o debate do Orçamento de Estado para 2003.

Prestar, pois, uma particular atenção a todas estas áreas é o que farão os deputados comunistas, sem no entanto esquecerem que nas próximas semanas, conforme foi salientado em conferência de imprensa, decorrerão debates e votações finais de matérias da maior relevância, como sejam as propostas de lei relativas à Segurança Social, à gestão hospitalar, ao ensino superior ou ao Rendimento de Inserção Social, «de que podem vir a resultar profundos prejuízos para os direitos dos portugueses em aspectos estruturais da nossa sociedade».



Os comunistas não vão dar tréguas à ofensiva do Governo contra os direitos sociais e laborais, garantiu Bernardino Soares

Maximizar o lucro

Testemunho que «espelha bem a filosofia deste projecto» deu-o ainda Bernardino Soares, ao citar o presidente da CIP quando este afirmou, na fase que antecedeu o plano em curso, que «é a competitividade das empresas, em primeiro lugar, e não o bem-estar das pessoas que deve ser privilegiado». Uma peculiar maneira de dizer que «é preciso obter o máximo lucro à custa da exploração dos trabalhadores», observou Bernardino Soares, depois de ter sublinhado que o pacote laboral «não respon-

de a nenhum dos principais problemas dos trabalhadores portugueses nem constitui um instrumento para aumentar a competitividade ou a produtividade das empresas portuguesas».

Relativamente a esta questão, sobre a qual se tem teorizado muito - quase sempre em termos incorrectos e sobretudo com o intuito de legitimar os mecanismos que regem a exploração da força de trabalho -, pronunciou-se também Bernardino Soares. Para dizer que «nem a competitividade se resume à produtividade nem o aumento da produtividade necessita da

menorização dos salários e dos direitos». A questão é outra. Trata-se, isso sim, enfatizou, de «perpetuar o regime de máximo lucro à custa do preço da força de

trabalho, desincentivando a inovação tecnológica, a modernização e competência da gestão, a formação dos trabalhadores e a valorização do seu trabalho».

Ataques a conquistas e direitos

Associados com a situação social e laboral dos trabalhadores portugueses estão vários fenómenos que, do ponto de vista do PCP, justificam fundadas e acrescidas preocupações. Evidenciadas por Bernardino Soares foram, concretamente, situações e factos que mostram não só uma contínua degradação do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores como também uma linha de ataque dirigida no sentido de fragilizar ou aniquilar direitos essenciais. Lembrados foram, entre outros, os seguintes exemplos:

- o aumento do desemprego, atingindo 243 mil trabalhadores no 2.º trimestre de 2002, o que constitui um crescimento de 1,9% em relação ao trimestre anterior e de 17,6% em relação a igual período do ano passado;

- a crescente precariedade das relações jurídico-laborais, com especial incidência nas camadas mais jovens, como testemunha o acréscimo ocorrido em 2001 de 12,8% no número de contratos a prazo, bem como o aumento de 10,5% no mesmo ano do conjunto de situações relativas à precariedade do trabalho (contratos a prazo, trabalhadores por conta própria sem empregados, e desemprego)

- a continuada degradação dos salários reais, acentuando a divergência com a União Europeia e desmentindo que seja o custo do trabalho a razão da insuficiente produtividade das empresas portuguesas, em simultâneo com o agravamento do fosso entre os salários mais altos e os restantes;

- a sucessão de encerramentos, deslocalizações e falências de empresas e de despedimentos de trabalhadores com elevados custos sociais e que gozam da indiferença governamental;

- a constante e crescente negação da democracia nas empresas, com o aumento de atitudes arbitrarias e prepotentes do patronato sem escrúpulos em que cresce o sentimento da impunidade em face das posições do Governo.

Sobre novos e velhos problemas na Educação Urgem explicações do ministro

A bancada comunista solicitou a presença do ministro da Educação no Parlamento, «com a máxima urgência», para clarificar questões que são hoje motivo de preocupação de pais e encarregados de educação, professores e alunos.

Em causa estão «novos e velhos problemas que impe-

dem um melhor funcionamento do sistema educativo e fragilizam cada vez mais as legítimas expectativas dos portugueses face à sua qualificação e ao desenvolvimento do País», salienta a deputada comunista Luís Mesquita na carta que dirigiu na semana transacta ao presidente da

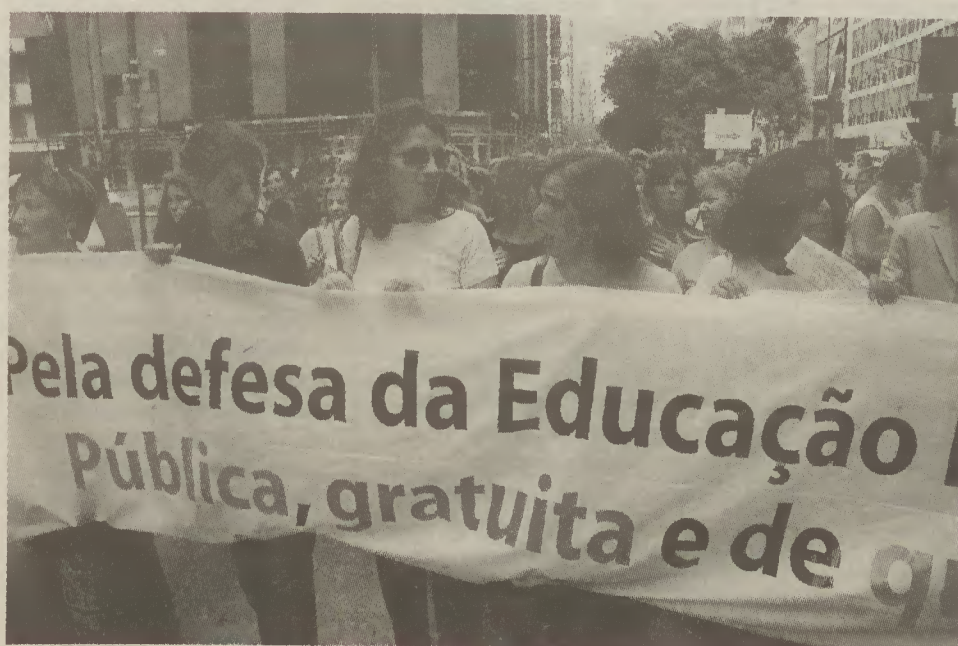
comissão parlamentar de educação, ciência e cultura a requerer a comparação de David Justino.

No momento em que tem início o novo ano lectivo, na perspectiva do PCP, importa confrontar o Executivo com temas que inquietam o sector, como o «crescente desempre-

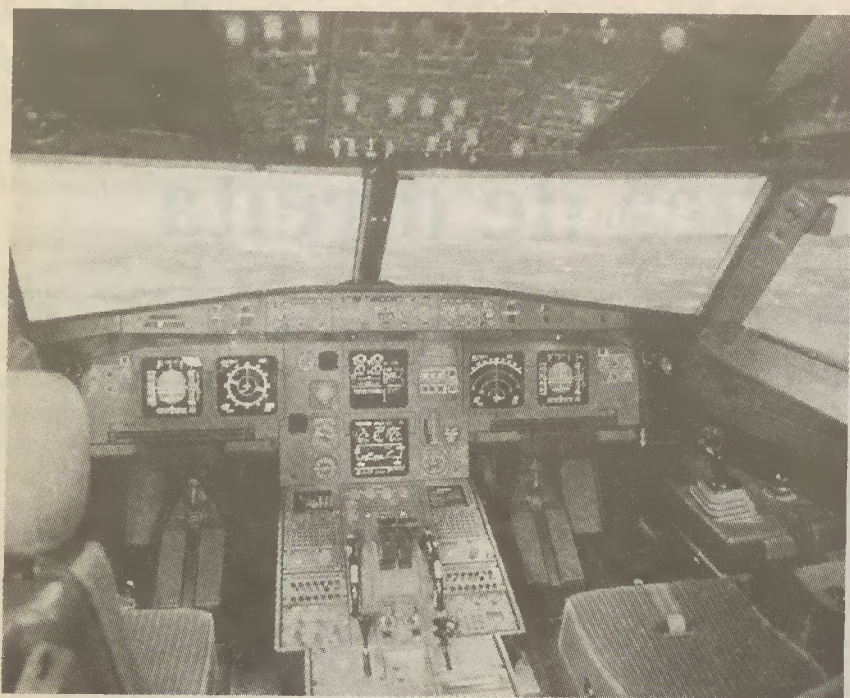
go» de educadores e professores de todos os níveis de ensino ou com a alteração do calendário escolar dos educadores de infância.

Os deputados comunistas querem ainda ouvir o responsável da tutela sobre a diminuição do número de alunos e a «gratuidade e universalidade da escolaridade obrigatória», bem como sobre a reforma curricular e a «oferta obrigatória da disciplina de Religião e Moral» (este último aspecto considerado grave, conforme foi dito em conferência de imprensa, segunda-feira, tratada neste número na página 32).

A «situação do ensino recorrente», as «condições de funcionamento das escolas do primeiro ciclo» e as consequências resultantes do encerramento de algumas delas, e, por último, o ensino do português nas comunidades lusas espalhadas pelo mundo constituem outras tantas matérias que a formação comunista que ver analisadas em sede de comissão.



O desemprego atinge milhares de educadores e professores



Espaço aéreo - controlo em perigo

• Fátima Garcia

O vírus das privatizações de serviços públicos que se instalou no seio das instituições europeias (Conselho, Parlamento Europeu, Comissão) e nos governos dos Estados-membros atinge actualmente proporções que começam a rair a loucura. Como se já não bastassem os sectores da energia, das telecomunicações e dos transportes, resolveram passar agora ao controlo do tráfego aéreo.

A razão que nos apresentam é a da necessidade de resolver os problemas do congestionamento do espaço aéreo e aumentar a segurança. E para isso há que proceder, até 2004, à criação do «céu único europeu».

Estamos de acordo que é necessário dar resposta a tais problemas. De facto, nos nossos dias poucos são os voos que não registam atrasos, e a segurança deverá ser uma prioridade - para protecção dos passageiros e das pessoas sobrevoadas. É evidente que com o aumento verificado e previsível de tráfego aéreo, há que reforçar aspectos de coordenação, de modernização, de organização e de interoperabilidade dos sistemas de controlo de tráfego.

Mas a questão não está aqui; a questão incide no facto de que estas não são as verdadeiras razões desta proposta.

A Comissão diz que com o «céu único» se resolvem os problemas de atrasos. Não é verdade. Apenas cerca de 20 a 25% dos atrasos são fruto de problemas relacionados com o controlo aéreo. O resto depende de questões climatéricas, da duplicação do número de voos em 10 anos, da proliferação de novas companhias aéreas, de

congestionamento nos aeroportos, etc. Dizem-nos que os atrasos são também devidos à repartição do espaço aéreo entre os Estados-membros de acordo com as suas fronteiras territoriais. Mas, já se viu algum avião ser parado numa fronteira? E não há já hoje colaboração na repartição do espaço aéreo (Portugal controla uma faixa fronteiriça do espaço espanhol e vice-versa)?

Alguns afirmam que a segurança é posta em causa pela existência de cerca de meia centena de centros de controlo. Mas, o número de aparelhos que podem ser controlados, simultaneamente, pelo mesmo centro não é ilimitado.

Os sindicatos do sector, com os quais trabalhamos estreitamente, afirmam que esta proposta não acrescentada nada às questões de segurança ou gestão. As verdadeiras razões são as económicas. Este é um sector

altamente rentável.

Há, no essencial, três aspectos nesta proposta da Comissão extremamente preocupantes.

O primeiro tem a ver com aspectos de soberania. A proposta prevê a definição de nova divisão do espaço aéreo (blocos funcionais) a decidir por via supranacional, e a integração do controlo do espaço aéreo militar no espaço aéreo civil. Como o camarada Joaquim Miranda afirmou na sua intervenção, trata-se aqui de gestão do território, matéria sobre a qual a Comunidade não tem competência e que colide com preceitos constitucionais em alguns EM.

O segundo, é a introdução do critério de rentabilidade económica na prestação dos serviços (prevendo, inclusive, a atribuição de incentivos nesta área) e na abertura ao mercado dos serviços auxiliares (meteorologia, busca e salvamento, bombeiros) que até hoje funcionavam como elos de uma mesma cadeia. A experiência tem demonstrado que esta rentabilidade é no geral conseguida com a redução de custos. Não nos esqueçamos do recente acidente na Alemanha com um aparelho controlado pelos serviços na Suíça.

Dos dois lados da fronteira estes serviços foram privatizados e na Suíça parece ter havido graves problemas no que toca a material e pessoal.

O terceiro liga-se com o facto de, tratando-se de Regulamentos, estes serem de transposição automática para o direito nacional, sem qualquer margem de manobra para os EM. O PE introduziu, na sua decisão, o aspecto de carácter de missão de interesse geral dos serviços de navegação aérea e a possibilidade de os EM poderem optar entre entidades públicas ou privadas para a prestação destes serviços. Mas nos aspectos que ferem a soberania no controlo do espaço aéreo, deixou tudo nas mãos da Comissão Europeia.

Face a tudo isto, os deputados do PCP no Parlamento Europeu votaram contra todo este pacote, mas os deputados do PSD e PS votaram maioritariamente a favor.

O governo do PS apresentou várias reservas a esta proposta, essencialmente por razões de soberania. Esperamos para ver o que vai agora fazer o Governo de Durão Barroso. Esperemos que se aconselhe melhor do que os seus representantes no PE e siga a via que melhor defenderá os interesses nacional e dos trabalhadores do sector que se opõem a este «céu único».

Governo francês cede aos interesses do patronato e faz marcha atrás no horário semanal de trabalho

França revoga as 35 horas

A direita francesa, no poder, preparava-se ontem, quarta-feira, para aprovar em Conselho de Ministros uma lei que na prática vem revogar a jornada das 35 horas semanais.

O projecto de diploma propõe-se efectuar «uma harmonização rápida do salário mínimo nacional, ampliar a redução das taxas sociais com o fim de controlar melhor os custos do trabalho e flexibilizar a jornada laboral das 35 horas semanais, para responder melhor às necessidades da economia e dos desejos dos assalariados».

Apesar das supostas boas intenções declaradas, o grande objectivo do governo francês é impor o regresso à semana das 39 horas, uma vez que o pagamento das horas extraordinárias, até agora acrescido de 25 por cento, entre a 35.ª e a 39.ª horas, e de 50 por cento até à 46.ª hora, será reduzido para uns meros 10 por cento, estabelecendo-se no entanto um limite máximo anual de 180 horas extras.

Esta medida corresponde às exigências dos grandes patrões franceses que, através das suas diferentes federações, há muito lutam pela abolição das 35 horas, que foi a grande reforma do anterior executivo socialista de Lionel Jospin, entre 1977 e 2002.

A lei das 35 horas, que instituiu a semana laboral de quatro dias, deverá ter sido responsável pela criação 300 mil postos de trabalho, entre os dois milhões de novos empregos criados durante a vigência do governo socialista. Cerca de 16,2 milhões de trabalhadores regem-se actualmente pelas 35 horas, ou seja 90 por cento das empresas com mais de 200 assalariados e perto de 40 por cento das unidades que têm entre 21 e 50 trabalhadores. Nas empresas de menor dimensão, com menos de 20 trabalhadores, a nova lei era aplicada por apenas de 10 por cento do total.

Cerca de 16,2 milhões de franceses regem-se actualmente pelas 35 horas

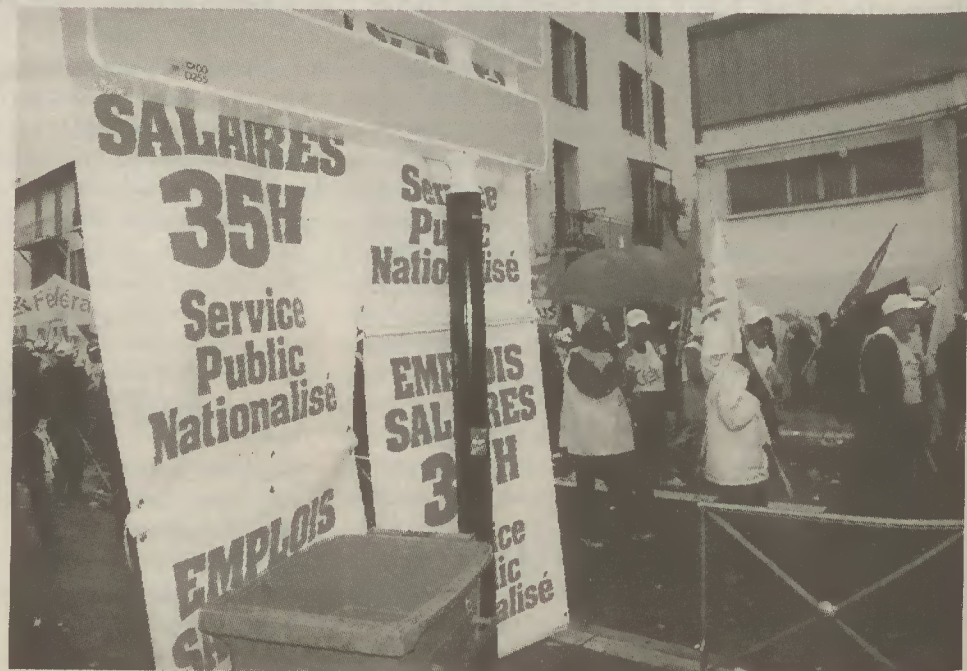
Efeitos perniciosos

Porém, a redução da jornada semanal teve outros efeitos associados, nem sempre positivos para os trabalhadores. Se é verdade que estes passaram a dispor de mais tempo livre, também é certo que a entidade patronal passou a poder contabilizar as horas de trabalho de forma anual, de acordo com as

necessidades de produção num dado período, o que em muitos casos se traduziu na fim das horas extra com que muitos trabalhadores contavam ao fim do mês.

Por outro lado, registou-se um aumento dos contratos a meio tempo e tempo parcial e embora teoricamente a passagem às 35 horas não implicasse redução de salário, a política de congelamento de salários que se verificou acabou por comer uma parte do poder de compra, compensando a diminuição da jornada de trabalho.

Flexibilizado o mercado laboral, o governo de direita dispõe-se agora a fazer a vontade ao patronato impondo uma redução drástica no custo das horas extraordinárias. Certo é que se nalguns sectores a medida poderá passar sem grande contestação noutros, onde existem fortes organizações de trabalhadores, como é o caso da Renault e demais gigantes industriais, os sindicatos não estão dispostos a fazer marcha atrás e abdicar de direitos já conquistados, prometendo lutar afinadamente em sua defesa. Não se prevê pois que nestes casos o retrocesso se venha a verificar nos próximos tempos. Na França da igualdade passarão pois a vigorar jornadas de trabalho muito desiguais.



A luta é o que resta aos trabalhadores franceses para defenderem o direito ao horário de trabalho

UE ultima sanções

A Comissão Europeia publicou uma lista de 2568 produtos norte-americanos que poderão ser sancionados na União Europeia com uma taxa até 100 sobre o seu valor.

Esta medida é a primeira consequência prática da decisão da Organização Mundial do Comércio que autorizou a UE a penalizar os Estados Unidos em quatro mil milhões de dólares anuais para compensar prejuízos causados à economia europeia. A enorme lista inclui produtos de quase todos os

sectores desde o aço e ferro, a maquinaria, reactores nucleares, material eléctrico e electrónico.

As sanções aos Estados Unidos visam compensar as chamadas Foreign Sales Corporation (FSC), ajudas fiscais à exportação, em vigor há cerca de 30 anos, de que beneficiam as empresas com sede em paraísos fiscais, entre outras, a Boeing, Disney, Microsoft ou Kodak.

No entanto, apesar de pronta, a lista não terá aplicação imediata. Bruxelas prefere aguardar que Was-

hington compreenda a necessidade de eliminar as referidas ajudas, já que como salientou na passada sexta-feira, o Comissário, Pascal Lamy: «O objectivo fundamental da UE não é tanto a compensação como a revogação da lei das FSC.»

É assim provável que as sanções nunca passem do papel, uma vez que a UE receia que a sua aplicação possa ter um efeito de boomerang prejudicando as empresas europeias dependentes de produtos americanos.

Coferatti advoga sindicato supranacional

O secretário-geral da maior confederação sindical italiana defendeu na passada semana em Madrid o fortalecimento da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e a sua constituição como um autêntico «sindicato supranacional», equiparável a outras entidades que existem noutros âmbitos na União Europeia. O sindicalista italiano sabe que a sua proposta irá encontrar resistência por parte de muitas organizações de trabalhadores filiadas na CES, cujo congresso se prepara para 2003, até porque, como assinalou, a transformação da Confederação num sindicato europeu pressupõe a «cessação de soberanias».

Comissário questiona Pacto de Estabilidade

O comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy, afirmou no passado sábado que a União Europeia deverá, mais cedo ou mais tarde, proceder à revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual fixa um limite máximo de três por cento do PIB para o défice público e coloca como objectivo o alcance do equilíbrio orçamental em 2004. Em declarações a uma estação de rádio francesas, o responsável mostrou-se favorável a «uma certa suavização» na aplicação do acordo, embora continue a sublinhar a importância de os estados membros respeitarem o limite dos três por cento do Produto Interno Bruto. Esta posição surgiu dias depois de, em Lisboa, durante o congresso internacional de Economistas, vários especialistas, entre eles o prémio Nobel, Robert Solow, terem considerado que os critérios do pacto de estabilidade impõem «constrangimentos improdutivos» às economias europeias. Recorde-se que os elevados défices públicos que se registam na França, Alemanha, Itália e Portugal tornam praticamente impossível o cumprimento do défice zero em 2004.

Bill Gates imune à crise

O fundador da Microsoft, Bill Gates, mantém-se pelo nono ano consecutivo como o homem mais rico dos Estados Unidos, com uma fortuna avaliada em 43 mil milhões de dólares, isto apesar de no ano passado, ter perdido qualquer coisa como 11 mil milhões. Na lista das maiores fortunas surgem logo a seguir Paul Allen, igualmente co-fundador da Microsoft, e o seu actual presidente, Steve Ballmer. Entre os dez primeiros figuram ainda o especulador Warren Buffet e cinco herdeiros do fundador da cadeia de lojas Wal-Mart, Sam Walton.

France Telecom à beira da ruptura A queda dos impérios

O anúncio de gigantescas perdas no valor de 12.200 milhões de euros e uma dívida de 69.700 milhões de euros, coloca a France Telecom numa complicada situação de pré-falência.

O desastre económico, que veio a público no final da passada semana e já levou à demissão do presidente da empresa alemã Mobilcom, obrigando o estado germânico a garantir uma intervenção de 400 milhões de euros para a salvar da falência.

A Mobilcom, detentora de uma licença telefones móveis de terceira geração, o UMTS, e responsável por cinco mil postos de trabalho, foi uma das muitas aquisições que a France Telecom efectuou nos últimos anos, quando aproveitando o seu bom desempenho em bolsa iniciou uma estratégia de expansão, com a benção do governo de Jospin, que iniciou a sua privatização.

Contudo, os avultados investimentos acabaram por dar maus resultados ou ficaram muito aquém das expectativas, como aconteceu no caso da Orange, empresa britânica de telemóveis, cujo controlo custou 40 mil milhões de euros.

As dificuldades começaram logo a aparecer em 2001, quando registou a primeira perda então de cerca de 8.300 milhões de euros. O buraco agora encontrado é porém muito mais grave. Refira-se que a eléctrica norte-americana Enron foi à falência com uma dívida de

13.100 milhões de dólares, muito menos que os cerca de 70 mil milhões de euros (moedas praticamente equivalentes) que a France Telecom apresenta de dívida.

O Estado é a única esperança da France Telecom para escapar à falência

Embora, este gigante europeu seja ainda participado em 55 por cento pelo estado francês, facto que tem sido decisivo para evitar a falência, o problema não tem uma solução fácil. Estima-se que para garantir a viabilização económica, o governo teria de disponibilizar pelo menos nove mil milhões de euros, mas uma tal despesa teria um impacto brutal sobre o défice público de 2003, colocando a França fora dos limites do Pacto de Estabilidade.

E no entanto a mão salvadora do Estado é a única

esperança da France Telecom, empresa que ocupa o segundo lugar na Europa, emprega 200 mil pessoas, das quais 150 em França, possui 200 milhões de clientes e 1,6 milhões de pequenos accionistas, cujos títulos valem hoje apenas 10 euros contra os 225 euros em que chegaram cotar-se há menos de dois anos.

Crise generalizada

Uma das causas evocadas para a actual crise das empresas de telecomunicações europeias que, no seu conjunto, acumulam dívidas no valor de 250 mil milhões de contos, é o impasse em que se encontra o novo sistema de comunicações móveis UMTS.

As grandes companhias que ganharam a disputa das licenças pagaram um total de 120 mil milhões de euros, desejosas de entrar no prometedor mercado. Porém, dois anos depois, esta tecnologia ainda não está a ser

comercializada, com os consequentes reflexos nas contas das empresas.

Paralelamente, durante o período áureo das bolsas, realizaram-se grandes aquisições, cujo valor em breve se reduziu para metade à medida que as cotações foram baixando, o que se reflectiu negativamente nos resultados de 2001.

Não surpreende pois que, para além da France Telecom, a maioria das companhias do ramo passe por dificuldades extremas. É o caso da Deutsche Telecom, que controla também a VoiceStream, cuja dívida ascende aos 64.200 milhões de euros. A Telefónica da vizinha Espanha também já anunciou a venda de imóveis e participações para diminuir as perdas neste exercício, sofridas sobretudo com os investimentos na Argentina. Por seu turno, que a Telecom Italia quer a British Telecom renunciaram aos planos de expansão, vendendo as participações de tinham em congéneres de outros países europeus.



A gestão privada colocou numa situação de falência técnica as principais companhias de telecomunicações europeias

Manifestação em Itália Pela igualdade da lei

Cerca de meio milhão de pessoas, segundo os organizadores, participaram na «festa do protesto» realizada no passado sábado em Roma, contra os projectos de reformas da justiça do governo de Silvio Berlusconi.

A iniciativa foi convocada por um movimento de cidadãos, onde se inclui o cineasta Nanni Moretti, que foi um dos oradores na concentração. «Nós manifestamo-nos para que a lei seja igual para todos os italianos», disse o realizador que confessando aos manifestantes os motivos do seu activismo político: «Se um dia o homem mais tendencioso de Itália chegasse a Presidente da República sentiria vergonha por nada haver feito para impedi-lo».

De resto a contestação ao primeiro-ministro italiano foi patente não só nos discursos como nos cartazes que os manifestantes empunhavam. Moretti aproveitou para notar que

«aqueles que votaram Berlusconi seguindo um sonho acordaram no meio de um pesadelo». «Agora que já despertámos não lhes daremos mais nenhum cheque em branco.»

Em muitos cartazes, sobressaía a questão do famoso projecto de lei sobre a legítima suspeita, feito à medida dos problemas que o primeiro-ministro tem com a Justiça, e que permitirá ao réu recusar-se a ser julgado por um dado tribunal, obtendo assim a transferência para um outro.

Implicados em vários processos que decorrem em Milão, Berlusconi e o ex-ministro Cesare Previti encontram assim a solução para adiar os julgamentos até a prescrição. Foi contra este uso pessoal da justiça e das leis, por parte do governo de direita, que centenas de personalidades italianas aderiram ao movimento de protesto, muitas das quais, como foi o caso do Prémio Nobel, Dario Fo, compareceram na manifestação.

Governo basco processa juiz Garzon

O governo do País Basco decidiu apresentar queixa-crime no Tribunal Supremo contra o juiz da Audiência Nacional, Baltasar Garzón, pelas medidas que este tomou para suspender o Batasuna e, em particular, as restrições que põem em causa os direitos de reunião e manifestação.

Segundo um porta-voz do executivo basco, Josu Jon Imaz,

as medidas de Garzon «esvaziavam de conteúdo as funções do departamento do Interior», e afectam pessoas que nada têm a ver com o Batasuna.

Em causa está ainda a exclusão de sete deputados do Batasuna do Parlamento Basco, por ordem de Garzon cuja legalidade é agora contestada pelos serviços jurídicos daquele órgão.

Na sequência de uma poderosa manifestação, realizada no passado sábado em Bilbao, centenas de milhares de pessoas saíram para as ruas para apoiar o Batasuna, ignorando a proibição de Garzón. As quatro pessoas que a polícia deteve foram já enviadas para a prisão acusadas de atentado contra a autoridade, desordens públicas,

apologia do terrorismo e participação numa manifestação ilegal.

A manifestação de sábado, onde se registaram pequenos incidentes com as forças da ordem, foi interrompida pela polícia, cumprindo ordens de Garzón, uma vez que o departamento basco do Interior se recusou a proibir a acção.

Jornadas em Copenhaga

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária termina hoje, quinta-feira, na capital da Dinamarca, as suas jornadas de estudo dedicadas à análise das consequências do 11 de Setembro.

A iniciativa do grupo, no qual se integram os deputados europeus do PCP, teve início na segunda-feira, contando com a participação de vários especialistas, jornalistas e membros de diferentes partidos de vários países europeus.

Durante quatro dias, as jornadas avaliaram os efeitos do ataque terrorista na política legal e de segurança global europeia bem como as suas repercussões na liberdade e democracia no mundo.

PCP defende ajuda a Timor

A Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu votou no início do mês as orientações para o exercício orçamental para o próximo ano, tendo aprovado uma proposta de alteração que visa diminuir sensivelmente as verbas inscritas pelo Conselho para a ajuda a Timor Leste.

Em vez de 19,5 milhões de euros de compromissos e 22 milhões de contos em pagamentos, a alteração prevê a redução daqueles montantes para nove e 16 milhões respectivamente.

A proposta, aprovada com os votos dos populares e socialistas europeus, acabou por inviabilizar a votação de uma outra apresentada pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda, igualmente presidente da referida Comissão, que pretendia o aumento para 28 milhões de euros do valor para compromissos e a manutenção dos 22 milhões para pagamentos.

Na ocasião, Miranda qualificou a proposta como «um acto profundamente negativo e grave, contraditório com tudo o que o PE tem afirmado e decidido relativamente a Timor e particularmente inaceitável, tendo em conta que se trata de uma país que acaba de aceder à independência e se inscreve entre os mais pobres do mundo». Entretanto, o deputado já iniciou contactos com vista a viabilizar a sua proposta ou pelo menos manter os montantes já acordados com o Conselho.

Social-democratas vencem na Suécia

Os eleitores suecos voltaram a dar uma maioria aos partidos situados à esquerda que somaram 53 por cento dos votos, contra 43,8 por cento para a oposição de direita, segundo resultados ainda não definitivos do sufrágio realizado no domingo.

Os social-democratas do primeiro-ministro sueco Goeran Persson venceram o escrutínio, com 40 por cento, subindo 3,6 pontos em relação às eleições de 1998, e os seus aliados do Partido de Esquerda (antigo Partido Comunista) e Verdes obtiveram respectivamente 8,4 por cento e 4,6 por cento.

Manifestação contra Kuchma

Mais de 10 mil cidadãos ucranianos desfilaram segunda-feira nas ruas da cidade de Kiev para pedir a demissão do presidente Leonid Kuchma, acusado de corrupção e autoritarismo. A manifestação tinha sido proibida pelas autoridades.

«Fora Kuchma» era a palavra de ordem dos manifestantes procedentes de diversas regiões da Ucrânia convocados pelo partido comunista, alguns nacionalistas e pelo bloco da opositora Yulia Tymochenko (centro-direita). Vários manifestantes ocuparam a praça Europa, no centro da cidade, empunhando placards onde se lia: «Kuchma criminoso e fascista», «Kuchma destituído» ou «Trabalho, salários e pensões». Um dos militantes comunistas recordou que este é um dos protestos mais significativos dos últimos anos na Ucrânia.

Confrontos em Caxemira

As tropas indianas e paquistanesas trocaram tiros de artilharia ao longo da linha de demarcação do estado de Caxemira na véspera do início do escrutínio eleitoral na parte indiana, informaram, domingo, fontes policiais.

As trocas de disparos de artilharia e morteiros registou-se no sector de Keran, distrito de Kupwara, vizinho de Azad-Caxemira (sob controlo paquistanês). «Os disparos unilaterais das tropas paquistanesas do outro lado da linha de controlo começaram sábado e prosseguiram durante a noite», precisou a fonte, acrescentando que as tropas indianas responderam aos disparos.

Jammu-et-Caxemira, Estado de maioria muçulmana da união indiana, iniciou, segunda-feira, um período eleitoral organizado em quatro fases e que terminará no dia 8 de Outubro.

Palestiniano assassinado na Faixa de Gaza

Um palestino foi assassinado por soldados israelitas num controlo militar próximo da aldeia de Deir El-Ballah, informaram as forças de segurança palestinianas através de um comunicado.

A Faixa de Gaza permanece absolutamente bloqueada pelo exército israelita e os oito mil palestinianos que entram diariamente em território israelita para trabalhar não foram autorizados, segunda-feira, a atravessar a fronteira devido à celebração israelita do «Dia do Perdão» (Yom Kippur). Além disso, a Faixa de Gaza continua dividida em três áreas que ficaram também isoladas entre si. No mesmo dia, as escavadoras israelitas arrasaram dúzias de oliveiras e hortas de palestinianos e causaram graves danos em quintas da Faixa de Gaza, numa prática já comum do exército que, desde o início da Intifada (28 de Setembro de 2000) já arrancou meio milhão de árvores de fruto, segundo o Centro de Justiça e Paz.

O governo colombiano mobilizou o exército e a polícia para travar as caravanas dos trabalhadores, camponeses e estudantes que se dirigiam para a capital

Greve geral foi um sucesso apesar da repressão

O governo do presidente Alvaro Uribe reprimiu, segunda-feira, a greve geral realizada por 800 mil trabalhadores da Função Pública e que teve o apoio do movimento camponês e estudantil.

A greve foi convocada em protesto contra os três projectos governamentais que transitam no Congresso, ou seja, a «flexibilidade» no mercado de trabalho, o aumento da idade para a reforma e o despedimento de 400 mil funcionários públicos.

O aumento da idade para a reforma e o corte nos salários dos trabalhadores do Estado causaram reacções particularmente enérgicas entre os trabalhadores. Foram também contestadas as medidas que diminuem os subsídios por horas-extras, trabalho nocturno e aos domingos.

«Não podemos aceitar que se congele o investimento social e se diminuam os gastos públicos. Em vez de solucionarmos os problemas dos trabalhadores, estas medidas vão empobrecer, ainda mais, a população e arruinar a força de trabalho no país», declarou Julio Roberto Gomez, dirigente de uma das centrais sindicais que convocaram a manifestação.

Entretanto, o presidente da

Federação Nacional dos Trabalhadores da Função Pública, Roberto Chamucero, estimou em 90 por cento a adesão à greve nas empresas de telecomunicações e de petróleo. Na greve participaram ainda os trabalhadores dos aeroportos, da justiça, da saúde e da educação.

Entretanto, o protesto dos trabalhadores colombianos decorreu sob um forte dispositivo militar, com o exército em alerta máximo a pretexto de prevenir actos de sabotagem e atentados à ordem pública. As organizações camponesas denunciaram que o exército proibiu as marchas em direcção às cidades e prendeu os líderes dos comités civis rurais. Em algumas regiões ocorreram ainda ameaças por parte de grupos militares de ultradireita.

Repressão nas cidades e no campo

As manifestações mobilizaram milhares de trabalhadores,

camponeses e estudantes, na capital e em várias outras cidades. Em Bogotá, o exército prendeu uma dezena de estudantes e espancou várias pessoas, inclusive um grupo de jornalistas.

O incidente mais grave deu-se na Avenida Jiménez, onde um grupo de pessoas desafiou a polícia e esta reagiu investindo com golpes de cassetete.

Noutro ponto da cidade, quatro mil estudantes foram dispersados quando gritavam palavras-de-ordem contra o governo.

As autoridades militares de Cudinamarca investiram brutalmente nas localidades de Chusasá, Boqueron, Ubate, Fusagasugá e Viotá, onde um decreto de última hora proibiu mobilizações ao longo das

estradas. Em Palermo, Aipe e La Plata ocorreram prisões de camponeses e em Icononzo 7500 agricultores foram impedidos de se manifestar.

PC Colombiano condena autoritarismo

O Partido Comunista da Colômbia emitiu na passada semana uma nota condenando de forma veemente as recentes decisões do governo colombiano, comandado pelo liberal Alvaro Uribe.

Nessa mesma semana, o presidente colombiano anunciou que endureceria o estado de excepção decretado há cerca de um mês e daria autorização para que os militares e a polícia pudessem fazer prisões sem mandatos judiciais e colocou algumas partes do território colombiano sob controlo militar, que poderão restringir a liberdade dos moradores e decretar o recolher obrigatório.

A perseguição contra o povo é apoiada e financiada pelos Estados Unidos. Na nota, os comunistas colombianos denunciam a «política uribista de violência contra o povo que não só aumenta a fome e a miséria, mas também pretende enfrentar a aguda crise do país pela via da guerra».



O exército proibiu as marchas em direcção às cidades e prendeu os líderes de comités civis rurais

Acordo entre Coreias

A Coreia do Norte e a Coreia do Sul alcançaram, domingo, um acordo militar para garantir a segurança das suas tropas e da população na zona fronteiriça desmilitarizada, enquanto durarem as obras da linha ferroviária que voltará a unir os dois países, informou a agência Yonhap, citada pela Lusa.

O Norte e o Sul criaram também um «telefone vermelho» para emergências que possam surgir durante os trabalhos de ligação ferroviária e das estradas adjacentes na fronteira, que se iniciaram ontem. Entretanto, os militares, de ambas as partes, demarcaram uma «zona conjunta de segurança» em torno da linha de comboio e comprometeram-se a não construir nela nenhum tipo de instalações militares que não sejam ferroviárias, rodoviárias ou postos de sentinelas.

Esta ligação tem um significado simbólico para a reconciliação das duas Coreias já que, além de ser a primeira via directa de comunicação, produzirá efeitos tangíveis entre os países que cortaram todos os seus laços no final da Segunda Guerra Mundial.

Tóquio e Pyongyang fazem as pazes

O presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-Il, e o primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, reuniram-se, terça-feira, em Pyongyang e acordaram o início de negociações com vista à plena normalização das relações diplomáticas entre os dois países.

Entretanto, os dois líderes resolveram algumas questões antigas, com a Coreia do Norte a anunciar o cancelamento, por um período «indefinido», dos lançamentos de mísseis e a receber um crédito da Coreia do Sul para construir vias entre Sul e Norte.

Uma das questões que ficou ultrapassada relaciona-se com os 11 japoneses raptados nas décadas de 70 e 80, pela Coreia do Norte que Pyongyang sempre negou. O presidente Kim Jong-Il admitiu pela primeira vez o ocorrido e afirmou que os responsáveis seriam severamente castigados.

Por seu lado, o Japão aceitou ao pedido norte-coreano e apresentou as suas desculpas pela ocupação da península coreana, entre 1910 e 1945. «O Japão reconhece humildemente que causou terríveis danos e sofrimento ao povo coreano durante o período colonial e exprime os seus sentimentos de remorsos e sinceras desculpas», indica o comunicado conjunto assinado no fim da Cimeira de Pyongyang.

Revolução educacional em Cuba

O presidente de Cuba, Fidel Castro, discursou esta semana perante milhares de jovens a respeito dos sucessos obtidos na educação durante a implantação do socialismo na ilha.

No encontro, Fidel Castro lembrou que o desenvolvimento educacional dos cubanos pode ajudar muitos outros países, como já vem acontecendo com as equipas técnicas e médicas cubanas que prestam ajuda humanitária em dezenas de nações.

Durante a cerimónia que marcou o início do ano escolar em Havana, Fidel Castro, baseado em estatísticas da UNESCO e da UNICEF, evocou o facto de Cuba ultrapassar, em termos da educação, e não só, as nações consideradas «mais ricas». Recordou ainda que um dos objectivos da luta pela libertação nacional, culminada em 1959, foi a erradicação do analfabetismo, levar professores e escolas a todas as partes do país e transformar o sistema educacional e o seu conteúdo.

«Quase sem perceber, assumimos a liderança», disse o presidente cubano. «Eles (os países mais ricos) não tem a menor possibilidade de nos superar seguindo o modelo social e económico capitalista. A educação, ao lado da saúde e do desporto, é uma das prioridades do governo cubano», salientou.

«Procuramos um sistema educacional que corresponda cada vez mais com a igualdade, justiça, auto-estima e as necessidades morais e sociais dos cidadãos, numa sociedade que o povo de Cuba se propôs criar», disse Fidel Castro.

O presidente de Cuba referiu ainda que a escolarização no ensino primário no país chega aos cem por cento, enquanto nos Estados Unidos chega aos 95 por cento e na Alemanha aos 86 por cento. Na ilha, há um docente para cada 42,23 habitantes, comparando com 66 no Canadá e 83,95 no Reino Unido.

Cinco patriotas reféns do «império»

A Assembleia de Bairros do Parque Centenário, em Buenos Aires, na Argentina, aprovou por unanimidade um apelo à libertação dos cinco cubanos presos há quatro anos nos EUA.

Na sua tradicional sessão de domingo, o fórum cidadão, que surgiu das grandes mobilizações argentinas no início do ano, recebeu a visita de Adriana Peréz, esposa de Geraldo Hernández, um dos chamados «prisioneiros do império».

A esposa do prisioneiro explicou aos presentes a verdade sobre o caso dos cinco jovens

cubanos. Falou das numerosas violações jurídicas, processuais e de direitos humanos cometidas pelas autoridades norte-americanas e leu uma mensagem enviada por Geraldo Hernández aos «queridos irmãos da terra de Che», cujo o texto dizia: «O apoio e a solidariedade que recebemos de vocês têm para nós um significado muito especial».

«Geraldo, Antonio, René, Ramón e Fernando estão encarcerados por lutarem contra o terrorismo. Eles nunca ameaçaram a segurança dos EUA nem dos norte-americanos», disse Adriana Peréz insistindo na necessidade de romper a cortina de silêncio que tenta ocultar os factos da opinião pública argentina.

Com a visita à Assembleia do Parque Centenário, a mulher de Geraldo Hernández encerrou uma semana de intensas actividades a favor dos prisioneiros cubanos, entre as quais se destaca a participação na caminhada que as Mães da Praça de Mayo realizam todas as semanas. A agenda incluiu um encontro com parlamentares, juristas, organizações de defesa dos direitos humanos, estudantes e professores da Universidade de Buenos Aires, além de grupos de solidariedade cubana.

EUA desvalorizam decisão Iraque autoriza regresso dos inspectores

O Iraque aceitou segunda-feira o regresso incondicional dos inspectores de desarmamento da ONU. Os EUA dizem-se cépticos e insistem no ataque a Bagdad.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, anunciou ter recebido no início da semana uma carta entregue pelo responsável da diplomacia iraquiana, Naji Sabri, informando que o Iraque aceita «o regresso dos inspectores» e que o governo de Bagdad quer «começar a discutir os termos práticos para o regresso da equipa de inspectores» e o reinício do seu trabalho.

Segundo Sabri, que entregou a mensagem ao Conselho de Segurança da ONU na presença do secretário-geral da Liga Árabe, Amro Musa, o seu país pretende «eliminar todas as dúvidas» sobre a existência de «armas de destruição maciça» no Iraque.

Sublinhando a aspiração do seu país em conseguir uma solução completa do problema que permita o levantamento total das sanções internacionais impostas a Bagdad após a

ocupação do Kuwait, em 1990, Sabri disse que o Iraque «reitera a importância dos compromissos» do Conselho de Segurança e da ONU «de respeitarem a soberania, integridade territorial e independência política do Iraque».

Os EUA desvalorizaram de imediato a decisão de Bagdad, classificando-a como uma tática destinada a dar «falsas esperanças à comunidade internacional».

Apesar de o director de comunicações da Casa Branca, Dan Bartlett, achar que nunca se sabe «quando Saddam Hussein está a dizer a verdade», o secretário-geral da ONU manifestou-se confiante, tendo já anunciado que o sueco Hans Blix, responsável da Comissão da ONU para o Controlo, Verificação e Inspeção no Iraque, está preparado para «recomeçar o seu trabalho» o mais depressa possível.

«Os EUA indicaram inequivocamente que querem intervir no Iraque»

Reacções internacionais

Em Tóquio, as autoridades nipónicas reagiram com prudência à decisão de Bagdad. Yasuo Fukuda, porta-voz do governo nipónico, manifestou satisfação pelo teor da carta enviada pelo governo de Saddam Hussein ao secretário-geral da ONU, mas disse que a comunidade internacional deve verificar se o Iraque vai aplicar verdadeiramente o que diz aceitar.

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Tang Jiaxun, comentou em Nova Iorque a decisão iraquiana, afirmando que ela corresponde ao que a comunidade internacional esperava. «A China, em colaboração com a comunidade internacional, vai continuar a trabalhar para alcançar uma solução política para a questão iraquiana, no quadro das Nações Unidas», disse Tang Jiaxun.

Entretanto, a Austrália, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, afirmou que «parece tratar-se de uma evolução promissora». Na Malásia, um país fortemente muçulmano, o primeiro-ministro, Mahathir Mohamad, disse que à atitude do Iraque se deve responder com um «levantamento das sanções».

Para a primeira-ministra neozelandesa, Helen Clark, o anúncio de Bagdad constituiu uma «vitória para a democracia» e adiantou que o seu país está disposto a enviar inspectores para o Iraque, no âmbito de uma missão das Nações Unidas.

Méio Oriente Estatística macabra

Os israelitas mataram 1726 palestinos desde o início da Intifada, em Setembro de 2000, até Agosto último, revelou, domingo, o diário Haaretz, citado pela Lusa.

De acordo com a mesma fonte, as baixas israelitas ascendem a 619 no mesmo período.

Citando dados do Crescente Vermelho, o jornal revela que o total de palestinos mortos e feridos no período considerado é de 21 375, enquanto do lado israelita o total é de 5116.

O levantamento revela ainda que, dos 19 649 palestinos feridos pelas forças israelitas, 4647 foram-no por fogo real, 5461 por balas de borracha, 5125 por gás lacrimogénico e outros 4416 por outros meios.

O departamento das Nações Unidas, em Gaza, informa por seu turno que até ao dia 8 de Abril o número de crianças palestinianas mortas ascendia a 374, enquanto as israelitas somavam 37.

A organização não-governamental Betselem, por seu lado, indica que 133 dos 619 mortos israelitas eram colonos judeus ou habitantes dos enclaves que Israel construiu nos territórios palestinianos.

O diário Haaretz refere ainda que do total de 13 566 ataques palestinianos contra objectivos israelitas, 96 por cento foram perpetrados nos territórios ocupados e apenas 4 por cento se registaram em terra de Israel. Estes últimos foram no entanto os que provocaram mais vítimas, sendo responsáveis por mais de metade do total dos mortos israelitas.

Por outro lado, o Centro Justiça e Paz da Jordânia assegura que em Abril de 2002 existiam 10 000 palestinianos presos em Israel.

Israel, por seu lado, assegura que no primeiro ano da Intifada as perdas económicas se cifravam em 3000 milhões de dólares e contavam com menos 80 000 postos de trabalho.

Os inspectores das Nações Unidas saíram do Iraque em 1998, pouco antes dos Estados Unidos e Grã-Bretanha começarem a bombardear o país.

EUA não vão recuar

O vice-primeiro ministro iraquiano Tarek Aziz considera que o seu país, ao aceitar o regresso dos inspectores da ONU, retirou aos Estados Unidos o pretexto para atacar o Iraque, mas acusa Washington de pretender fazer do Iraque um novo Afeganistão.

«Imediatamente após o anúncio da tomada de posição de Bagdad (em Nova Iorque), a Casa Branca decidiu recusar a decisão» iraquiana, disse Aziz.

Garantindo que as autoridades iraquianas estão dispostas «a cooperar com a ONU», e que «todas as armas de destruição maciça no Iraque foram totalmente destruídas, e que foram até destruídas as instalações que abrigavam os equipamentos», contrariamente ao que dizem os Estados Unidos, Aziz acusa a administração Bush de visar outros propósitos. «O objectivo da política norte-americana (face ao Iraque) é controlar o petróleo (na região do Golfo)», afirmou.

Shimon Peres, ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, confirma que os EUA estão decididos a intervir no Iraque e não vão recuar nessa intenção.

Em entrevista à rádio pública israelita, Peres questionou a utilidade do regresso dos inspectores de armamento, alegando que são «pessoas honestas, mas vão ter de se confrontar com o regime de Saddam Hussein, que é uma mafia».

Lembrando que «o secretário-geral (da ONU) apresentou outras exigências» a que o Iraque terá de dar resposta, Peres deixou claro que, mesmo que tal venha a acontecer, o resultado não deverá ser muito diferente. «Os Estados Unidos indicaram inequivocamente que querem intervir no Iraque (...) Não penso que possam fazer marcha atrás», disse.

O processo de ilegalização de Batasuna

● Albano Nunes

A situação no País Basco, Euzkadi, está de novo na ordem do dia.

O processo de ilegalização do Batasuna, um partido político dispendido de uma importante base social e política de apoio, com posições em numerosas autarquias e deputados eleitos a nível do País Basco, do Estado Espanhol e no Parlamento Europeu, está a provocar uma ampla e viva oposição e a suscitar interrogações e inquietações que ultrapassam as fronteiras do país vizinho. A «suspensão preventiva» da actividade do Batasuna e a acção interposta pelo governo visando a sua ilegalização constitui um precedente grave cujo significado e implicações não pode deixar ninguém indiferente.

Sob o pretexto do combate ao terrorismo, e nomeadamente com o argumento de que o Batasuna não se tem demarcado das acções terroristas praticadas pela ETA de que é acusada de ser o «braço político», o governo de direita de José Maria Aznar, goradas as suas expectativas de tornar o Partido Popular no partido mais votado nas eleições autonómicas do País Basco, pôs em marcha, com o empenhado concurso do juiz Baltazar Garzón, um processo visando a ilegalização desta força política. Processo que analistas dos mais diversos quadrantes consideram conter sérios atropelos do ponto de vista formal, não respeitando nomeadamente a separação de poderes Legislativo-Executivo-Judicial, mas pior do que isso e do ponto de vista substantivo põe em causa Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais – das mais elementares garantias de defesa ao direito de associação e à liberdade de manifestação. O que se torna ainda mais preocupante perante o bem conhecido pendur autoritário da direita espanhola e a sua tentação para respostas centralistas e de força aos problemas nacionais que, da Galiza à Catalunha passando pelo Euzkadi, percorrem o Estado Espanhol.

PCP condena terrorismo

Forçoso é reconhecer que o facto de Batasuna não condenar explicitamente acções terroristas da ETA particularmente chocantes torna a posição de Batasuna frágil e facilita amalgamas, inaceitáveis perseguições, manipulação e confusão da opinião pública.

Para o PCP a condenação do terrorismo é uma questão de princípio. Toda a história do movimento operário e revolucionário mostra que, independentemente dos objectivos políticos dos seus promotores, práticas terroristas servem sempre e em última instância as forças mais reacçãoárias e obscurantistas. É o que uma vez mais está a acontecer no plano mundial com a ofensiva agressiva dos EUA visando impor ao mundo uma nova ordem totalitária, como ao nível de numerosos países, procurando restringir e liquidar direitos e liberdades duramente conquistados e impor graves regressões democráticas.

No caso concreto de Espanha e do processo de ilegalização de Batasuna é motivo de inquietação que o PSOE esteja a fazer causa comum com o PP, mostrando que há partidos social-democratas tão estruturalmente comprometidos com o sistema de

«alternância» e «bipolarização» que já nem mesmo em matéria de direitos e liberdades fundamentais expressam clara autonomia. Por outro lado, praticamente todos os outros partidos, grandes e pequenos, têm manifestado oposição ou claro distanciamento do processo. A começar naturalmente pelos camaradas do PCE e da Esquerda Unida, mas também pelos amigos do Bloco Nacionalista Galego, que desde logo, em 4 de Junho, votaram no Parlamento contra a nova a nova Lei dos Partidos. Uma lei concebida no imediato para ilegalizar Batasuna e que Gaspar Llamazares, Coordenador geral da E.U., significativamente caracterizou como «uma espada de Damocles que gravita sobre os projectos alternativos, sejam estes federativos, republicanos, independentistas ou contrários à mundialização neoliberal».

Também é particularmente significativo que todos os partidos do País Basco, de todo o espectro político incluindo o grande partido nacionalista burguês, o PNV, tenham votado contra a nova Lei dos Partidos, contra a decisão do Parlamento de 26 de Agosto de propor ao governo que acionasse o processo de ilegalização do Batasuna (a E.U., BNG e outros abstiveram-se) e continuem a opor-se a essa ilegalização. Aliás, a nível das instituições do País Basco, da opinião pública e da própria Igreja Católica tal posição é largamente maioritária, o que significa que o ataque ao Batasuna é em boa medida sentido como um ataque aos próprios sentimentos nacionais do povo basco.

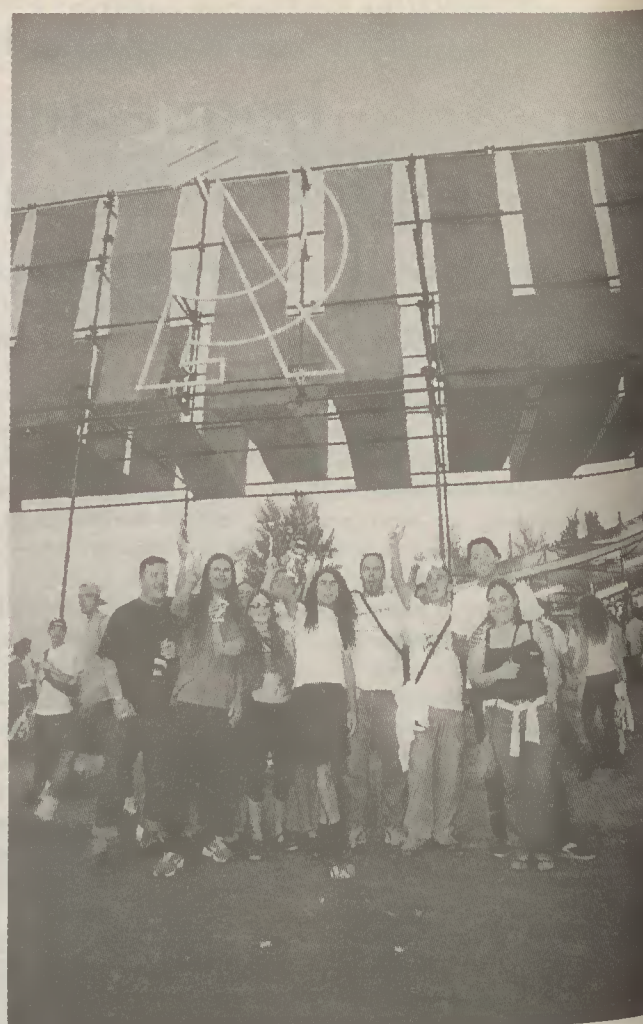
A responsabilidade de Aznar

Dizendo pretender combater a violência e o terrorismo, a «suspensão preventiva» do Batasuna e o processo da sua ilegalização o que tende a suscitar é mais violência e o eventual recrudescimento das acções terroristas da ETA. Ao romper com uma política de diálogo e negociação o governo de Aznar assume pesadas responsabilidades no previsível agravamento do conflito basco. Praticamente todos os observadores, fazendo paralelismos nem sempre razoáveis com o processo de paz na Irlanda envolvendo o IRA e o Sinn Fein, coincidem em que esse será o desfecho inevitável de uma política de confronto em que, a par das inaceitáveis acções da ETA, continuam a verificar-se por parte do Estado o desrespeito de direitos humanos fundamentais.

É importante acompanhar a evolução desta complexa questão. Quando, como aconteceu no passado sábado em Bilbao, o juiz Baltazar Garzón intervém contra a posição das próprias autoridades bascas para proibir uma manifestação pacífica promovida por um conjunto de cidadãos para protestar contra a ilegalização de Batasuna não pode deixar de considerar-se que há direitos e liberdades fundamentais efectivamente em jogo. E que, como assinalam os camaradas espanhóis, se não forem contidos os impulsos autoritários inerentes a este precedente, ficará aberto o caminho para sempre mais graves ataques à democracia e para a criminalização, como pretende a administração Bush que Aznar tanto admira, da resistência à opressão e da luta progressista.

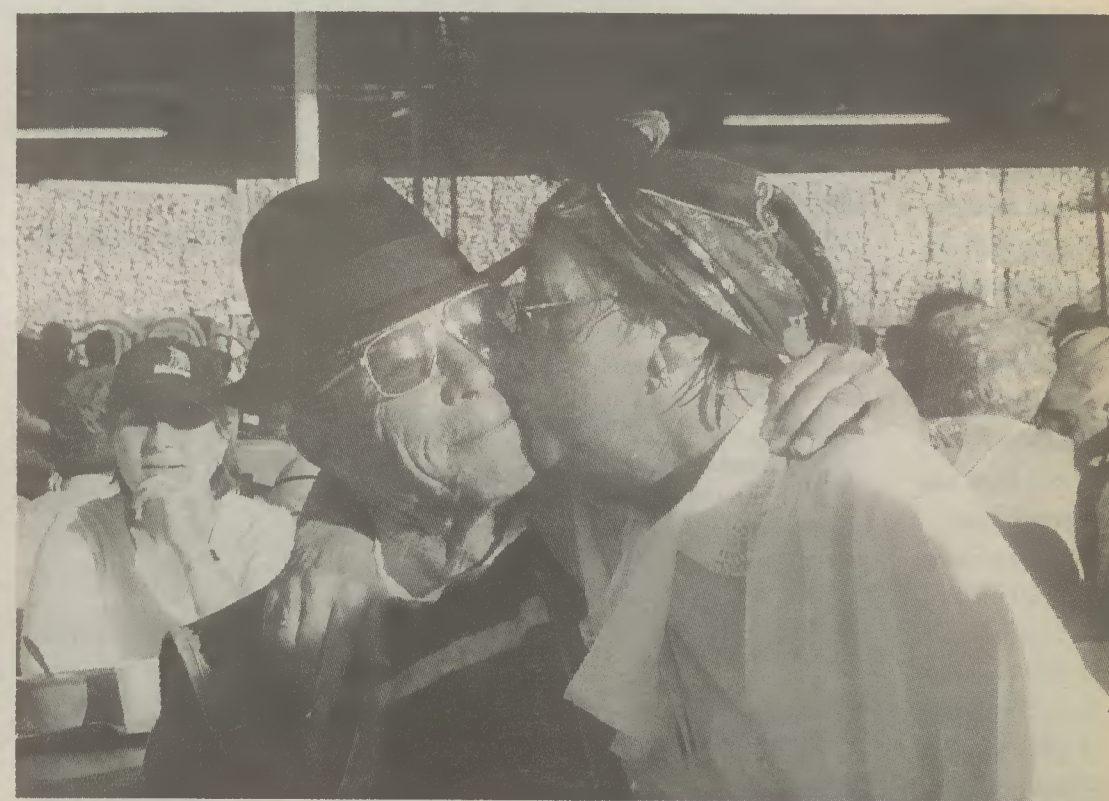
Viu quem quis ver

Ao fim de 26 edições, a Festa do «Avante!» continua a constituir um extraordinário evento político-cultural, evidenciando uma capacidade invulgar para superar todo o tipo de adversidades, rompendo boicotes e silenciamentos, resistindo aos mais variados ataques com que, desde a primeira hora, os mais ferozes anticomunistas e algumas vozes azedadas pelo desalento revolucionário têm tentado diminuir o seu significado e importância, sempre à espera de uma morte que não se cansam de anunciar como certa. O segredo deste sucesso foi e sempre será a vontade e dedicação dos comunistas e amigos da Festa que, também desde a primeira hora, têm sabido encontrar a força, motivação e criatividade para inovar, melhorar e construir uma festa que todos os anos se renova e se enriquece, mantendo porém as suas características essenciais que fazem dela um imenso espaço de cultura e liberdade, de convívio e confraternização, de solidariedade e intervenção. Quem voltou este ano à Atalaia reencontrou o mesmo ambiente único de sempre, a mesma riqueza e transversalidade de propostas; quem lá foi pela primeira vez

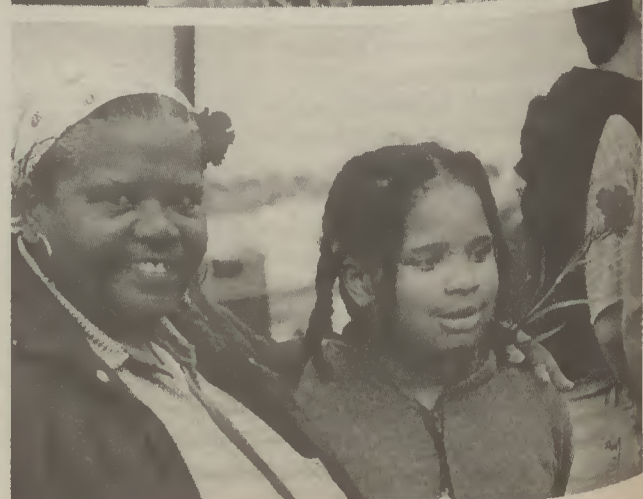
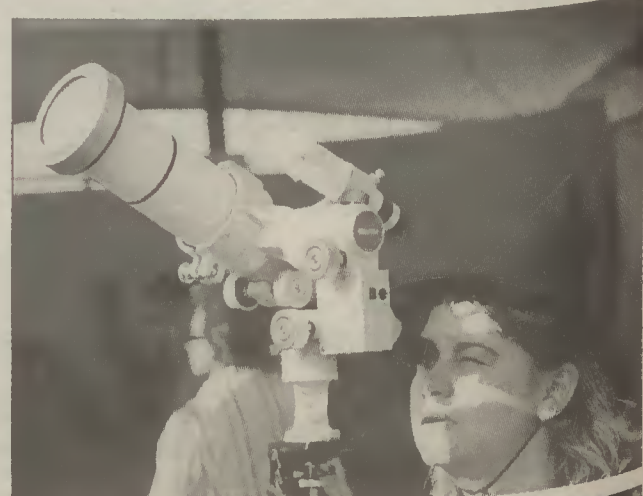
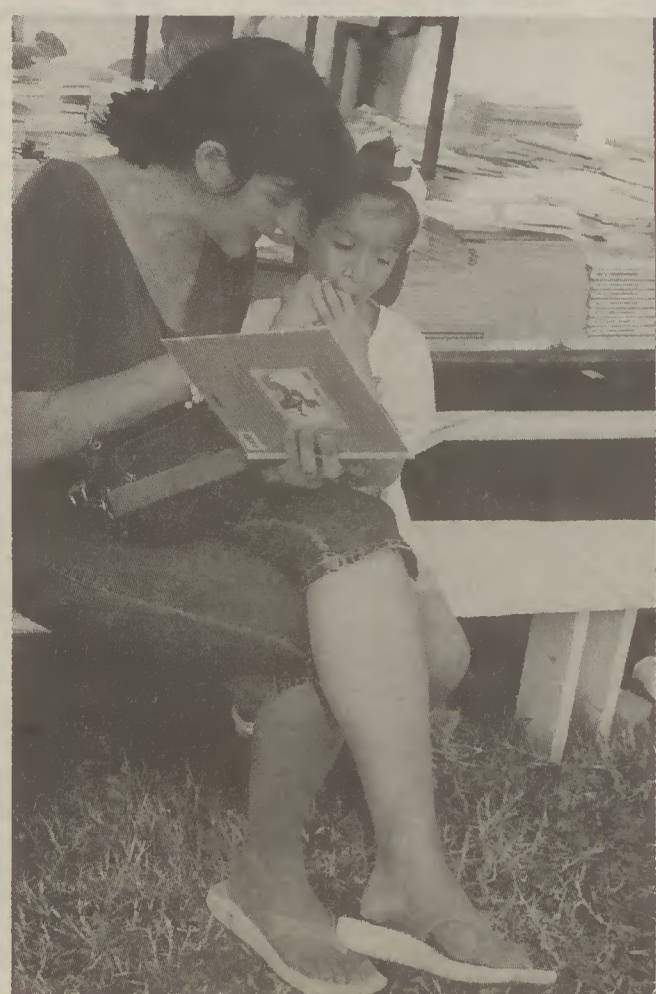


As fotos da Festa

Fotos de:
 Jorge Cabral
 Jorge Cária
 Nuno Lopes
 Rogério Pedro
 Sérgio Morais
 Teresa Lacerda

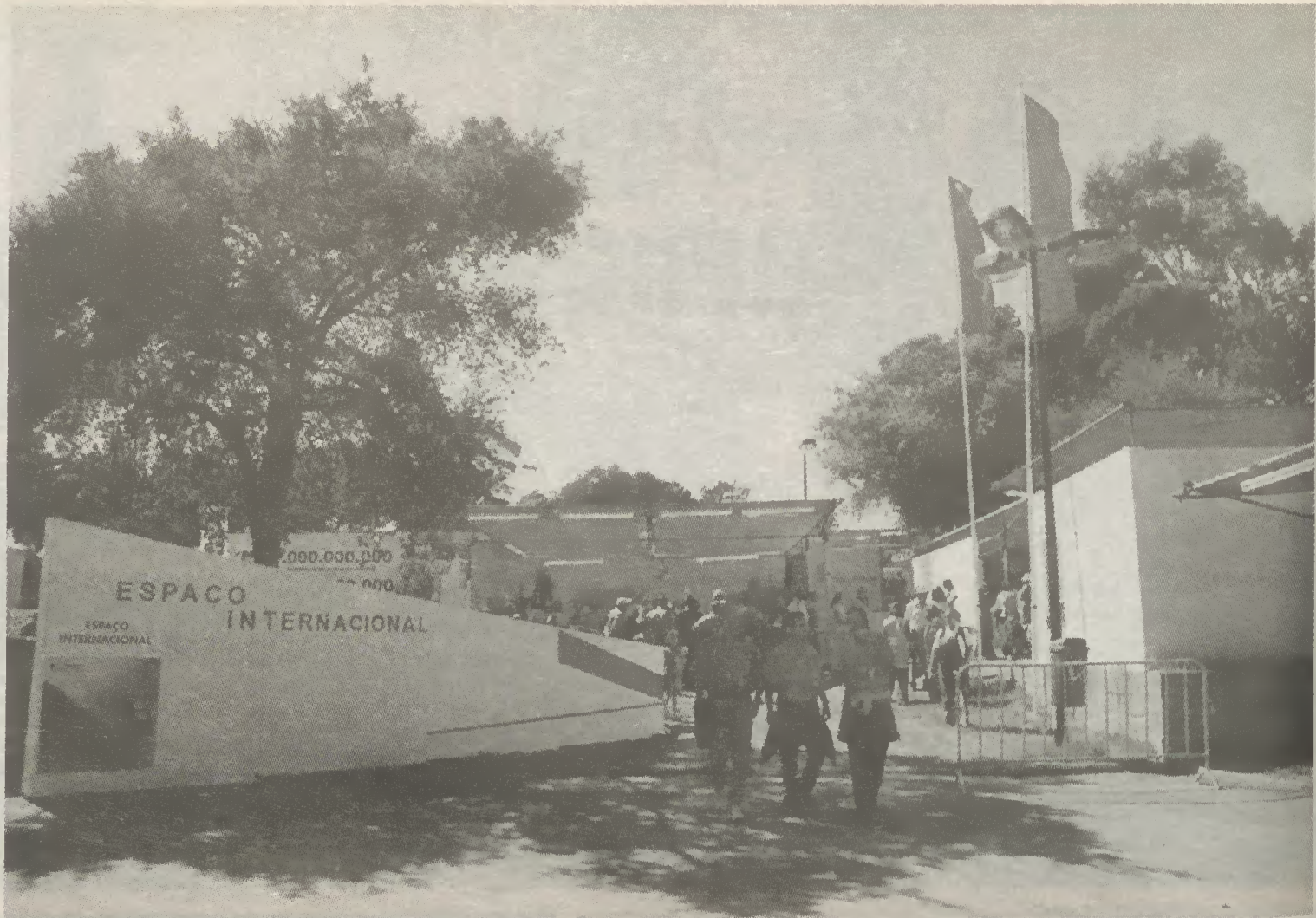


surpreendeu-se certamente com a imensidão de visitantes, uma verdadeira mole humana que nem a chuva de domingo foi capaz de desmobilizar. É claro que quem ficou em casa frente à televisão ou esperou pelos jornais para ler as descrições dos repórteres, pouco viu ou soube da Festa. Escaparam-lhe as dezenas de espectáculos que ali decorreram só nos palcos centrais, os milhares de pessoas que a eles assistiram, os inúmeros debates e exposições sobre os mais diversos temas que marcam a actualidade política, os lançamentos editoriais, a festa do livro e do disco, o extenso e participado programa desportivo, a grande oferta de artesanato e os deliciosos sabores da gastronomia das diferentes regiões do País. Quem ficou em casa perdeu, pois, não uma «feira» onde se vendem «bifanas», como alguns maldosamente a qualificaram, mas a 26.ª edição da Festa do «Avante!», um acontecimento que mais uma vez demonstrou o grande poder de realização dos militantes e simpatizantes comunistas. Para que não haja dúvidas – e sem mais comentários – aqui ficam os testemunhos fotográficos de uma realidade que, tendo uma vida já de 26 anos, não apenas responde e corresponde plenamente às mais diversas expectativas de todos os seus frequentadores mas, sobretudo, dá corpo a um projecto de intervenção política, cultural e cívica fmpar no panorama político-partidário do nosso país. Não será isto que tanto dói aos seus detractores?



Depoimentos de convidados da Festa

A presença de inúmeras delegações estrangeiras na Festa do Avante! é sempre uma oportunidade para obter informações sobre a situação que se vive nos respectivos países e para perceber como vêm os que nos visitam esta grande iniciativa do PCP. Iniciamos neste número a divulgação de depoimentos e entrevistas recolhidos na Atalaia, que não sendo exaustivos são certamente emblemáticos dos laços de amizade e solidariedade que ligam o PCP às forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo.



A maior confraternização

Lille Caruso

Partido Comunista do Uruguai

Poder participar na Festa do *Avante!* é sempre uma felicidade para o nosso partido, o Partido Comunista do Uruguai. É aqui que encontramos a maior confraternização dos movimentos e partidos do mundo.

Participando directamente como espectador nos variados encontros e debates que se vão sucedendo, vemos com surpresa o interesse que despertam na assistência e comprovamos o grau de envolvimento que têm esses partidos e movimentos na luta dos povos pela sua libertação.

Lamentavelmente, a chuva da tarde de domingo não permitiu que o Palco 25 de Abril acolhesse a expectativa que despertam as palavras do camarada Carlos Carvalhas no tradicional comício. Este é um ponto alto de toda a Festa, ansiosamente esperado por todos, como pudemos comprovar quando vimos o mar de bandeiras vermelhas do partido e da juventude no palco 1.º de Maio.

Alegra-nos imenso encontrar essa juventude tão combativa, o que vaticina um auspicioso futuro a este partido com uma tão longa história de luta e de solidariedade.

Saudamos uma vez mais o Partido Comunista Português por esta iniciativa que demonstra a sua capacidade política, ideológica e de organização.

Uma Festa impressionante

Gianni Favaro

Partido da Refundação Comunista (Itália)

É a primeira vez que participo na vossa Festa. Os companheiros italianos que participaram em edições anteriores tinham-me dito muito bem da Festa, pelo que estava preparado e ansioso por participar numa bela e importante manifestação do PCP.

Dei-me conta, no entanto, de que os relatos e comentários favoráveis dos meus companheiros não espelham plenamente o trabalho e a força que se respira nesta Festa.

O que impressiona não é apenas a grandeza ou a variedade das iniciativas políticas e culturais, ou a enorme quantidade de pessoas que circulam pela Festa. O que emociona é a qualidade tanto da mensagem política como de quem visita a Festa. Fiquei profundamente impressionado com a quantidade de jovens presentes na Atalaia.

Os motivos desta atenção e participação, tal como sucede na nossa festa, em Itália, em que tantos jovens participam, resultam da crise do modelo neoliberal que agravou as condições de vida em todos os países do mundo e que, com a guerra permanente e a rapina dos recursos naturais, ameaça destruir o planeta.

Penso que uma força como o PCP, capaz de levar a cabo uma iniciativa de massas tão forte e de qualidade, não deve temer as dificuldades de uma fase difícil e complicada, como a que estamos atravessando, e que impõe a todas as forças e partidos que se batam contra a política capitalista.

Quero ainda aproveitar para, em nome do meu partido, saudar o PCP, a Redacção do *Avante!* e, em particular, os inúmeros companheiros e companheiras que com o seu trabalho voluntário construíram e fizeram funcionar a Festa do *Avante!*

Uma boa tradição

Christa Luft

PDS (Alemanha)

A participação na Festa do *Avante!* é, para o PDS, uma boa tradição. Foi a segunda vez que cá estive. A Festa demonstra que o PCP, apesar da viragem à direita em Portugal, continua a ter uma grande capacidade de mobilização, particularmente entre as camadas mais jovens.

Temos problemas comuns a enfrentar na Europa e temos que ser solidários na luta contra a política neoliberal, de acordo com as condições existentes nos nossos países.

Partilhar experiências, estabelecer contactos e sermos efectivamente solidários é algo muito importante para todas as forças progressistas. Para tal, a Festa oferece um quadro maravilhoso.

Impressiona-me a organização notável e a estreita ligação entre a política e a cultura. O meu respeito dirige-se a todos aqueles que com as suas ideias e o seu trabalho garantem a concretização deste grandioso acontecimento.

«Não há Festa como esta!»

Festa da política e da cultura

Nikolai Sapojnikov

Partido Comunista da Federação Russa

Confesso que ouvi dos meus camaradas de partido referências entusiásticas acerca da Festa do *Avante!* Reconheço no entanto que aquilo que aqui vi superou todas as minhas expectativas.

Para mim, a conclusão mais importante é a de que o Partido Comunista Português é o partido do povo, um partido que goza do respeito e do apoio das mais amplas camadas da população. Isso é testemunhado pelo carácter de massas da Festa, em que o número dos seus participantes se conta por centenas de milhar, muitos dos quais chegaram aqui, à Atalaia, vindos dos mais distantes recantos do País. Vieram, em meu entender, não apenas por curiosidade. Vieram para uma vez mais se sentirem parte do exército de muitos milhões de trabalhadores, cujos interesses o PCP exprime e defende.

Os organizadores da Festa - os dirigentes do Partido e do jornal, as organizações locais e regionais - tudo fizeram para que o seu carácter político não passasse para segundo plano. Para isso contribuiu o gosto e a inspiração com que estão dispostos os pavilhões e os cartazes, a abundância dos símbolos do partido, nas formas mais diversas, por vezes inesperadas.

Recordarei a enorme festa do livro. Ficou-me na memória não apenas por

ter visto nas bancas dos livros as obras de Lênine, de Gorki, de Cholókov, editadas em língua portuguesa. Não nego que isso foi agradável. Mas a festa do livro ficou-me na memória, antes de mais, pelo enorme interesse manifestado pelos participantes da Festa em relação aos livros.

A amplitude cultural da Festa é simplesmente impressionante. Vários espaços para concertos constituem o fundo musical da Festa, contribuindo para elevar os ânimos. A música e a dança acompanham literalmente a cada minuto este acontecimento incomparável. Um traço peculiar é o vasto diapasão das obras musicais: desde as obras clássicas, executadas por excelentes conjuntos musicais, até aos ritmos modernos. Impressionante para todos foi o concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Um auditório de muitos milhares estava literalmente maravilhado com as obras de grandes mestres.

As crianças, os adolescentes, os jovens de ambos os sexos constituem a maioria dos participantes da Festa. É precisamente a eles que caberá construir o futuro Portugal socialista, e isso os comunistas portugueses compreendem-no muito bem. Por isso o PCP é um partido do futuro, e todas as suas vitórias estão no futuro.



Jayme Cedano, do PC Colombiano, ao Avante!



«Este governo tem contornos fascistas»

● Gustavo Carneiro
– texto

● Jorge Cabral
e Jorge Caria – fotos

Encoberto pela «luta antiterrorista», o governo colombiano leva a cabo um ataque sem precedentes – recorrendo à guerra suja – contra todos os que ousam contestar o rumo seguido no país. Consciente dos perigos, o Partido Comunista Colombiano mantém-se firme na defesa intransigente dos trabalhadores e na busca de uma solução negociada para o conflito. Foi o que disse, ao Avante! Jayme Cedano, da Comissão Executiva do PCC, durante a sua participação na Festa do Avante!.

Como definirias a actual situação da Colômbia após a vitória eleitoral do direita Álvaro Uribe?

Com Álvaro Uribe, acelera-se o processo de militarização do país. É algo que já se previa, mas que está a assumir contornos extremos. Uribe aprovou uma medida especial que facilita a instauração do estado de sítio e que lhe dá oportunidade de legislar por decreto. O presidente está convencido que a saída para o conflito colombiano é a guerra e trabalha em função dessa convicção. Com a ilusão que a ajuda norte-americana, através de armas, dinheiro e informações, vai resolver o problema que existe na Colômbia. Assim, dá-se prioridade a medidas militares em vez de privilegiar o caminho da negociação política.

E a nível social?

Intensifica-se o modelo neoliberal. Uribe apresentou uma proposta de reforma laboral, em tudo semelhante às que vão aparecendo um pouco por todo o mundo, em que, resumindo, se faz com que se trabalhe mais e se ganhe menos, eliminando os direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo dos anos. Por exemplo, prevê-se o aumento da idade de reforma. Num país com uma esperança média de vida de 63 anos, a reforma aos 60 é, de certa forma, um «auxílio funerário». O governo está a aprofundar todas as contradições da vida nacional, aplicando as políticas do FMI, que incluem o apoio à guerra, o Plano Colômbia, enfim, uma dependência mais forte dos Estados Unidos da América.

Que propostas tem o partido para ultrapassar esta difícil situação?

Os comunistas estão a propor a mais ampla unidade dos sectores democráticos e populares no sentido da mobilização contra as políticas do governo. Penso que Uribe vai enfrentar um movimento popular muito combativo, já que está a atacar com muita força os direitos mais imediatos das pessoas, com as reduções dos salários, o alargamento da jornada de trabalho, etc. Então a população, e mesmo muitas pessoas que votaram em Uribe, estão a começar a pensar que têm que fazer alguma coisa.

Que resposta obtêm?

O Governo tenta criar as condições para impedir a movimentação popu-

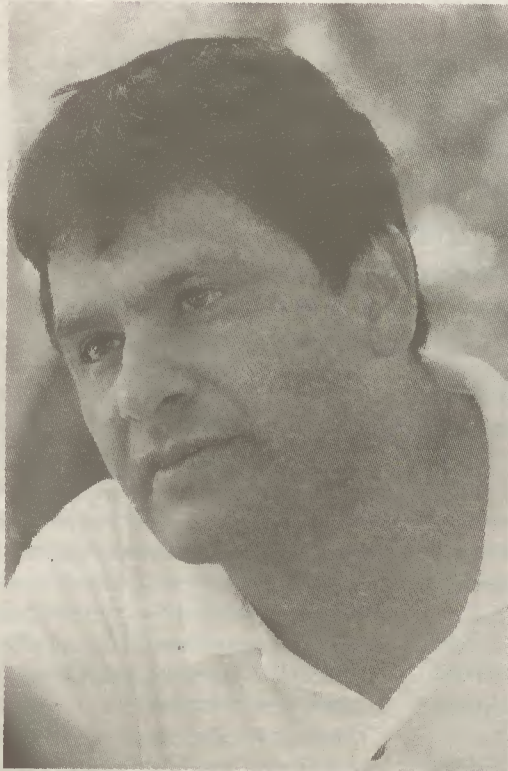
lar. Está a ser criado um regime especial, igualmente violento, mas policial, com contornos fascistas, com instituições do tipo fascista: a militarização extrema do país, a criação do chamado «grupo de apoio», que consta de um milhão de informadores profissionais para combater na denominada «guerra antiterrorista» – que recairá também sobre sindicalistas, defensores dos direitos humanos, militantes de partidos de esquerda. Está a ser organizado um exército de camponeses, composto por 20 mil homens, jovens, desempregados do campo. Todas as medidas vão nesse sentido, de aumentar a força militar e de criar um clima político e psicológico adverso às pessoas que lutam, que se mexem, para as imobilizar.

A influência de que o partido goza no movimento popular é suficiente para fazer frente à ameaça?

Nós somos um partido pequeno, muito afectado pela guerra suja, mas mantemos uma presença forte no movimento sindical e nas organizações de direitos humanos. E estamos a trabalhar com todas as forças que temos para ampliar a unidade no movimento sindical, no movimento social em geral, e a unidade na esquerda. O movimento sindical também é pequeno, igualmente afectado pela guerra suja e pelo desemprego. Os trabalhadores sindicalizados não ultrapassarão os dez por cento do total. Mas é um sindicalismo que joga um papel muito importante na mobilização popular. Foi a luta dos trabalhadores que impediu a privatização total de muitos sectores. Desde há quatro ou cinco anos que não há uma greve por salários. As mobilizações têm sido contra as privatizações. O sindicalismo adquiriu um certo protagonismo político, soube impor-se. E aí entramos nós, os comunistas.

Que reflexos tem essa acção?

Nós participámos, em meados de Fevereiro, num acto eleitoral muito importante, para o parlamento. Trabalhámos numa plataforma, denominada Frente Social e Política, composta por partidos de esquerda, e por organizações sociais, tal como sindicatos, que, enquanto tal, apelaram ao voto na Frente. Isto nunca se tinha visto antes. A luta de massas cresceu muito nos últimos anos e entendeu-se que esta luta deveria ter uma expressão política. Não podíamos trazer os trabalhadores para a



«A guerra suja afecta não só guerrilheiros, mas sindicalistas, comunistas e activistas dos direitos humanos», afirmou Jayme Cedano

rua e depois deixá-los desamparados no momento do voto. Assim nasceu a ideia da Frente Social e Política.

Como correu essa experiência?

Muito bem. A esquerda tinha desaparecido do parlamento nas eleições anteriores e agora reapareceu. Recuperámos presença no senado, temos um senador, e temos três membros no parlamento, um dos quais é membro do Comité Central do partido. Mas não vai ser nada fácil. Pensamos que a guerra suja vai reaparecer em força, e que virá um período de perseguições. Nestes dois últimos meses aumentou o número de assassinatos de dirigentes sindicais e também de alguns militantes do partido. E as ameaças... O medo está a tomar conta de algumas pessoas. Não só por causa de Uribe mas pelas pessoas que o cercam. Muitos são conhecidos fascistas, homens tenebrosos. Por isso há muito medo no país. Não só pelo que se irá passar como pelo que já se está a passar. Aliás, a guerra suja não parou nos últimos doze anos...



A luta do povo colombiano pela justiça e pela paz esteve em destaque na Festa do «Avante!»

«Há uma convergência de objectivos com a guerrilha»

Nessa frente de esquerda, que papel jogam as FARC-EP?

A guerrilha não tem qualquer presença nesta frente de luta, sindical, social, nem tão-pouco na Frente Social e Política. Há uma convergência de objectivos políticos, nada mais. Eles estão dedicados à luta guerrilheira, na frente militar. Nós dedicamo-nos a outras coisas. Mas a nível de objectivos convergimos...

Objectivos supremos?

Mas não só. Mesmo ao nível da defesa da resolução política do conflito, da questão da defesa da soberania, há coincidência de posições. Há um debate muito grande no seio do movimento popular colombiano. Há muita gente que se deixa enrolar na ideia da «luta antiterrorista». A nós não nos alegra a guerra, nem os mortos. Mas é uma realidade. E a

questão não é aprovar ou condenar, é encontrar uma solução.

Sofreram as consequências do 11 de Setembro?

Esta nova situação internacional dificulta muito mais as coisas na Colômbia. Com o anterior governo, houve momentos de alguma independência face aos Estados Unidos. Chegou mesmo a haver uma contradição de posições entre a Europa e os EUA relativamente ao processo de paz, devido aos interesses contraditórios. A Alemanha, por exemplo, tem interesses petrolíferos. Daí as contradições com os Estados Unidos. Hoje, já não é só o governo colombiano que está subjugado aos interesses dos americanos na «guerra contra o terrorismo», mas também os europeus. Isso dificulta muito mais o processo.

Do genocídio fascista israelita à heróica saga

O genocídio que atinge o povo da Palestina será recordado pelo tempo adiante como uma mancha repugnante na história da humanidade. Menos transparente é outra realidade. A criação do Estado de Israel assenta sobre mitos que deturpam a História. A acumulação e difusão desses mitos está na origem de situações, actos políticos e crimes que tornaram possível a repetição no início do século XXI de uma monstruosidade civilizacional: apoiado pelos EUA, o Estado construído por vítimas do holocausto nazi concebe e executa um moderno holocausto.

Uma pirâmide de falsidades e mentiras baliza a estrada do tempo que conduziu a chacinas como as de Sabra, Shatila e Jenin.

Na base delas está o mito básico, o mais trabalhado de todos, aquele que desencadeou o movimento do regresso dos judeus à «Terra Santa dos antepassados».

A esmagadora maioria dos israelitas que vivem no Estado de Israel e se assumem como judeus não descende do povo que invoca. A saga da diáspora judaica, alavanca das teses de Theodor Herzl que promoveram a «volta à pátria perdida», foi edificada sobre uma inverdade histórica.

Nuns e noutros, a percentagem de «sangue judaico», após cruzamentos processados ao longo dos séculos, é mínima. Os primeiros tratam aliás os segundos com sobrançeria, considerando-os cidadãos inferiores. E os judeus negros da Etiópia e de outros países africanos?

É a religião e não o sangue que estabelece a ponte do judaísmo entre essas comunidades e a suposta pátria de origem.

Mas, porventura, será hoje a religião o denominador comum aglutinador da nação que se diz descendente de Abraham? A resposta é negativa. Muitos judeus israelitas não praticam actualmen-

Península Arábica, muito antes das primeiras comunidades hebraicas. Eram aparentados como povos semitas vindos de um tronco comum. Uns e outros assumiam-se como descendentes de Sem e falavam idiomas muito parecidos que ainda hoje apresentam grandes afinidades.

Os primeiros fundiram-se rapidamente com algumas das tribos que povoavam a região; os segundos muito menos.

O processo de miscigenação dos antigos palestinianos foi tão complexo que a própria palavra Palestina deriva dos Filisteus, descendentes dos chamados Povos do Mar, invasores arianos e não semitas.

Não cabe aqui acompanhar a história dos primitivos hebreus e as suas aventuras desde o Nilo ao Eufrates, com passagem pelo vale do Jordão.

Encontramos uma síntese muito interessante no livro de Ernesto Gomez Abascal, que foi embaixador de Cuba na Síria e na Jordânia (!).

O que me parece útil recordar é que a agressividade genocida do Estado de Israel encontra um precedente na agressividade expansionista dos judeus vindos do Egipto. Actuavam então por man-

dores da terra e residireis nela porque eu vo-la dei para que seja a vossa propriedade (cap. 33, vers. 50 a 53). Porque tu és povo santo para Jehová, o teu deus. Jehová, o teu deus te escolheu como povo especial, mais do que todos os povos que estão sobre a terra (cap. 7, vers. 6). E destruíram a fio de espada tudo o que havia na cidade; homens e mulheres, moços e velhos, até os bois, as ovelhas e os burros (cap. 8, vers. 24 e 26). (...) Subiu logo Josué e todo Israel com ele de Eglon a Hebron e combateram esta (...) matou tudo o que tinha vida, como Jehová, deus de Israel, lhe tinha ordenado (cap. 10, vers. 34 e 40).»

Não faltam a Ariel Sharon, como se verifica, fontes bíblicas de inspiração. Jehová nada tinha de humanista, era um deus violento, racista, que fazia da guerra e das chacinas alavanca da história.

A agressividade actual dos dirigentes israelitas não é, portanto, um fenómeno circunstancial. Tem raízes antiquíssimas.

Um fruto colonial

O movimento sionista nasceu agressivo numa época em que contou com a simpatia da *intelligentsia* europeia, justamente indignada com o anti-semitismo que se manifestava nos repugnantes pogroms da Polónia e da Rússia.

Nos finais do século XIX, na Palestina, então submetida ao domínio turco, 91% da população eram árabes palestinianos. Os judeus, de imigração recente, não ultrapassavam 50 000. Quase 99% das terras pertenciam aos camponeses árabes. Mas os pioneiros do sionismo já projectavam o futuro Israel. Theodor Herzl no seu livro «O Estado Judaico», de 1896, escreveu: «em Basileia fundei o estado judaico (se hoje dissesse isso em voz alta todos me responderiam com uma gargalhada). Talvez dentro de cinco anos, mas certamente dentro de cinquenta toda a gente o saberá.»

Em 1914, Chaim Weizman, que seria o primeiro presidente de Israel, escreveu nas suas Memórias: «Na actualidade somos um átomo, mas é razoável afirmar que se a Palestina cair na esfera da influência britânica, e se a Grã-Bretanha incentivar o estabelecimento de um estado judaico, então como dependência britânica, podemos esperar ter ali, dentro de 25 a 30 anos, um milhão de judeus, pelo menos, e eles se encarregarão de constituir uma guarda eficaz para o Canal de Suez.»

Weizman tinha os dons dos antigos profetas. O que não previu foi que ao decadente império britânico sucederia o vigoroso império norte-americano e que o Estado de Israel, imaginado por ele, se transformaria no seu cão-de-guarda para todo o Médio Oriente.

Israel, gerado por decisão do imperialismo britânico ao criar o chamado Lar Nacional Judaico, nasceu, não se pode negar a evidência, de um facto colonial.

Entretanto, transcorrido mais de meio século sobre a partilha da Palestina aprovada pelas Nações Unidas, Israel é uma realidade. Os próprios revolucionários palestinianos reconhecem essa evidência. Os mais de cinco milhões de israelitas que vivem hoje no Estado judaico ali implantado não são colectivamente responsáveis pelas políticas que tornaram possível a sua formação.



Jerusalém era uma cidade pequena quando, por duas vezes, a sua população, maioritariamente de judeus, foi expulsa pelos Romanos. Não eram mais do que alguns milhares os que dela saíram após a revolta esmagada por Tito, no ano 70. Adriano, no século II, arrasou totalmente Jerusalém como castigo de nova insurreição. Os judeus deportados após a mortandade foram também poucos.

Não há milagres na multiplicação dos seres humanos. Olhamos hoje para os askenazis vindos da Alemanha, da Polónia, da Europa Ocidental, e para os sefarditas chegados de países muçulmanos, e tudo nos seus traços fisionómicos difere, a denunciar origens étnicas diferentes.

te a religião hebraica e as suas convicções religiosas são, pelo menos, débeis.

A tradição, o culto dos antepassados, o acervo de uma cultura defendida com tenacidade e condensada na Bíblia (o Antigo Testamento) aí estão as raízes do sionismo e a explicação da especificidade contraditória de um estado confessional cujos filhos duvidam (uma percentagem considerável) da existência de Deus.

Inspiração bíblica

É inquestionável que os antepassados dos palestinianos árabes chegaram à Palestina há uns 5000 anos, subindo da

dato divino, como «povo especial». Segundo o Antigo Testamento, Jehová informou Moisés de que seria dos hebreus todo o território desde o deserto até ao mar e ao Eufrates, isto é, a Palestina, o Líbano, a Síria e parte do Iraque, isto é, o hoje chamado Crescente Fértil.

Como tentaram apossar-se de tão vasta e povoada Região?

O livro de Josué iluminou-lhes o caminho: «Quando tiverdes atravessado o Jordão entrando pela terra de Canaã, afastareis do vosso caminho todos os moradores do país e destruireis todos os seus ídolos de pedra, e todas as suas imagens fundidas e destruireis todos os lugares elevados, e expulsareis os mora-

● Miguel Urbano Rodrigues

palestiniiana (*)

Israel não pode ser apagado do mapa, por mais monstruosos que sejam os crimes dos seus actuais dirigentes.

Um edifício de mentiras para justificar o injustificável

Mas a solidariedade com a Palestina árabe exige a desmontagem do edifício de mentiras históricas montado pelo imperialismo e pelo sionismo na tentativa de justificar o injustificável.

Genocídios como os de Sabra e Shatila e o recentíssimo de Jenin não foram tragédias ocasionais.

Nos últimos anos do mandato britânico as organizações terroristas israelitas Haganah, Irgun e Stern cometeram incontáveis crimes numa escalada de violência dirigida contra os árabes palestinos, então amplamente maioritários. Segundo o censo de 46, os árabes palestinos residentes eram 1 237 000 e os judeus apenas 608 000. E somente 8% das terras pertenciam aos segundos. O Plano de Partilha aprovado pela ONU atribuiu entretanto ao futuro estado judaico 56% da superfície da Palestina.

E que aconteceu? Os israelitas ocuparam 75% do território, inviabilizando a criação do Estado Palestino. Quando a ONU tentou fiscalizar o cessar-fogo, o bando terrorista Stern assassinou em Jerusalém o conde Bernadotte, secretário-geral da organização. Em tempo brevíssimo 400 000 palestinos foram expulsos das suas terras. Quase 500 aldeias foram arrasadas numa orgia de barbárie. Em poucas horas a Irgun massacróu 254 palestinos na aldeia de Deir Yassin. Aterrorizar as populações, esvaziar a Palestina de árabes era o objectivo dessas acções de terror. Mais tarde, Menahem Beguin, que foi primeiro-ministro, comentou assim a chacina por ele comandada: «O massacre não somente se justificou como o Estado de Israel não existiria sem essa vitória.»⁽²⁾

Sob essa apologia do genocídio transparece a política que Yossef Weitz, dirigente do Fundo Nacional Judaico, condensou numa sentença monstruosa: «Entre nós deve ficar claro que não existe espaço para dois povos neste país (...) não há outro caminho que não seja a transferência dos árabes para os países vizinhos, a mudança de todos eles; nenhum deles, nenhuma tribo deve permanecer aqui.»⁽³⁾

Três guerras com estados vizinhos irromperam desde a criação de Israel.

Uma Resolução das Nações Unidas, entre todas famosa, a 242, de 22 de Novembro de 1967, intimou Israel a devolver os territórios ocupados pela força das armas. Outra, fundamental também, determinou o regresso dos refugiados aos lugares de onde haviam sido expulsos pelo exército de Israel.

A posição israelita sobre essas questões cruciais encontramos-a condensada num étnico comentário de Golda Meier: «Como vamos devolver os territórios ocupados? Não existe ninguém a quem devolver algo. Essa coisa a que chamam palestinos não existe.»⁽⁴⁾

A tragédia palestiniiana

A história recente é melhor conhecida. Se há uma palavra que defina bem os

acontecimentos que nas últimas décadas tiveram por cenário a Palestina é a palavra tragédia.

O Estado comandado por Ariel Sharon não renuncia ao cumprimento das profecias da Torah que apontam o caminho da violência para a realização do sonho de Eretz Israel, ou seja, o Grande Israel.

Em Telavive as táticas e o discurso político mudaram ao sabor do ocupante da Casa Branca, sempre o grande aliado. Mas o objectivo de aniquilar a nação palestiniiana manteve-se.

A Primeira Intifada demonstrou claramente que o povo árabe da palestina não renuncia ao direito inalienável de construir o seu próprio futuro como nação independente, plenamente soberana, no que resta – Cisjordânia e Gaza – dos territórios povoados pelos seus antepassados muitos séculos antes da chegada ali das primeiras tribos de judeus.

Seria uma solução aceitável simultaneamente por palestinos e israelitas. Mas para isso seria, obviamente, necessário cumprir os Acordos. Ora essa nunca foi a intenção dos dirigentes israelitas.

O aparecimento exibicionista, em acto de provocação, de Ariel Sharon na Esplanada das Mesquitas, na velha

ativas como a de Jenin – serão pelo tempo afora recordados como exemplos da barbárie de um estado confessional responsável por uma das páginas mais repugnantes da história da humanidade.

James Petras encontra para Jenin, como analogia, o gueto de Varsóvia destruído pelas SS de Hitler. A José Saramago, a aldeia palestiniiana eliminada traz à memória Auschwitz, paradigma da loucura assassina nazi.

A mim faz-me recordar ambos. O buldozer Sharon, como já lhe chamam, é, pelos métodos e pela ideologia, um discípulo eficiente de Hitler. Creio enunciar uma evidência ao afirmar que a angústia e a indignação provocadas pelo genocídio que atinge a nação palestiniiana são acentuadas pela consciência de que esse crime de lesa humanidade não seria possível sem a cumplicidade e o apoio ostensivo dos EUA.

A santa aliança israelo-americana

Por si só, Ariel Sharon não teria condições mínimas para empreender o seu

lamentá-la, mas a sua atitude é de submissão à estratégia dos EUA, que transformaram o Conselho de Segurança da ONU em dócil instrumento da sua política imperial.

A íntima aliança entre a extrema-direita israelita e o governo dos EUA contribui para evidenciar o significado internacionalista e humanista da luta heróica do povo árabe da Palestina. Essa pequena e valente nação, ao resistir com firmeza homérica à tentativa de holocausto contra ela comandada pelos filhos e netos das vítimas do holocausto judío da Segunda Guerra mundial – essa Palestina de raízes milenárias assume na realidade a defesa de valores eternos da humanidade.

A Palestina resiste. O seu povo sobrevive e multiplica-se sob o vendaval de metralha do fascismo israelita. Segundo um estudo da Universidade judaica de Haifa, no ano 2020 a população total de Israel, da Cisjordânia e Gaza terá ultrapassado os 12 milhões. Desse total, 58% serão árabes palestinos. De maioria que são hoje, os israelitas terão nessa época passado a minoria.

É com orgulho que aqui lembro ter sido permanente, fraternal e incondi-



Jerusalém, assinalou o início da Segunda Intifada e da actual escalada genocida contra o povo árabe da Palestina.

Nem a imaginação de um Sófocles ou de um Shakespeare concebeu tragédia comparável à que se abateu sobre as cidades e aldeias dos territórios governados pela Autoridade Nacional Palestiniiana. Os bombardeamentos diários de áreas urbanas e rurais, a destruição das estruturas básicas da sociedade como escolas, hospitais, edifícios administrativos, estabelecimentos comerciais, serviços de luz, água e comunicações, o assassinio de mulheres e crianças, o cerco à sede de Yasser Arafat em Ramallah, e chacinas colec-

plano de destruição da Palestina. Os seus crimes contam com o respaldo de Washington, mais exactamente do sistema de poder que governa os EUA, um sistema igualmente monstruoso cuja estratégia de dominação mundial deixa já transparecer o perigo de uma ditadura militar planetária, ou seja, uma ameaça global à humanidade.

Os povos condenam com firmeza crescente o genocídio palestino. Mas a matança prossegue. Ultrapassa 3 mil milhões de dólares anuais a ajuda norte-americana ao estado assassino de Ariel Sharon. A passividade dos governos da União Europeia perante o genocídio é outra indignidade. Afir-
cional ao longo do tempo a solidariedade dos comunistas portugueses com o povo épico da Palestina. Ao reafirmá-la, expresso a nossa confiança inabalável na vitória final desse pequeno-grande povo que se bate hoje pela humanidade inteira.

(1) Ernesto Gomez Abascal, Palestina – Crucificada a Justiça, Editora Política, Havana, Abril de 2002;

(2) Ob.citda, pág. 203;

(3) Idem, pág. 32;

(4) Idem pág. 54.

* Intervenção de Miguel Urbano Rodrigues, representante do Partido Comunista Português, na II Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, México, 15, 16 e 17 de Maio de 2002.

EUA mantêm em segredo armas não letais

• Debora MacKenzie (*)

Bactérias que comem estradas e edifícios. Biocatalisadores que decompõem combustíveis e plásticos. Dispositivos que corroem secretamente o alumínio e outros metais. Estes são apenas uns poucos exemplos de armas não letais que os EUA tentaram, ou estão a tentar, desenvolver. Mas quão próximas estas armas estarão da realidade nunca poderemos saber.

A US National Academy of Sciences (NAS) recusa-se a disponibilizar dúzias de relatórios que propõem ou descrevem o seu desenvolvimento, embora os documentos devam estar nos registos públicos. A academia justifica a sua reticência sem precedentes mencionando preocupações com a segurança após o 11 de Setembro. Mas as pessoas experientes pensam que a verdadeira razão é que as investigações violam tanto a lei dos EUA como os tratados internacionais sobre armas químicas e bacteriológicas.

Os documentos em causa foram colecionados no ano passado por um painel de cientistas académicos e industriais organizado pela NAS para avaliar recentes investigações de armas não letais para o Joint Non-Lethal Weapons Program (JNLWP), do Pentágono. Os EUA ganharam um interesse acrescido pelas armas não letais após a sua desastrosa missão pacificadora na Somália, em 1993, quando civis amotinados mataram soldados americanos.

O painel, cujo relatório deve sair até ao fim deste ano, colecionou 147 relatórios e propostas de investigadores, muitos deles financiados pelo JNLWP. Um grupo no Oak Ridge National Laboratory, no Tennessee, por exemplo, propõe utilizar campos elec-

trómagéticos intensos a fim de produzir efeitos que vão «desde a interrupção da memória de curto prazo à total perda de controlo voluntário das funções corporais». Outros propõem armas de energia dirigida.

Em Março, como é habitual com estudos da NAS não-classificados, eles foram depositados no Public Access Records Office da academia, e os seus títulos foram divulgados. «É suposto estes documentos serem públicos», afirma Ed Hammond, do Sunshine Project, um grupo que faz campanha contra armas biológicas. Quando Hammond pediu ao serviço de registos para ver 77 dos documentos, este concordou em cedê-los.

«Mas dois dias depois a NAS retirou os documentos», conta Hammond. «Kevin Hale, o responsável de segurança da NAS, disse-me que era porque alguém havia exprimido preocupação.» Quem o fez não é claro. A pressão restritiva não parece ter vindo da própria JNLWP, que antes enviou a Hammond oito documentos por ele requeridos, incluindo três que estavam na lista da NAS.

A New Scientist não pôde contactar Hale. «Ainda estamos a formular a nossa resposta às pessoas da Sunshine», foi tudo o que um assistente disse. Mas os poucos relatórios que Hammond obteve constituem uma leitura interessante.

Da ficção à realidade

Há mais de um ano, a New Scientist revelou que responsáveis superiores da JNLWP pretendiam reescrever os tratados de armas químicas e biológicas a fim de terem mais liberdade para desenvolverem armas não letais (16 Dezembro 2000, p. 4). Os relatórios tornavam claro que as investigações que violam os tratados foram efectuadas desde os anos 1990.

Um pedido de financiamento feito em 1998 pelo Office of Naval Research propõe a criação de microrganismos geneticamente projectados que corroeriam estradas e pistas de decolagem, e produziriam «dete-

riação de partes metálicas, revestimentos e lubrificantes de armas, veículos e equipamento de apoio», bem como combustíveis.

O plano era isolar genes para enzimas que atacam materiais como Kevlar, asfalto, cimentos, pinturas ou lubrificantes, e colocá-los dentro de micróbios que os expulsariam em grandes quantidades. As bactérias deveriam ser projectadas para se autodestruírem depois de despejarem a sua carga de destruição.

Não é claro quantas destas ideias foram realmente realizadas. Mas o grupo já registou a patente de um microrganismo que decomporia poliuretano, «um componente vulgar das tintas de navios e aviões», incluindo revestimentos anti-radar secretos.

Outra proposta de 1998, de um laboratório de biotecnologia da base de Brooks da Força Aérea, próxima de San Antonio no Texas, era refinar «biocatalisadores anti-material» já em desenvolvimento. Um deles envolvia uma bactéria derivada que decompunha moléculas orgânicas como combustíveis e plásticos.

As propostas afirmam que tais substâncias estão isentas das restrições relativas à guerra biológica. Mas isso não é verdade, argumenta Mark Wheelis, da Universidade da Califórnia, Davis. A Convenção das Armas Biológicas e Tóxicas de 1972 proíbe o «desenvolvimento, produção, armazenagem ou aquisição de agentes biológicos ou toxinas» se não forem para finalidades pacíficas. Além disso, no ano passado os próprios EUA introduziram uma lei banindo a posse de bio-armas, inclusive micróbios concebidos para atacar materiais.

Os documentos retidos também incluem propostas para usar bombas fétidas, sedativos e derivados do ópio como armas, os quais Wheelis considera que transgrediriam a Convenção das Armas Químicas de 1992.

Esta convenção proíbe «qualquer produto químico... que possa causar morte, incapacidade temporária ou dano permanente».

* New Scientist

A partir das observações de Caminha, na viagem oficial de descobrimento do Brasil, os habitantes deste belo pedaço de natureza exuberante passaram a ser considerados, pela sua cordialidade, uma mistura de ingenuidade e confiança de quem oferece ao visitante o que tem, sem avaliar se é muito ou pouco na avaliação contabilística do povos desenvolvidos. Eram, naquela época, indígenas que se apresentavam nus perante os enroupados visitantes. Quinhentos anos depois, apesar da roupa leve e ousada, os brasileiros continuam com a sua nudez exposta, se não do corpo pelo menos do desenvolvimento cultural e social que lhe é negado.

No período colonial foram trazidos os africanos escravizados, que marcaram a sociedade brasileira nascente com a sua cordialidade. Da nudez corporal à da alma aberta, generosa e agradecida,



quando recebiam alguma migalha de alimento ou carinho.

A nação conquistou a sua independência, teórica, passando a comercializar directamente com os ingleses e sem pagar dízimos à coroa lusitana, e o povo brasileiro transferiu a sua cordialidade aos novos visitantes que traziam os sinais de civilização: cientistas, artistas, e, sobretudo, comerciantes e donos das terras de onde era extraído o produto agrícola ou os minérios.

Sérgio Buarque de Holanda, o mais lúcido historiador brasileiro, explicou

• Zillah Branco

Brasil Tragédia invisível

com a sua natural clareza que a cordialidade mascara o medo de quem pode ser escravizado e contrasta com a agressividade das populações do interior do país que Euclides da Cunha caracterizou, nos Sertões, como o homem, antes de tudo, um forte. A força traduzida em defesa dos seus direitos, sem encontrar respeito e dignidade nos que pretendem escravizá-los, transformou-se em ferocidade, como retratam os movimentos cangaceiros e outros que foram capazes de enfrentar o poder institucional. No Brasil, como em todos os países dominados, existem os que são fortes e não se curvam, e os que sorriem com a cordialidade de cortesãos. Em menor número são os que, por segurança interior e condição social, podem ser cordiais e fortes ao mesmo tempo.

Hoje, no mundo globalizado sob o poderio militar e económico dos Estados Unidos e seus aliados, a cordialidade

dades sociais é muito mais grave do que poderia parecer quando consideramos apenas os produtos físicos. Em outras palavras, se a criação de modas no vestuário, na alimentação, nos objectos de uso doméstico, nos carros, etc., significa a padronização do gosto e das necessidades de cada um, mais grave ainda é a criação de um modelo de pensamento e de crenças que transforma os humanos em robots dirigidos pelos coordenadores do mercado.

Tornou-se moda a aceitação passiva da realidade, do fatalismo, atribuído falsamente à libertação filosófica do pensamento contrária ao mecanicismo cartesiano e ao poder de igrejas tradicionais. Com a abertura de novos caminhos na condução das ciências e das sociedades que têm por base o respeito pelas diferenças, entendeu-se omissão como forma de aceitação. Um professor de uma dessas novas terapias disse-me: «Se você vê alguém agir de forma negativa, não tem o direito de contrariá-lo.» «E se ele maltratar uma pessoa humilde, uma criança?», perguntei. «Deve dar o seu exemplo e não o seu acto.»

No campo da saúde multiplicam-se as medicinas alternativas e a valorização do equilíbrio emocional e corporal, o que significa um grande passo para vencer o monopólio de uma determinada maneira de pensar e de agir. A existência de espaços para as diferentes linhas de orientação é, inevitavelmente, um componente importante da liberdade de pensamento. Resta saber se não existe hoje uma manipulação política e ideológica para extrair de todas as variedades expostas produtos semelhantes conducentes à passividade diante da realidade terrena.

Os textos que ocupam milhões de livros com os títulos sugestivos de ajuda ao indivíduo ou que oferecem um universo gratificante para compensar as torturas quotidianas da vida moderna, são cheios de belas parábolas com o necessário romantismo (considerado hoje como ultrapassado na comunicação banalizada, que é objectiva, dura e rápida como convém ao sistema capitalista) atribuído a deuses e santos, portanto, seres que estão além da realidade física do ser humano. O que há de bom no comportamento dos indivíduos, a ética, o amor desinteressado, a solidariedade, permanece etérea em relação à vida real.

Os textos que ocupam milhões de livros com os títulos sugestivos de ajuda ao indivíduo ou que oferecem um universo gratificante para compensar as torturas quotidianas da vida moderna, são cheios de belas parábolas com o necessário romantismo (considerado hoje como ultrapassado na comunicação banalizada, que é objectiva, dura e rápida como convém ao sistema capitalista) atribuído a deuses e santos, portanto, seres que estão além da realidade física do ser humano. O que há de bom no comportamento dos indivíduos, a ética, o amor desinteressado, a solidariedade, permanece etérea em relação à vida real.

Como se o plano emocional não pudesse ser integrado ao racional. Os que aderem a tais orientações têm duas alternativas: desligam-se da participação efectiva na vida social, deixando por conta de Deus ou do destino dos homens a solução dos problemas que assistem, ou mantêm a dualidade de comportamento, contraditória, uma para efeito interno e de grupo e outra para a sociedade onde existe. Emocionalmente bom, racionalmente frio e até mau.

Difícil é penetrar nesta situação, com a intenção de compreender, sem ferir susceptibilidades e levantar animosidades. Isto porque a aceitação das diferenças não inclui a do pensamento materialista histórico e científico e a análise objectiva dos factos. Se lemos e comentamos os livros, se assistimos e fazemos perguntas em palestras, dentro desta área de pensamento e acção que é numerosíssima nas sociedades, sem nos identificar com as crenças místicas, somos considerados mal intencionados (demoníacos) ou, no melhor dos casos, carinhosamente perdoados pela nossa ignorância que revela, no fundo, a nossa espiritualidade ainda inconsciente. E o diálogo torna-se inútil. As diferenças não são de ordem mística, como aparentemente se manifestam, são claramente ideológicas. É a velha separação entre os que lutam pela transformação de uma realidade presente, mensurável, analisável e cujo desdobramento é previsível, e os que se conformam com um destino supostamente determinado metafisicamente.

E isto torna-se mais divulgado quando a multiplicidade de igrejas decide competir na assistência às populações mais marginalizadas que crescem como cogumelos à volta das grandes cidades. Nas ruas, o religioso e o materialista trabalham lado a lado no enfrentamento solidário da realidade assustadora, mas na formação mental através de livros e cursos separam-se entre conformistas e lutadores. E diante da necessidade de escolher a quem dar o seu voto? Mesmo os que na vida quotidiana chegaram a optar pela esquerda apresentam as dúvidas quanto às consequências de um governo que contrarie o poder norte-americano e que abra caminho a possíveis durezas dos materialistas. Optam pela paz que a media internacional e nacional prescreve, a do statu quo.

Vírus local ou internacional?

Isolada num município carente de desenvolvimento cultural neste imenso território brasileiro, cheguei a pensar que este fenómeno era particular de uma região atrasada, onde os ambientes de convívio social são os clubes de elite e os bares de alto risco. No entanto, em visita a grandes cidades dos vários Estados, pude constatar que ocorre em todo o país. A prova cabal veio com a eleição de um autor considerado Mago, Paulo Coelho, para a Academia Nacional de Letras,

recebido de braços abertos pelos demais imortais que louvaram os milhões de exemplares de seus livros místicos vendidos em todo o mundo. E, para que o Brasil não fique sem uma destacada companhia na sua subordinação aos encantos dos magos, a França tem o maior número de traduções da referida obra e manteve o autor no top por mais de três anos. Portanto é uma vocação globalizada.

Deixando de lado as crenças místicas ou outras - que todos têm de alguma forma como porto das suas esperanças na vida - impressiona-me nas manifestações ecuménicas que englobam os cientistas especialistas em física quântica em busca da ponte com o misticismo, o carácter ideológico subliminar. Todos falam em relatividade, em unidade dos contrários, em integração e holística, sem nunca referir o pensamento dialéctico que lhes deu origem. Aqueles que concedem algum reconhecimento à aplicação desta forma de pensamento na análise social, referem Marx como inspirador do socialismo autodestruidor na União Soviética, como se o filósofo do século XIX fosse o responsável pelas condições históricas que impediram o prosseguimento da revolução no seu curso natural depois de dezenas de difíceis anos de luta. Preferem falar nos conceitos que a história ocidental oficializou, procurando uma versão oriental da velha China, onde o yin e o yang representam os dois pólos da realidade.

A adopção de teorias orientais, raramente estudadas em profundidade, tem ocorrido como o uso de condimentos segundo o paladar, ou a intuição, de cada autor. Fritjof Capra, especialista em física de alta energia, chama a atenção para o mal uso das teorias da antiga China com «preconceitos culturais que distorcem seriamente o seu significado original». Mas omite os preconceitos ideológicos que negam o convívio fraterno entre materialistas e espiritualistas que sabem respeitar as mútuas diferenças na interpretação das fontes de energia ainda mal conhecidas pela ciência.

A conclusão a que se chega é que a cultura ocidental, ou o seu mercado, transforma-se rapidamente numa caldeirada que mistura pedaços de filosofias orientais e ocidentais, condimentados com o desencanto, a apatia, a omissão, necessários para suportar a impotência social imposta aos que sobrevivem com a consciência de escravo. O contraponto, como não poderia deixar de ser para os que se rebelam, é o desespero e a agressividade, a violência indiscriminada e o terrorismo em nome de Deus e do amor à humanidade. Os poderosos vingam-se como selvagens, os governos investem em presídios e armas para a repressão, todos discutem o problema da marginalidade e do crime organizado, poucos notam que as gerações são alimentadas com o subtil veneno de uma cultura mortífera.

voltou-se para os investidores, para os turistas de luxo, para o FMI. A bem da verdade, não é um traço exclusivo dos brasileiros mas de todo o Terceiro Mundo, e mais, de toda a população humilhada nos seus valores. É o reflexo de uma consciência de escravos.

Consumismo padroniza o comportamento

A imposição mundial de um mercado de consumo regulador das necessi-

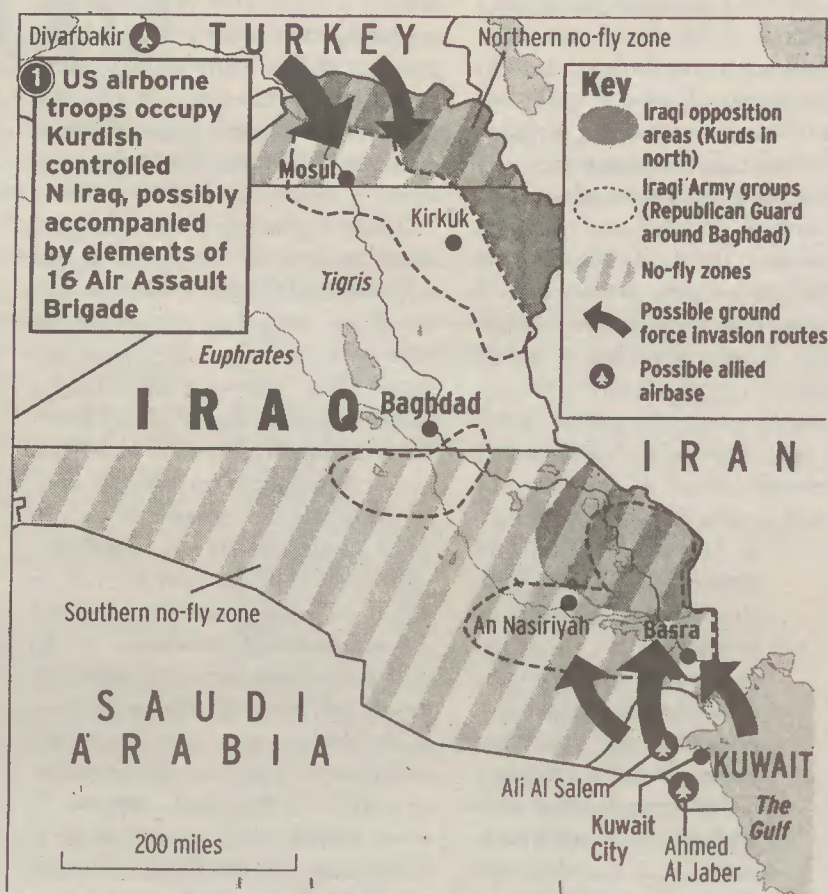
Apesar das propostas iraquianas que galvanizaram

Bush & Blair

continuam a exigir a

O discurso do presidente dos Estados Unidos na Assembleia das Nações Unidas, longe de ser um «grande golpe diplomático», como se disse em Lisboa, foi um habilidoso exercício para envolver a ONU em negociações difíceis sobre quase impossíveis questões com o governo iraquiano. Na previsão do malogro dessas negociações que envolverão matérias em que a dignidade do povo do Iraque estará em causa, George W. Bush e o seu humilde aliado, Tony Blair, poderão declarar, então, que a guerra se tornou inevitável porque a intransigência de Bagdad não permite alternativas. E começará, portanto, a guerra contra o Iraque.

Será uma guerra de apenas duas potências superarmadas contra um país cujo problema principal é ser um dos maiores produtores de petróleo. George W. Bush, sendo um dos mais iletrados presidentes que os Estados Unidos deram ao mundo, mais espectacularmente irrisório do que o evangélico Jimmy Carter ou o lunático Ronald Reagan, tem, também, o seu problema - possui interesses na indústria do petróleo e percebe alguma coisa da estratégia dessa indústria. Como se sabe, as relações com a Arábia Saudita têm-se deteriorado, gradualmente. Dado o nó de contradições



As forças americanas estacionadas na Turquia (a Norte) e no Kuwait (a Sul) preparam-se para o ataque a Bagdad

envolvendo o eixo do mal que os Estados Unidos formam com os nazis de Telavive, por um lado, e os sauditas e os interesses próximos de Bin Laden, por outro, os americanos decidiram

que lhes era essencial controlar a produção petrolífera do Iraque. A situação é tão grave que os principais depositantes e investidores sauditas nos Estados Unidos começaram a retirar

esses créditos que se avaliam em 750 mil milhões de dólares. Os americanos, portanto, perderam a confiança no futuro das suas relações com a Casa de Saud.

Não é qualquer que se distingue pela apresentação de ultimatos às Nações Unidas. Mas George W. Bush, que se intitula um presidente de democráticas credenciais apesar das erróneas contagens dos votos que o elegeram, certo do poderio militar às suas ordens, não hesitou. Usando uma linguagem dura como desde há muito não se ouvia nos meios da ONU, encarregou a organização internacional suprema de obrigar o governo iraquiano a ceder às exigências americanas. Assim, o Iraque terá de declarar-se pronto a cair de joelhos diante dos inspectores a nomear para inspecção às suas instalações militares; terá de declarar-se parte da guerra antiterrorista que os Estados Unidos declararam ao mundo inteiro; terá de aceitar as actividades separatistas de sectores étnicos que os Estados Unidos, descaradamente, apoiam; terá de aceitar a factura de supostos prejuízos sofridos pelo Kuwait e pelo seu emir durante a guerra do Golfo; terá de renunciar a todas as operações comerciais que sejam consideradas fora do âmbito dos actuais acordos conhecidos como «oil for food» (venda de petróleo para aquisição de produtos alimentares). Estas exigências que George W. Bush encarregou as Nações Unidas de imporem a Saddam Hussein, constituem, na prática, o supremo ultimato que roubaria ao povo iraquiano, se aceites no seu actual formato, o direito à sua dignidade e à honra que advém do seu próprio percurso histórico. São exigências piratas que Saddam, obviamente, recusará, pelo menos nos seus mais gravosos capítulos.

Embaraços

Surgiram nos últimos dias, entretanto, notícias que provocarão embaraço na Casa Branca. No desejo legítimo de travar a marcha para a guerra em preparação contra o seu país por Bush e Blair, o Ministério dos Estrangeiros de Bagdad informou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, de que aceita o regresso dos inspectores, sem condições, para que estes possam convencer-se de que os iraquianos não possuem os arsenais de armamentos de destruição em massa a que Blair e Bush, constantemente, se referem.

Os governos ditos democráticos, como o de Washington e o de Westminster, apressar-se-ão a agir segundo o que afirmam serem os procedimentos legítimos de administrações voltadas para os princípios da legalidade e da

Bob Crow (ferroviários):

«Serão criminosos de guerra»

Sindicalistas britânicos contra a intervenção no Iraque

A iminente guerra contra o Iraque dominou uma boa parte dos trabalhos da recente Conferência dos Sindicatos Britânicos que se realizou em Blackpool. Um grande número de delegados insurgiu-se contra a política de Tony Blair, cuja subserviência em relação aos Estados Unidos tem chocado a Grã-Bretanha. O clima de colisão entre os delegados e o primeiro-ministro era evidente.

Um dos sindicatos tradicionalmente mais moderados, o TSSA (Transport and Salaried Staffs Association), surgiu com uma proposta radical - que o governo se oponha, pura e simplesmente, ao projecto americano de avançar sobre o Iraque. Os dirigentes deste sindicato viram-se sob pressão, imediatamente, por parte de membros do «General Council» mais moderados, mas recusaram retirar a moção apresentada. Foram, porém, os dois principais sindicatos da indústria

dos transportes ferroviários, aqueles que, com maior clareza e mais autoridade atacaram a planeada agressão.

Assim, Mick Rix, do Aslef (maquinistas), disse: «Não existem provas de que Saddam possua armas de destruição em massa. A política de Blair conduzirá a uma desagregação do apoio público aos trabalhistas. Se essa política continuar, o prestígio da Grã-Bretanha no mundo sofrerá, pesadamente.» Entretanto, as declarações de Bob Crow, secretário-geral do RMT (Rail, Maritime Transport) foram as que causaram maior sensação. Disse o camarada Crow: «Se Tony Blair continuar agarrado a George W. Bush nesta corrida pelo petróleo do Iraque e se disso resultarem mortes entre a população civil iraquiana, ambos serão vistos por milhões de pessoas em todo o mundo como criminosos de guerra. Em minha opinião, as massas

trabalhadoras devem organizar protestos junto a todas as bases de onde sairão as nossas tropas.»

Máxima pressão

Em nome dos sindicatos moderados, o secretário-geral do «Trades Unions Congress», John Monks, afirmou: «Estamos preocupados com a hipótese de uma iniciativa militar americana unilateral. Se existem provas de que Saddam representa uma ameaça para a paz mundial, gostaríamos de ver essas provas.»

As inequívocas declarações de Bob Crow, entretanto, valeram-lhe a perda de um lugar entre os 55 membros do General Council. Não ficaram dúvidas aos observadores de que o aparelho de Downing Street usou da máxima pressão junto de todos os sindicatos moderados para que ao dirigente dos ferroviários fosse negado o lugar a que se candidatara. Bob Crow é

um conseqüente inimigo de Blair. Quando este foi eleito «leader» dos trabalhistas, abandonou o partido por estar certo de que Blair empurraria o «Labour Party» para uma acomodação permanente com o capitalismo e para uma política geral de antagonismo para com as aspirações mais claras da classe trabalhadora britânica. O camarada Crow, como se vê, não se enganou...

Mas Mick Rix cujo sindicato, dos maquinistas, é um dos de maiores tradições de luta na Grã-Bretanha, conseguiu ser o 10.º mais votado candidato para 11 lugares em disputa no General Council. Será uma voz corajosa e desassombrada na direcção do «Trades Union Congress» onde, infelizmente, em tantas ocasiões que ficaram registadas na História do movimento dos trabalhadores britânicos, nem sempre se tomaram as decisões mais adequadas.

o mundo ...

● Manoel de Lencastre

Os preparativos militares em curso

guerra

seriedade internacionais. Assim, o Congresso dos Estados Unidos será chamado a debater a inevitabilidade de uma guerra contra o Iraque em condições que oferecem algum interesse aos observadores. O senador, Tom Daschle, líder da maioria democrática, afirmou: «Não me parece que as condições requeridas para um ataque ao Iraque antes das eleições de Novembro estejam criadas.» Por outro lado, Tony Blair, viu-se obrigado a convocar os Comuns (actualmente de férias) para um debate sobre o mesmo assunto, no próximo dia 24. Mas rejeitou que tal debate culmine numa votação. Isso poderia resultar numa eventual maioria constituída pelos conservadores e pelos «New Labour» direitistas. Esta maioria, desconfortável para Blair, derrotaria o voto dos trabalhistas de esquerda (mais de cem deputados) e ofenderia, gravemente, a consciência do povo britânico que, na generalidade, se opõe ao conflito que se aproxima.



Tropas britânicas, com efectivos de, aproximadamente, 30 000 homens, já estão a ser preparadas para se disponibilizarem no Kuwait dentro de duas semanas. Até lá, os ataques aéreos anglo-americanos contra alvos seleccionados em território iraquiano serão intensificados, como meio de pressão sobre o governo de Bagdad para que aceite os humilhantes termos do ultimato de Bush, via Nações Unidas e não, apenas, o regresso dos inspectores.

As forças armadas britânicas apenas aguardam a realização do debate parlamentar do próximo dia 24 para finalizarem os seus preparativos. Mas, na RAF, as licenças de pessoal estão já canceladas. O Ministério da Defesa recusou confirmar que duas brigadas blindadas chegariam ao deserto dentro de duas semanas. Observadores bem informados, porém, parecem seguros de que já se verifica um intenso movimento de regimentos de tanques cuja partida para o Kuwait parece iminente.

Petróleo: o nome do jogo

O preço do petróleo é, de novo, um elemento central na actual crise desencadeada pelo governo de Washington. O que George W. Bush mais teme é uma escalada nos preços daquele produto estratégico no caso de o Iraque, vítima de uma agressão anglo-americana, suspender a produção e atacar a Arábia Saudita e o Kuwait.

Já na passada quarta-feira, quando o presidente indicou que a guerra contra o Iraque seria inevitável, a cotação do petróleo subiu 48 cents atingindo os 28,27 dólares por barril. Nas condições actuais do mercado, tudo o que ultrapasse a estratégica barreira dos \$25 é suficiente para desencadear o alerta dos mercados produtivos e distribuidores. Na crise internacional, a possibilidade de guerra, ou o medo que de aí possa advir, costumam aumentar \$8 aos preços normais do mercado. A situação actual já provocou um aumento de 10 a 15 cents por galão de gasolina nas bombas americanas, o que não favorece uma economia em luta cerrada para não perder mais ter-

reno. A estratégia dos Estados Unidos consiste, assim, em tirar Saddam do «filme» para abrir às companhias o mercado do Iraque, aumentar a produção, dramaticamente, e fazer baixar os preços destruindo as posições do cartel da OPEC.

O Iraque, actualmente, está a exportar cerca de um milhão de barris, diariamente, partindo de uma produção nacional de 1,8 milhões. Estes números, contudo, são inferiores aos de 1979 quando se verificou a guerra com o Irão. Nessa altura, o Iraque produzia 3,5 milhões de barris por dia. A diminuição da capacidade de produção deve-se à desintegração das infra-estruturas, e às limitações impostas pelo programa «petróleo contra produtos alimentares», tudo em consequência da guerra do Golfo.

No quadro desse programa, as importações americanas de «crude» iraquiano estão, no momento actual, ao nível irrisório dos 200.000 barris diários. Mas o Iraque possui reservas avaliadas em 112.000 milhões de barris, no que é excedido, apenas pela Arábia Sau-

ditas cujas reservas atingem os 261.000 milhões de barris. «Se estas reservas fossem devidamente exploradas depois da queda de Saddam», dizem os técnicos ao serviço das grandes companhias, «a produção poderia aumentar rapidamente. Na situação presente, a América está a ser contida nos seus interesses pelos fornecedores estrangeiros. O que será necessário estabelecer, é um novo sector de fornecimentos, estável e de condições políticas favoráveis». Os analistas da indústria do petróleo, pelo menos, têm a franqueza de afirmar aquilo que o governo americano não diz.

Um Iraque «livre e democrático», em regime de relações amigáveis com os Estados Unidos, produziria três milhões de barris, diariamente. Os preços internacionais, assim, desciriam para \$10 por barril. Diz-se em Washington que este cenário está a colocar a Arábia Saudita ao lado do Iraque posto que a monarquia da Casa de Saud consideraria um desastre se os preços caíssem para aquele ridículo patamar.

Os planos americanos para o assalto ao sector Sul dos iraquianos envolverão o uso de cinco divisões, pelo menos, sendo britânica uma delas. A Norte, tropas aerotransportadas, com o apoio da Brigada de Assalto Aéreo N.º 16 (britânica), ocuparão a zona actualmente dominada por populações curdas. Na zona norte do Golfo, uma Força Expedicionária de «Marines» organizará um ataque anfíbio, no que será auxiliada pela Brigada de Comandos N.º 3 dos «Royal Marines» (britânica).

A colaboração do exército britânico compreenderá a Divisão Blindada N.º 1 e as Brigadas Blindadas N.º 4 e 7, os chamados «ratos do deserto». O número de aviões de ataque será triplicado com a mobilização dos «Jaguars» estacionados, actualmente, em Incirlik, na Turquia. Estes aparelhos serão transferidos para bases no Norte do Iraque já preparadas pela engenharia americana. O número de «Tornados», com base no

Kuwait, será aumentado, igualmente. Quanto à Marinha britânica, utilizará o porta-aviões «Ark Royal» no comando de uma «task force» que já se encontra a caminho do Mediterrâneo.

Este grupo naval incluirá o porta-aviões de assalto «Ocean», que já navega do Índico a caminho da zona do Golfo. Há mais de 4.000 homens e mulheres embarcados na «task force».

Os planos de mobilização das forças terrestres, aéreas e navais que atacarão o Iraque foram preparados pelo secretário britânico da Defesa, Geoff Hoon, e pelo secretário norte-americano, Donald Rumsfeld, tendo um grande número de oficiais superiores participado na discussão dos mesmos. O general norte-americano, Tommy Franks, comandante-geral das forças dos Estados Unidos destacadas no Médio Oriente e na Ásia Central, começou no passado sábado a mudar o seu posto de comando para a zona do Golfo, o que nos dá um sinal claro de que se prepara para a guerra.

Monumento aos «Royal Marines», em Londres



Seja qual for a decisão do Conselho de Segurança, os EUA vão atacar

Podemos esperar guerra em Outubro

• André Levy

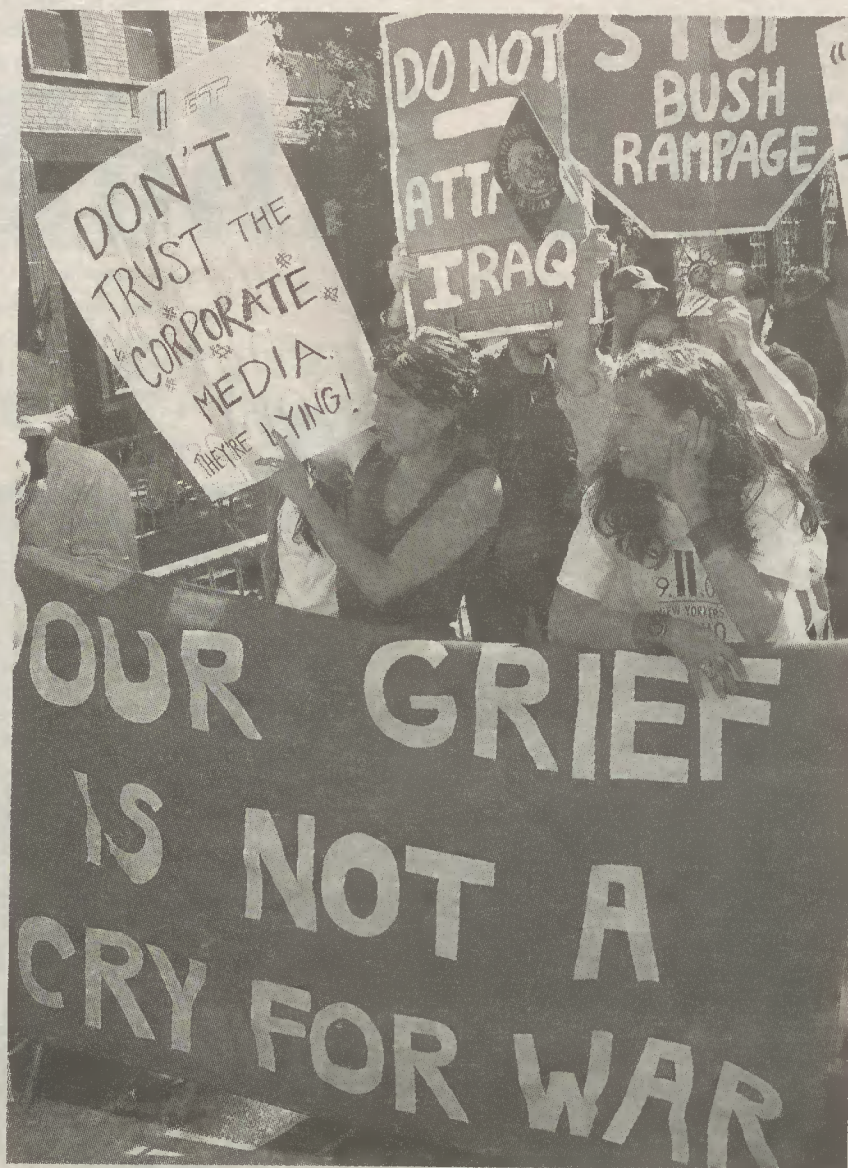
A decisão de invadir o Iraque já está efectivamente tomada. Resta resolver o Quando e o Quem (que forças domésticas e internacionais apoiarão a Presidência). O tema provoca ainda substancial controvérsia e resistência por parte de democratas e republicanos de destaque. Mas os tambores de guerra soam cada vez mais alto. A Administração Bush e os *media* bombardeiam o público com uma visão distorcida do perigo iraquiano, recriam a caricatura de Saddam Hussein como expressão patológica de maldade e declaram ser necessário uma «acção preventiva» para evitar o uso de armas de destruição massiva (ADM).

A ida de Bush à Assembleia Geral das Nações Unidas, a 12 de Setembro, foi largamente aplaudida como demonstração de multilateralismo. Mas tratou-se mais de um obséquio, para satisfazer as críticas, para convidar os interessados a participarem (ou no mínimo a não se oporem) numa tomada de posição já decidida, unilateralmente. O seu discurso enumerou as múltiplas resoluções do Conselho de Segurança que Saddam tem desrespeitado e apresentou o ditador como uma ameaça à relevância das Nações Unidas. «Queremos que a ONU seja eficaz, respeitada e bem sucedida. Queremos que as resoluções do organismo multilateral mais importante do mundo sejam cumpridas.» É irónico que Bush não tome semelhante posição face a outro país do Médio Oriente, Israel, que possui armas nucleares e persistentemente ignora resoluções da ONU (como a Resolução 242 exigindo a sua retirada da Cisjordânia e Faixa de Gaza).

Não resisto a mais uma demonstração desta tamanha hipocrisia. O consenso mundial aprovou recentemente a formação do Tribunal Penal Internacional, sem a colaboração dos EUA – o único país condenado por instâncias internacionais, incluindo a Assembleia Geral da ONU (aprovado por 94 votos contra 3) pelo seu apoio aos Contra na Nicarágua Sandinista.

Domesticamente, o argumento principal é a existência de uma ameaça iminente de uso de ADMs. Bush, Dick Cheney e Tony Blair clamam possuir provas demonstrando o seu desenvolvimento pelo Iraque, mas estas ainda não foram apresentadas, e porta-vozes da administração admitem tratar-se sobretudo de suspeitas. Mas importa também demonstrar convincentemente que Saddam usaria tais armas. É certo que Saddam usou armas químicas e biológicas contra o Irão e contra os Curdos no norte do Iraque, mas fê-lo quando recebia apoio militar e financeiro dos EUA e com o seu consentimento. Por que as usaria agora, senão num contexto retaliatório quando o seu reino de poder se visse em risco?

E terá o Iraque ADMs? O ex-chefe da Comissão Especial das Nações Unidas encarregada do desarmamento do Iraque (UNSCOM), Richard Butler, testemunhou recentemente perante o Comité de Relações Estrangeiras do Senado. Embora a sua retórica tenha sublinhado os possíveis riscos, os factos que apresentou indicam que a missão das Nações Unidas foi em larga medida um sucesso. Tal coincide com a opinião de Scott Ritter, o ex-chefe no terreno das inspeções militares no Iraque.



Protestos junto à ONU, a 12 de Setembro, contra novos ataques ao Iraque e a política belicista de Bush

Ritter certificou a destruição de 95% do material e instalações de armas de destruição massiva (um número que embora não atinja os 100% exigidos pela ONU demonstra a eficácia do programa de inspeções), e duvida que o Iraque possa ter recuperado a capacidade de produção destas armas desde 1998. Esse ano marcou o fim da presença dos inspectores da UNSCOM no Iraque, donde foram evacuados em antecipação a um ataque dos EUA e não, como é frequentemente afirmado, em virtude de expulsão por parte do Iraque.

O regresso dos inspectores tem sido ponto de controvérsia entre os EUA e o Iraque. Talvez seja verdade que o Iraque nunca cooperou totalmente com a UNSCOM e que a presença dos inspectores poderia permitir a remoção de dúvidas sobre a capacidade militar do Iraque. Mas do ponto de vista iraquiano, tal equipa abriria as portas à espionagem (como foi reconhecido durante o mandato da UNSCOM⁽¹⁾) e não constitui garantia de que os EUA abandonem as suas ameaças. Afinal, os EUA abertamente declararam o desejo de prosseguir com o bloqueio e eliminar Hussein, independentemente de os inspectores regressarem ao Iraque. E tudo indica que a mesma atitude persiste. Os EUA usam a questão dos inspectores apenas como meio de impor um prazo após o qual seria legítimo uma acção militar.

Máquina militar em marcha

Após o 11 de Setembro, foram feitas tentativas de conectar o regime de Hussein aos actos terroristas, em par-

ticular através de um alegado encontro entre um dos terroristas e um oficial iraquiano em Praga, mas tal veio a revelar-se uma fabricação. Rumsfeld insiste que o Iraque apoia o terrorismo internacional, mas não apresenta evidências nem sequer exemplos de organizações que beneficiem de apoio iraquiano⁽²⁾. Aqueles legisladores que embarcaram numa guerra contra o terrorismo vêem esta nova aventura como um desvio que promete consumir recursos militares e financeiros durante um período considerável. Enquanto o candidato presidencial Bush se opunha a estender a massa militar demasiado fina e a usá-la para «construir nações», o presidente Bush deseja depor um regime, substituí-lo por forças indeterminadas, e manter uma presença militar por um período presumivelmente extenso no Iraque, enquanto a mesma tarefa no Afeganistão ainda não está terminada nem estabilizada.

Se não existe evidência de perigo iminente, se os países da NATO se mostram hesitantes; se os países Árabes, incluindo o Kuwait, normalizam relações com o Iraque; se existe o risco de agravar a situação no Médio Oriente e o antagonismo do Mundo Árabe face aos EUA; se tal intervenção seria contraproducente mesmo no âmbito da «Guerra contra o Terrorismo» (etc.), poderemos estar confiantes que Bush baixará as armas? Infelizmente não. A retórica da administração não tem oferecido tréguas. E a máquina militar já foi posta em andamento. No início deste ano, as tropas e forças aéreas baseadas na Arábia Saudita mudaram-se para o Qatar, após aquele país e suposto aliado dos EUA

se ter recusado a servir de base para lançamento de ataques contra o Iraque. O arsenal militar, que sofreu um rombo no Afeganistão, vai sendo restabelecido. A Força Aérea já foi mandada para preparar três forças expedicionárias até o final de Setembro. Os marines receberam ordens para ter 20 mil homens preparados para operações de combate em Outubro. Segundo Ritter, um ex-marine, «quando se disponibilizam recursos deste modo, gastando dinheiro, interrompendo ciclos de treino e operações, é muito difícil voltar atrás sem os usar. Podemos esperar guerra em Outubro».

A lógica do império

Quais os motivos por detrás desta ofensiva, e porquê agora? O Iraque possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo, e o controlo da sua produção seria um vitória geoestratégica de enorme importância. Mas tal não esgota a explicação. Afinal, os EUA têm podido controlar o preço e o comércio de petróleo através da sua aliança com a Arábia Saudita. Quando o Iraque suspendeu a troca de petróleo por comida, em protesto contra os ataques israelitas, o preço de petróleo mal foi afectado. E a sua relação com a Arábia Saudita pode ver-se como uma nova Guerra do Golfo – esta declarou antecipadamente que não permitiria que uma invasão fosse lançada do seu território.

Segundo o mesmo Ritter, republicano, «isto é sobre política doméstica dos EUA» e as eleições para o Congresso em Novembro que podem alterar o equilíbrio entre Republicanos e Democratas. Mas tão-pouco é certo que tal venha a ajudar os republicanos, pois a enorme popularidade de Bush após os ataques do ano passado tem sofrido alguma erosão com a ameaça de uma guerra contínua.

A política dos EUA face ao Iraque continua ditada pelo *Acto de Libertação do Iraque*, legislação aprovada pelo Congresso em 1998 durante a presidência de Bill Clinton, que clama «o afastamento de Hussein do poder e promover a emergência de um governo democrático»⁽³⁾. Como, em 1999, Hussein ainda estava no poder, uma carta remetida a Clinton exigia que o acto fosse implementado com uma acção militar. A carta foi redigida entre outros por Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, respectivamente o actual Secretário de Defesa e o seu subsecretário. Desde que ascenderam ao governo, estes águia aguardam oportunidade para «terminar a Guerra do Golfo» de 1991 e para exercer o hiperpoder na sua posse. Desfilar novas armas ajuda a indústria de armamentos. Um império precisa de continuamente dar evidências do seu poderio, sobretudo quando este é posto em causa.

(1) Washington Post, 8 de Janeiro de 1999.

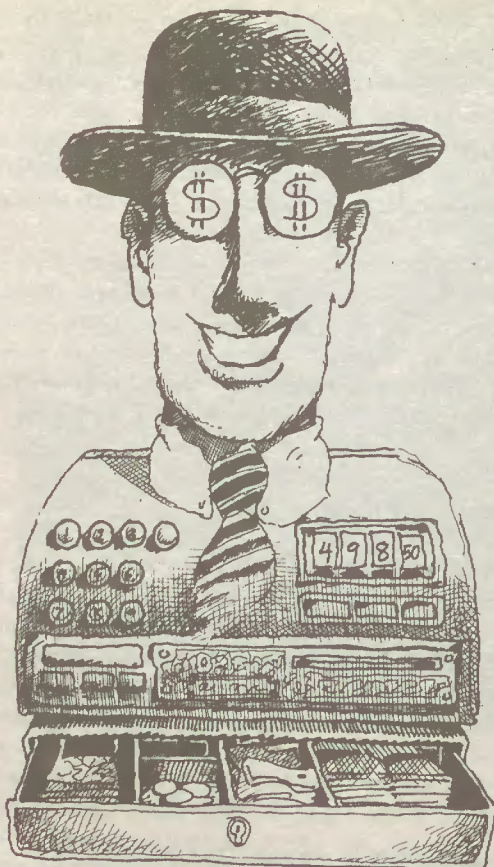
(2) O Iraque foi removido da lista governamental de países que patrocinam o terrorismo quando os EUA tomaram o partido de Hussein contra o Irão, tendo regressado quando da Guerra do Golfo, embora nenhum aumento de ligações a grupos terroristas tenha sido invocado. A sua inclusão nesta lista durante os anos 80 deveu-se ao seu apoio ao Abu Nidal, um grupo palestino de oposição à OLP.

(3) Iraqi Liberation Act.

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Quando, há bem pouco ainda, escrevi sobre a importância do conhecimento científico e do saber fazer tecnológico para a competitividade das empresas, estimulado pelas escaramuças iniciais havidas a propósito da proposta de legislação para o Trabalho apresentada antes das férias de Verão por Bagão Félix, ainda não tinha lido o artigo publicado na TMT «Quanto vale o mercado da inovação? – A R&D em telecomunicações». Diz o ministro: para aumentar a produtividade, disciplina laboral é preciso; oponho eu, inovação baseada em conhecimento científico e saber fazer tecnológico. Nem de propósito o artigo da TMT. Pois leiam-no. (Entretanto, enquanto escrevia este texto, na TV corria mais uma sessão do concurso «O Elo Mais Fraco». Júlia Pinheiro a perguntar: A impulsão sofrida por um corpo, de baixo para cima, é igual ao peso da massa de água deslocada pela imersão do mesmo corpo, Arquimedes ou Newton? O concorrente: «Newton (!?)». Outra pergunta: Segundo a Relatividade, para um corpo, qual é a velocidade máxima possível? O mesmo concorrente: «Não sei (!?)». O concorrente era um engenheiro técnico formado por um instituto privado! Ganda bronca! Isto, também nem de propósito. Engenheiro técnico, fosse eu ele, e desenhava-me pelo chão abaixo.) E na reentré do CDS-PP, o ministro de Estado Paulo Portas, a



gem do total devida às empresas é 25%, isto é, 0,2% do nosso PIB. Viram? Portanto, em termos de percentagem do PIB, o valor respeitante às actividades de I&D das empresas de Espanha é 2,5 vezes superior às das empresas portuguesas. E como o PIB/capita é bastante mais elevado em Espanha do que em Portugal, a dife-

rença entre montantes/capita (em dinheirinho, em Euros) é ainda muito maior. Para já não referir a diferença entre montantes absolutos. Viram? Anotaram, senhores governantes? Lá escorreguei eu – terei dado mesmo o flanco – ao falar de montantes absolutos. Porque comentarão logo de seguida (os governantes e os empresários): Claro, a diferença entre os montantes absolutos tem de ser enorme. Então, já viram a dimensão da Espanha? Enquanto nós somos demasiado pequenos. Pequenos? – exclamo eu, já a faltarme a paciência. E a Finlândia, é enorme? Maior do que a Espanha com os seus, no máximo, 5 milhões de habitantes? Uma Finlândia, aliás, dada em desvantagem até à queda da União Soviética. Tão condicionada economicamente por este seu vizinho, ainda há pouco tempo quase em colapso! Mas a Finlândia, com os seus 3,2% do PIB de investimento em actividades de I&D, regista uma percentagem de 68% na parte tocante às empresas, isto é, praticamente 2,1% do seu PIB, ou seja, um valor percentual mais de dez vezes (dez, disse bem) superior ao do valor relativo ao tecido económico português. Uma Finlândia orgulhosa do seu destacado «campeão mundial» em termos de vendas de telemóveis, uma coqueluche do avanço tecnológico. Perdida nos confins, Oulu, que visitei, alberga nas suas redondezas uma parte importante desta indústria, em que mais de metade entre milhares de trabalhadores se dedicam a actividades de I&D. Mas, como dizer? Será que os responsáveis políticos e empresariais acreditam mesmo que só falta é disciplina no trabalho?

A produtividade e os caceteiros

fazer de dirigente partidário, a fazer agitação – terrorismo social como lhe chamou Carvalho da Silva – com a tal bandeira do «Dia de Trabalho Geral» (creio que foi esta a formulação) em contraposição a uma Greve Geral que o movimento sindical não decretou (e, se decretar, ninguém pode afirmar que será apenas por um dia), pois ainda se está em fase consulta do texto proposto para legislação. Preciso, é dar com o cacete nos trabalhadores. Quanto a querer resolver o problema da produtividade, é o ignorar em absoluto os verdadeiros males que afligem o tecido económico, sr. ministro.

Diferenças

Bom, mas voltemos então ao tal artigo da TMT, bem à mão de quantos o queiram consultar (poderíamos ir a dados oficiais, poderíamos ir a documentos vários produzidos pelo PCP, eu sei lá, informação não falta). Desse texto pode concluir-se que, entre outras coisas, em Portugal, as despesas de investimento em I&D representam menos de 0,8% do PIB contra uma média de 1,9% no conjunto da União Europeia. E que, não obstante certos países disporem de percentagens bem mais elevadas, como a Finlândia com uns 3,2%, a forte Espanha não passa de uns 0,9%. Pois então, até não estaríamos tão mal assim. Só que em Espanha a percentagem do total devida às empresas é 54%, isto é, quase 0,5% do respectivo PIB, enquanto em Portugal a percenta-

Outros Pontos

Um minuto de silêncio...

Se ainda estás horrorizado pelas imagens de terça-feira 11 de Setembro nos Estados Unidos, aproveita para fazer Um Minuto de silêncio em homenagem às quase 4000 pessoas, a maioria civis, mortas cobardemente por terroristas.

Já que estás em silêncio, guarda outros Treze Minutos em homenagem aos 130 000 civis iraquianos mortos em 1991 por ordem de Bush pai.

... agora, outros Vinte Minutos mais pelos 200 000 iraquianos mortos pelos iraquianos, com armas e dinheiro fornecidos a Hussein (ainda jovem nessa época), pelos mesmos EUA que mais tarde viraram toda a sua artilharia contra eles...

Outros Quinze Minutos pelos russos e 150 000 afegãos mortos às mãos dos Taliban, também com armas e ordens dos EUA, que criaram a sua organização e a treinaram com a CIA...

Mais Dez Minutos pelos 100 000 japoneses mortos directa e indirectamente em Hiroshima e Nagasaki, também por acção directa da grande Águia...

Se fizeste isto, já estiveste em silêncio Uma Hora (Um Minuto por todos os norte-americanos e Cinquenta e Nove por Todas as suas vítimas...)

Se ainda estás perplexo, faz mais uma hora pelos mortos na guerra do Vietname, ainda que não seja agradável para os EUA falar nisso...

Oxalá (mesmo que os indícios de belicismo dos EUA indiquem o contrário) alguém se lembre do bombardeamento dos EUA a Bagdad onde morreram 18 mil pessoas, - alguém viu alguma coisa na CNN? Rogamos para que os norte-americanos comecem a entender que eles também são vulneráveis e que as tragédias que eles provocam são tão bárbaras e cobardes como as dos outros.

Todos os Mortos doem sejam de que nacionalidade forem...

(Texto de autor desconhecido divulgado na Internet)

Cartoon

• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

A recente mudança de governo em Portugal teve o mérito de clarificar a situação política. Em poucas semanas do novo poder multiplicaram-se as decisões que agravam as condições de vida dos trabalhadores, promovem o aumento da inflação e do custo de vida, tornam mais fácil a exploração do trabalho escravo, marcam as balizas de uma próxima revisão da Constituição e, finalmente, abrem caminho à mudança de regime. Durão Barroso já se refere em público à *revolução silenciosa* em curso. O espantoso e operático João Jardim - e não subestimemos a importância que assumem os comediantes da política - reclama perante multidões submissas uma nova Constituição e um novo regime: a IV República, como... nos tempos de De Gaulle.

Pelo meio destas manobras correm afadigadas as *longas sotainas* (imagem que se usou por alturas dos escândalos do Banco do Vaticano, da Maçonaria e do cardeal Marcinkus). O Governo PSD/PP atribui generosamente lugares de responsabilidade política a conhecidas figuras

A «Carta di Lavoro» (II)

da Igreja. Não se trata dos habituais padres conservadores cronicamente herdados de outros governos e de outros partidos. Agora, escolhem-se tecnocratas formados nas instituições católicas e rodados na banca e nas empresas dirigidas pelos grupos económicos do Opus Dei. Há casos verdadeiramente extraordinários, como o do jesuíta P. Vaz Pinto que aceitou gerir uma lei tão iníqua como é a da Imigração; o do franciscano P. Melícias que fez voto de pobreza e é mentor do modelo capitalista que há-de acorrentar Timor-Leste ao carro do FMI; ou o de Bagão Félix, titular do Trabalho e da Segurança Social, alto quadro do Patriarcado cujas propostas de reforma reflectem, sem pudor, o corporativismo fascista e as mais retrógradas leituras da doutrina social católica.

A convergência de posições da hierarquia religiosa e do grande empresariado torna-se cada vez mais evidente. O patronato recupera a autoridade perdida e reafirma a sua ânsia de poder. Cumprindo o seu papel histórico, a Igreja fornece às decisões do Governo a cobertura ética

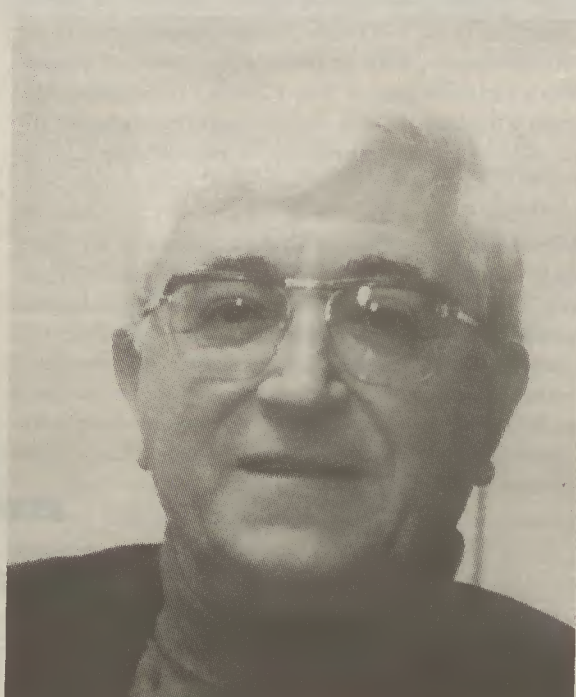
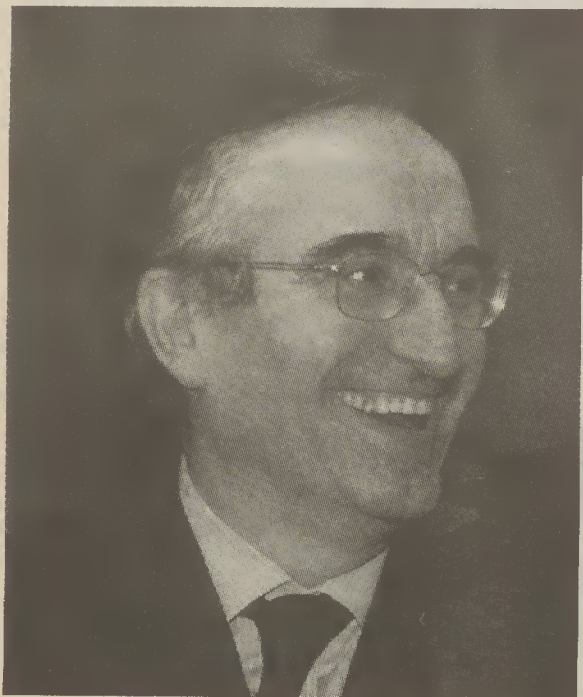
que continua a ser de rigor junto das massas. É assim que se destacam, na estratégia global de liberais e populistas, duas ideias que eles proclamam sem cessar: o Governo é *democrático* por resultar, indirectamente, de um acto eleitoral; o Governo é *moral* porque os seus membros se inspiram em *princípios e convicções*. A partir destes dois pressupostos, todas as violações da legalidade são legitimadas.

Fácil é reconhecer-se que se os trabalhadores portugueses vierem a ceder nas lutas de classe que dentro em breve terão de enfrentar, o nosso povo voltará a pagar, de uma só vez, o preço de dezenas e dezenas de anos de sacrifícios, de esperanças e de conquistas consideradas já irreversíveis. Mas, voltemos à Itália dos anos 20...

A santa aliança

No Norte de Itália, havia poderosos industriais. No Sul, o poder económico pertencia, sobretudo, aos grandes latifundiários. Inicialmente, o espectáculo montado pelos fascistas pouco crédito mereceu às associações empresariais. Mas depois, com a passagem dos meses, os patrões foram constatando que o poder fascista tinha pés para andar. O PFI dominava o governo e as câmaras e conquistara parte importante da classe média, a braços com a profunda crise económica que atingia a Europa. Desenvolveram-se, então, importantes negociações secretas entre as centrais dos empresários e o governo fascista. Viriam a culminar, em 1925, no tratado confidencial do Palácio Vandomi.

Ao grande patronato, organizado numa só Corporação de classe, era reconhecido um estatuto de Estado dentro do próprio Estado. Os patrões podiam fazer e desfazer leis laborais. Os trabalhadores seriam «seus», como na Idade Média os escravos de gleba pertenciam aos senhores da terra. O governo obrigava-se a impor aos trabalhadores o cumprimento das leis. Eliminado o direito à greve, os sindicatos teriam direcções nomeadas pelo próprio governo. Em pouco tempo, os partidos com base trabalhadora - o PCI e o PSI - seriam inviabilizados, primeiro, e proibidos, depois. Os direitos dos trabalhadores e do povo, em geral, acabaram por ser esmagados por uma tenebrosa aliança entre o grande patronato, os órgãos do Estado, o Partido Fascista e o Vaticano. Quando, anos depois, foi divulgada a «Carta di Lavoro», o terror já reinava em toda a Itália.



Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Matilha de cães a correr; aversão; espécie de carvão formado pela decomposição de substâncias vegetais, principalmente dos musgos, e que é análogo à madeira fóssil. 2 - Esconder em buraco; abaixar. 3 - Diz-se da posição de dois planetas que guardam entre si a distância da oitava parte do Zodíaco; carinhoso. 4 - Aquelas; planta ilícea de folhas encamadas e suco amargo; insignificância; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações. 5 - Deus da guerra; grande mamífero anfíbio das regiões polares. 6 - Bismuto (s.q.); época. 7 - Dignidade pontifícia (fig.); vinte mãos de papel ou quinhentas folhas. 8 - Estado da Índia cuja capital é Pangim; que não está cozido; debaixo de; atmosfera. 9 - Cabeleira postiça; designação popular da guitarra clássica. 10 - Existes; discurso; permacer; grito aflitivo. 11 - Uma das variedades mais importantes do caulim, constituída por silicato natural de alumina; sagrado. 12 - Nome vulgar de várias espécies de plantas dioscoreáceas e aráceas, cujas raízes encerram uma substância alimentar farinhenta; longo serão. 13 - Espécie de manto com que as mulheres cobrem e agasalham os ombros e o tronco; fêmea do leão; modalidade desportiva praticada numa embarcação a remos.

VERTICAIS: 1 - Planta gramínea; pessoa ou coisa muito rara (fig.). 2 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; desloca-se para fora; cura. 3 - Invisível; matiz; abraço (infant.). 4 - Bando de lobos; verbal. 5 - Pessoa forte e destra nos exercícios corporais; delito. 6 - Suco extraído das cápsulas de diversas espécies de papoila; tocha. 7 - Contr. da prep. de com o adv. além; nome próprio masculino. 8 - Caminhar; ecoa, junta; a si mesmo. 9 - Grande quantidade; relativo aos ossos. 10 - Converter em massa; invólucro de um produto. 11 - Composição poética, simples e curta, de carácter mais ou menos popular; axila. 12 - Bramido de certas feras; fazer birra. 13 - Curso de água natural; cólera; composição poética de assunto elevado e destinada ao canto. 14 - Aspecto diferente que a Lua e outros planetas apresentam à nossa vista; fileira; antes do meio-dia (abrev.). 15 - Perfume; beira-mar.

HORIZONTAIS: 1 - Aduar; odor; turfa. 2 - Falar; arfar. 3 - Ocell; amoroso. 4 - Ast; alóes; avor; em; 5 - Martel; morsa. 6 - Bt; eta; aos; era. 7 - Tatar; resma. 8 - Coat; cru; sob; ar; 9 - Chin; viola. 10 - Es; or; est; ar; 11 - Na; c; sacro. 12 - Inhamet; servada. 13 - Xarlet; leat; remo. 14 - B; m; r; 15 - A; m; s; e; 16 - A; m; s; e; 17 - A; m; s; e; 18 - A; m; s; e; 19 - A; m; s; e; 20 - A; m; s; e; 21 - A; m; s; e; 22 - A; m; s; e; 23 - A; m; s; e; 24 - A; m; s; e; 25 - A; m; s; e; 26 - A; m; s; e; 27 - A; m; s; e; 28 - A; m; s; e; 29 - A; m; s; e; 30 - A; m; s; e; 31 - A; m; s; e; 32 - A; m; s; e; 33 - A; m; s; e; 34 - A; m; s; e; 35 - A; m; s; e; 36 - A; m; s; e; 37 - A; m; s; e; 38 - A; m; s; e; 39 - A; m; s; e; 40 - A; m; s; e; 41 - A; m; s; e; 42 - A; m; s; e; 43 - A; m; s; e; 44 - A; m; s; e; 45 - A; m; s; e; 46 - A; m; s; e; 47 - A; m; s; e; 48 - A; m; s; e; 49 - A; m; s; e; 50 - A; m; s; e; 51 - A; m; s; e; 52 - A; m; s; e; 53 - A; m; s; e; 54 - A; m; s; e; 55 - A; m; s; e; 56 - A; m; s; e; 57 - A; m; s; e; 58 - A; m; s; e; 59 - A; m; s; e; 60 - A; m; s; e; 61 - A; m; s; e; 62 - A; m; s; e; 63 - A; m; s; e; 64 - A; m; s; e; 65 - A; m; s; e; 66 - A; m; s; e; 67 - A; m; s; e; 68 - A; m; s; e; 69 - A; m; s; e; 70 - A; m; s; e; 71 - A; m; s; e; 72 - A; m; s; e; 73 - A; m; s; e; 74 - A; m; s; e; 75 - A; m; s; e; 76 - A; m; s; e; 77 - A; m; s; e; 78 - A; m; s; e; 79 - A; m; s; e; 80 - A; m; s; e; 81 - A; m; s; e; 82 - A; m; s; e; 83 - A; m; s; e; 84 - A; m; s; e; 85 - A; m; s; e; 86 - A; m; s; e; 87 - A; m; s; e; 88 - A; m; s; e; 89 - A; m; s; e; 90 - A; m; s; e; 91 - A; m; s; e; 92 - A; m; s; e; 93 - A; m; s; e; 94 - A; m; s; e; 95 - A; m; s; e; 96 - A; m; s; e; 97 - A; m; s; e; 98 - A; m; s; e; 99 - A; m; s; e; 100 - A; m; s; e; 101 - A; m; s; e; 102 - A; m; s; e; 103 - A; m; s; e; 104 - A; m; s; e; 105 - A; m; s; e; 106 - A; m; s; e; 107 - A; m; s; e; 108 - A; m; s; e; 109 - A; m; s; e; 110 - A; m; s; e; 111 - A; m; s; e; 112 - A; m; s; e; 113 - A; m; s; e; 114 - A; m; s; e; 115 - A; m; s; e; 116 - A; m; s; e; 117 - A; m; s; e; 118 - A; m; s; e; 119 - A; m; s; e; 120 - A; m; s; e; 121 - A; m; s; e; 122 - A; m; s; e; 123 - A; m; s; e; 124 - A; m; s; e; 125 - A; m; s; e; 126 - A; m; s; e; 127 - A; m; s; e; 128 - A; m; s; e; 129 - A; m; s; e; 130 - A; m; s; e; 131 - A; m; s; e; 132 - A; m; s; e; 133 - A; m; s; e; 134 - A; m; s; e; 135 - A; m; s; e; 136 - A; m; s; e; 137 - A; m; s; e; 138 - A; m; s; e; 139 - A; m; s; e; 140 - A; m; s; e; 141 - A; m; s; e; 142 - A; m; s; e; 143 - A; m; s; e; 144 - A; m; s; e; 145 - A; m; s; e; 146 - A; m; s; e; 147 - A; m; s; e; 148 - A; m; s; e; 149 - A; m; s; e; 150 - A; m; s; e; 151 - A; m; s; e; 152 - A; m; s; e; 153 - A; m; s; e; 154 - A; m; s; e; 155 - A; m; s; e; 156 - A; m; s; e; 157 - A; m; s; e; 158 - A; m; s; e; 159 - A; m; s; e; 160 - A; m; s; e; 161 - A; m; s; e; 162 - A; m; s; e; 163 - A; m; s; e; 164 - A; m; s; e; 165 - A; m; s; e; 166 - A; m; s; e; 167 - A; m; s; e; 168 - A; m; s; e; 169 - A; m; s; e; 170 - A; m; s; e; 171 - A; m; s; e; 172 - A; m; s; e; 173 - A; m; s; e; 174 - A; m; s; e; 175 - A; m; s; e; 176 - A; m; s; e; 177 - A; m; s; e; 178 - A; m; s; e; 179 - A; m; s; e; 180 - A; m; s; e; 181 - A; m; s; e; 182 - A; m; s; e; 183 - A; m; s; e; 184 - A; m; s; e; 185 - A; m; s; e; 186 - A; m; s; e; 187 - A; m; s; e; 188 - A; m; s; e; 189 - A; m; s; e; 190 - A; m; s; e; 191 - A; m; s; e; 192 - A; m; s; e; 193 - A; m; s; e; 194 - A; m; s; e; 195 - A; m; s; e; 196 - A; m; s; e; 197 - A; m; s; e; 198 - A; m; s; e; 199 - A; m; s; e; 200 - A; m; s; e; 201 - A; m; s; e; 202 - A; m; s; e; 203 - A; m; s; e; 204 - A; m; s; e; 205 - A; m; s; e; 206 - A; m; s; e; 207 - A; m; s; e; 208 - A; m; s; e; 209 - A; m; s; e; 210 - A; m; s; e; 211 - A; m; s; e; 212 - A; m; s; e; 213 - A; m; s; e; 214 - A; m; s; e; 215 - A; m; s; e; 216 - A; m; s; e; 217 - A; m; s; e; 218 - A; m; s; e; 219 - A; m; s; e; 220 - A; m; s; e; 221 - A; m; s; e; 222 - A; m; s; e; 223 - A; m; s; e; 224 - A; m; s; e; 225 - A; m; s; e; 226 - A; m; s; e; 227 - A; m; s; e; 228 - A; m; s; e; 229 - A; m; s; e; 230 - A; m; s; e; 231 - A; m; s; e; 232 - A; m; s; e; 233 - A; m; s; e; 234 - A; m; s; e; 235 - A; m; s; e; 236 - A; m; s; e; 237 - A; m; s; e; 238 - A; m; s; e; 239 - A; m; s; e; 240 - A; m; s; e; 241 - A; m; s; e; 242 - A; m; s; e; 243 - A; m; s; e; 244 - A; m; s; e; 245 - A; m; s; e; 246 - A; m; s; e; 247 - A; m; s; e; 248 - A; m; s; e; 249 - A; m; s; e; 250 - A; m; s; e; 251 - A; m; s; e; 252 - A; m; s; e; 253 - A; m; s; e; 254 - A; m; s; e; 255 - A; m; s; e; 256 - A; m; s; e; 257 - A; m; s; e; 258 - A; m; s; e; 259 - A; m; s; e; 260 - A; m; s; e; 261 - A; m; s; e; 262 - A; m; s; e; 263 - A; m; s; e; 264 - A; m; s; e; 265 - A; m; s; e; 266 - A; m; s; e; 267 - A; m; s; e; 268 - A; m; s; e; 269 - A; m; s; e; 270 - A; m; s; e; 271 - A; m; s; e; 272 - A; m; s; e; 273 - A; m; s; e; 274 - A; m; s; e; 275 - A; m; s; e; 276 - A; m; s; e; 277 - A; m; s; e; 278 - A; m; s; e; 279 - A; m; s; e; 280 - A; m; s; e; 281 - A; m; s; e; 282 - A; m; s; e; 283 - A; m; s; e; 284 - A; m; s; e; 285 - A; m; s; e; 286 - A; m; s; e; 287 - A; m; s; e; 288 - A; m; s; e; 289 - A; m; s; e; 290 - A; m; s; e; 291 - A; m; s; e; 292 - A; m; s; e; 293 - A; m; s; e; 294 - A; m; s; e; 295 - A; m; s; e; 296 - A; m; s; e; 297 - A; m; s; e; 298 - A; m; s; e; 299 - A; m; s; e; 300 - A; m; s; e; 301 - A; m; s; e; 302 - A; m; s; e; 303 - A; m; s; e; 304 - A; m; s; e; 305 - A; m; s; e; 306 - A; m; s; e; 307 - A; m; s; e; 308 - A; m; s; e; 309 - A; m; s; e; 310 - A; m; s; e; 311 - A; m; s; e; 312 - A; m; s; e; 313 - A; m; s; e; 314 - A; m; s; e; 315 - A; m; s; e; 316 - A; m; s; e; 317 - A; m; s; e; 318 - A; m; s; e; 319 - A; m; s; e; 320 - A; m; s; e; 321 - A; m; s; e; 322 - A; m; s; e; 323 - A; m; s; e; 324 - A; m; s; e; 325 - A; m; s; e; 326 - A; m; s; e; 327 - A; m; s; e; 328 - A; m; s; e; 329 - A; m; s; e; 330 - A; m; s; e; 331 - A; m; s; e; 332 - A; m; s; e; 333 - A; m; s; e; 334 - A; m; s; e; 335 - A; m; s; e; 336 - A; m; s; e; 337 - A; m; s; e; 338 - A; m; s; e; 339 - A; m; s; e; 340 - A; m; s; e; 341 - A; m; s; e; 342 - A; m; s; e; 343 - A; m; s; e; 344 - A; m; s; e; 345 - A; m; s; e; 346 - A; m; s; e; 347 - A; m; s; e; 348 - A; m; s; e; 349 - A; m; s; e; 350 - A; m; s; e; 351 - A; m; s; e; 352 - A; m; s; e; 353 - A; m; s; e; 354 - A; m; s; e; 355 - A; m; s; e; 356 - A; m; s; e; 357 - A; m; s; e; 358 - A; m; s; e; 359 - A; m; s; e; 360 - A; m; s; e; 361 - A; m; s; e; 362 - A; m; s; e; 363 - A; m; s; e; 364 - A; m; s; e; 365 - A; m; s; e; 366 - A; m; s; e; 367 - A; m; s; e; 368 - A; m; s; e; 369 - A; m; s; e; 370 - A; m; s; e; 371 - A; m; s; e; 372 - A; m; s; e; 373 - A; m; s; e; 374 - A; m; s; e; 375 - A; m; s; e; 376 - A; m; s; e; 377 - A; m; s; e; 378 - A; m; s; e; 379 - A; m; s; e; 380 - A; m; s; e; 381 - A; m; s; e; 382 - A; m; s; e; 383 - A; m; s; e; 384 - A; m; s; e; 385 - A; m; s; e; 386 - A; m; s; e; 387 - A; m; s; e; 388 - A; m; s; e; 389 - A; m; s; e; 390 - A; m; s; e; 391 - A; m; s; e; 392 - A; m; s; e; 393 - A; m; s; e; 394 - A; m; s; e; 395 - A; m; s; e; 396 - A; m; s; e; 397 - A; m; s; e; 398 - A; m; s; e; 399 - A; m; s; e; 400 - A; m; s; e; 401 - A; m; s; e; 402 - A; m; s; e; 403 - A; m; s; e; 404 - A; m; s; e; 405 - A; m; s; e; 406 - A; m; s; e; 407 - A; m; s; e; 408 - A; m; s; e; 409 - A; m; s; e; 410 - A; m; s; e; 411 - A; m; s; e; 412 - A; m; s; e; 413 - A; m; s; e; 414 - A; m; s; e; 415 - A; m; s; e; 416 - A; m; s; e; 417 - A; m; s; e; 418 - A; m; s; e; 419 - A; m; s; e; 420 - A; m; s; e; 421 - A; m; s; e; 422 - A; m; s; e; 423 - A; m; s; e; 424 - A; m; s; e; 425 - A; m; s; e; 426 - A; m; s; e; 427 - A; m; s; e; 428 - A; m; s; e; 429 - A; m; s; e; 430 - A; m; s; e; 431 - A; m; s; e; 432 - A; m; s; e; 433 - A; m; s; e; 434 - A; m; s; e; 435 - A; m; s; e; 436 - A; m; s; e; 437 - A; m; s; e; 438 - A; m; s; e; 439 - A; m; s; e; 440 - A; m; s; e; 441 - A; m; s; e; 442 - A; m; s; e; 443 - A; m; s; e; 444 - A; m; s; e; 445 - A; m; s; e; 446 - A; m; s; e; 447 - A; m; s; e; 448 - A; m; s; e; 449 - A; m; s; e; 450 - A; m; s; e; 451 - A; m; s; e; 452 - A; m; s; e; 453 - A; m; s; e; 454 - A; m; s; e; 455 - A; m; s; e; 456 - A; m; s; e; 457 - A; m; s; e; 458 - A; m; s; e; 459 - A; m; s; e; 460 - A; m; s; e; 461 - A; m; s; e; 462 - A; m; s; e; 463 - A; m; s; e; 464 - A; m; s; e; 465 - A; m; s; e; 466 - A; m; s; e; 467 - A; m; s; e; 468 - A; m; s; e; 469 - A; m; s; e; 470 - A; m; s; e; 471 - A; m; s; e; 472 - A; m; s; e; 473 - A; m; s; e; 474 - A; m; s; e; 475 - A; m; s; e; 476 - A; m; s; e; 477 - A; m; s; e; 478 - A; m; s; e; 479 - A; m; s; e; 480 - A; m; s; e; 481 - A; m; s; e; 482 - A; m; s; e; 483 - A; m; s; e; 484 - A; m; s; e; 485 - A; m; s; e; 486 - A; m; s; e; 487 - A; m; s; e; 488 - A; m; s; e; 489 - A; m; s; e; 490 - A; m; s; e; 491 - A; m; s; e; 492 - A; m; s; e; 493 - A; m; s; e; 494 - A; m; s; e; 495 - A; m; s; e; 496 - A; m; s; e; 497 - A; m; s; e; 498 - A; m; s; e; 499 - A; m; s; e; 500 - A; m; s; e; 501 - A; m; s; e; 502 - A; m; s; e; 503 - A; m; s; e; 504 - A; m; s; e; 505 - A; m; s; e; 506 - A; m; s; e; 507 - A; m; s; e; 508 - A; m; s; e; 509 - A; m; s; e; 510 - A; m; s; e; 511 - A; m; s; e; 512 - A; m; s; e; 513 - A; m; s; e; 514 - A; m; s; e; 515 - A; m; s; e; 516 - A; m; s; e; 517 - A; m; s; e; 518 - A; m; s; e; 519 - A; m; s; e; 520 - A; m; s; e; 521 - A; m; s; e; 522 - A; m; s; e; 523 - A; m; s; e; 524 - A; m; s; e; 525 - A; m; s; e; 526 - A; m; s; e; 527 - A; m; s; e; 528 - A; m; s; e; 529 - A; m; s; e; 530 - A; m; s; e; 531 - A; m; s; e; 532 - A; m; s; e; 533 - A; m; s; e; 534 - A; m; s; e; 535 - A; m; s; e; 536 - A; m; s; e; 537 - A; m; s; e; 538 - A; m; s; e; 539 - A; m; s; e; 540 - A; m; s; e; 541 - A; m; s; e; 542 - A; m; s; e; 543 - A; m; s; e; 544 - A; m; s; e; 545 - A; m; s; e; 546 - A; m; s; e; 547 - A; m; s; e; 548 - A; m; s; e; 549 - A; m; s; e; 550 - A; m; s; e; 551 - A; m; s; e; 552 - A; m; s; e; 553 - A; m; s; e; 554 - A; m; s; e; 555 - A; m; s; e; 556 - A; m; s; e; 557 - A; m; s; e; 558 - A; m; s; e; 559 - A; m; s; e; 560 - A; m; s; e; 561 - A; m; s; e; 562 - A; m; s; e; 563 - A; m; s; e; 564 - A; m; s; e; 565 - A; m; s; e; 566 - A; m; s; e; 567 - A; m; s; e; 568 - A; m; s; e; 569 - A; m; s; e; 570 - A; m; s; e; 571 - A; m; s; e; 572 - A; m; s; e; 573 - A; m; s; e; 574 - A; m; s; e; 575 - A; m; s; e; 576 - A; m; s; e; 577 - A; m; s; e; 578 - A; m; s; e; 579 - A; m; s; e; 580 - A; m; s; e; 581 - A; m; s; e; 582 - A; m; s; e; 583 - A; m; s; e; 584 - A; m; s; e; 585 - A; m; s; e; 586 - A; m; s; e; 587 - A; m; s; e; 588 - A; m; s; e; 589 - A; m; s; e; 590 - A; m; s; e; 591 - A; m; s; e; 592 - A; m; s; e; 593 - A; m; s; e; 594 - A; m; s; e; 595 - A; m; s; e; 596 - A; m; s; e; 597 - A; m; s; e; 598 - A; m; s; e; 599 - A; m; s; e; 600 - A; m; s; e; 601 - A; m; s; e; 602 - A; m; s; e; 603 - A; m; s; e; 604 - A; m; s; e; 605 - A; m; s; e; 606 - A; m; s; e; 607 - A; m; s; e; 608 - A; m; s; e; 609 - A; m; s; e; 610 - A; m; s; e; 611 - A; m; s; e; 612 - A; m; s; e; 613 - A; m; s; e; 614 - A; m; s; e; 615 - A; m; s; e; 616 - A; m; s; e; 617 - A; m; s; e; 618 - A; m; s; e; 619 - A; m; s; e; 620 - A; m; s; e; 621 - A; m; s; e; 622 - A; m; s; e; 623 - A; m; s; e; 624 - A; m; s; e; 625 - A; m; s; e; 626 - A; m; s; e; 627 - A; m; s; e; 628 - A; m; s; e; 629 - A; m; s; e; 630 - A; m; s; e; 631 - A; m; s; e; 632 - A; m; s; e; 633 - A; m; s; e; 634 - A; m; s; e; 635 - A; m; s; e; 636 - A; m; s; e; 637 - A; m; s; e; 638 - A; m; s; e; 639 - A; m; s; e; 640 - A; m; s; e; 641 - A; m; s; e; 642 - A; m; s; e; 643 - A; m; s; e; 644 - A; m; s; e; 645 - A; m; s; e; 646 - A; m; s; e; 647 - A; m; s; e; 648 - A; m; s; e; 649 - A; m; s; e; 650 - A; m; s; e; 651 - A; m; s; e; 652 - A; m; s; e; 653 - A; m; s; e; 654 - A; m; s; e; 655 - A; m; s; e; 656 - A; m; s; e; 657 - A; m; s; e; 658 - A; m; s; e; 659 - A; m; s; e; 660 - A; m; s; e; 661 - A; m; s; e; 662 - A; m; s; e; 663 - A; m; s; e; 664 - A; m; s; e; 665 - A; m; s; e; 666 - A; m; s; e; 667 - A; m; s; e; 668 - A; m; s; e; 669 - A; m; s; e; 670 - A; m; s; e; 671 - A; m; s; e; 672 - A; m; s; e; 673 - A; m; s; e; 674 - A; m; s; e; 675 - A; m; s; e; 676 - A; m; s; e; 677 - A; m; s; e; 678 - A; m; s; e; 679 - A; m; s; e; 680 - A; m; s; e; 681 - A; m; s; e; 682 - A; m; s; e; 683 - A; m; s; e; 684 - A; m; s; e; 685 - A; m; s; e; 686 - A; m; s; e; 687 - A; m; s; e; 688 - A; m; s; e; 689 - A; m; s; e; 690 - A; m; s; e; 691 - A; m; s; e; 692 - A; m; s; e; 693 - A; m; s; e; 694 - A; m; s; e; 695 - A; m; s; e; 696 - A; m; s; e; 697 - A; m; s; e; 698 - A; m; s; e; 699 - A; m; s; e; 700 - A; m; s; e; 701 - A; m; s; e; 702 - A; m; s; e; 703 - A; m; s; e; 704 - A; m; s; e; 705 - A; m; s; e; 706 - A; m; s; e; 707 - A; m; s; e; 708 - A; m; s; e; 709 - A; m; s; e; 710 - A; m; s; e; 711 - A; m; s; e; 712 - A; m; s; e; 713 - A; m; s; e; 714 - A; m; s; e; 715 - A; m; s; e; 716 - A; m; s; e; 717 - A; m; s; e; 718 - A; m; s; e; 719 - A; m; s; e; 720 - A; m; s; e; 721 - A; m; s; e; 722 - A; m; s; e; 723 - A; m; s; e; 724 - A; m; s; e; 725 - A; m; s; e; 726 - A; m; s; e; 727 - A; m; s; e; 728 - A; m; s; e; 729 - A; m; s; e; 730 - A; m; s; e; 731 - A; m; s; e; 732 - A; m; s; e; 733 - A; m; s; e; 734 - A; m; s; e; 735 - A; m; s; e; 736 - A; m; s; e; 737 - A; m; s; e; 738 - A; m; s; e; 739 - A; m; s; e; 740 - A; m; s; e; 741 - A; m; s; e; 742 - A; m; s; e; 743 - A; m; s; e; 744 - A; m; s; e; 745 - A; m; s; e; 746 - A; m; s; e; 747 - A; m; s; e; 748 - A; m; s; e; 749 - A; m; s; e; 750 - A; m; s; e; 751 - A; m; s; e; 752 - A; m; s; e; 753 - A; m; s; e; 754 - A; m; s; e; 755 - A; m; s; e; 756 - A; m; s; e; 757 - A; m; s; e; 758 - A; m; s; e; 759 - A; m; s; e; 760 - A; m; s; e; 761 - A; m; s; e; 762 - A; m; s; e; 763 - A; m; s; e; 764 - A; m; s; e; 765 - A; m; s; e; 766 - A; m; s; e; 767 - A; m; s; e; 768 - A; m; s; e; 769 - A; m; s; e; 770 - A; m; s; e



Preparação da VII Assembleia

Porto

- Sábado, 21, às 14h30 - Plenário da Organização do Ensino Secundário, para discussão do Projecto de Resolução Política do VII Congresso. Seguir-se-á um convívio com música.

Santo Tirso

- Sábado, 21, às 14h00, no CT de Santo Tirso - Plenário do colectivo da JCP para discussão, também, do Projecto de Resolução Política.

Outras iniciativas

Barreiro

- Sexta-feira, 20, às 18h30, no CT concelhio - Plenário da Organização do Ensino Secundário.

- Sábado, 21, às 19h00, no CT de Santo André - Jantar-convívio da organização de Santo André, de abertura do ano lectivo, com momento de poesia.

- Quarta-feira, 24, às 17h30, no CT concelhio

- Reunião do Colectivo

da Escola Secundária de Santo André.



Sintra

- Reunião de eleitos da CDU nas autarquias do concelho de Sintra, para discutir a situação autárquica no concelho, actividade nas freguesias e actividade municipal - hoje, 19, às 21h30, no CT do Cacém.

Tomar

- Encontro-convívio da CDU - domingo, 22, às 17h30, na Sociedade Recreativa Vilanovense, Vila Nova, Paialvo, Tomar.

Viagem ao Brasil

Data prevista de 4 a 12 de Outubro

- Rio de Janeiro
- Angra dos Reis e Cabo Frio
- Búzios

Para inscrições e pedidos de programa contactar o camarada Artur Cabrita
Tels: 21 275 2777 e 21 275 3939

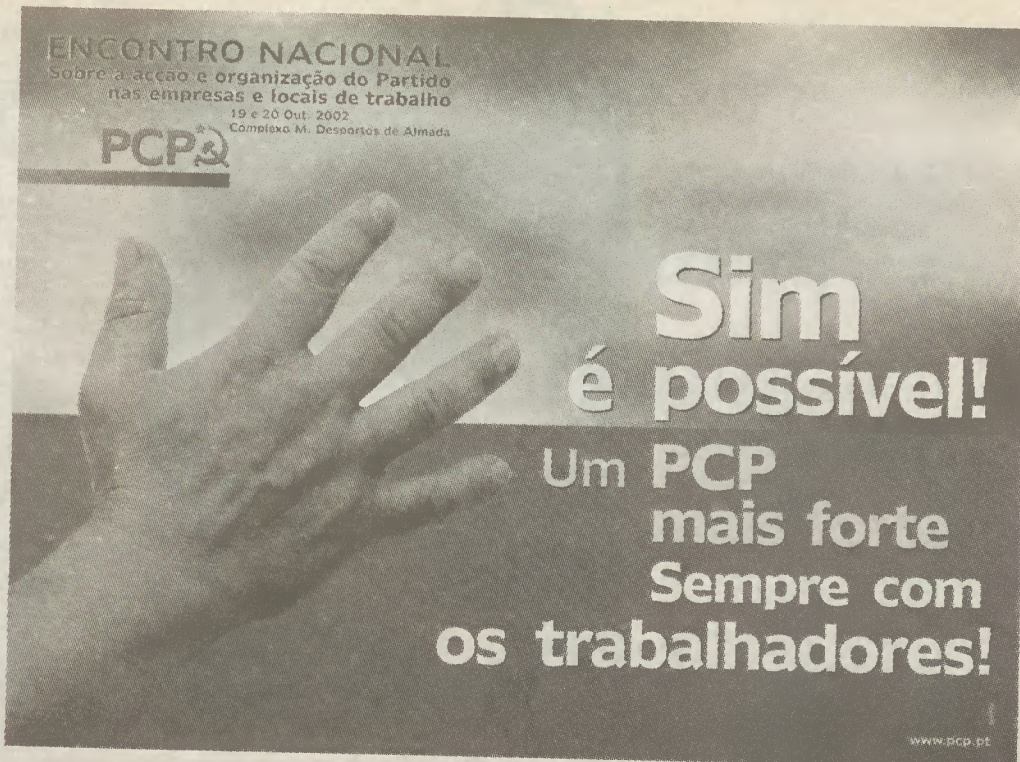
Dia Internacional da PAZ
21 de Setembro
Sessão comemorativa
21 horas

Grupo de Teatro "A BARRACA" apresenta
"Um Inverno Debaixo da Mesa"
Encenação: Maria do Céu Guerra

Bilhetes: no CPPO ou Teatro "A BARRACA"

Comemoração promovida por:

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
CENTRO DE INFORMAÇÃO DA ONU EM PORTUGAL



Plenários de militantes de preparação do Encontro Nacional sobre a intervenção junto dos trabalhadores

Évora

- Terça-feira, 24, às 21h00 - com dirigentes sindicais, delegados sindicais e quadros das principais empresas e locais de trabalho do concelho de Évora.

Lisboa

- Hoje, 19, às 18h00, no CT Vitória - da célula da Carris; às 18h30, também no CT Vitória - da célula da ANA.

- Sexta-feira, 20, às 18h00, no CT da Amadora - Plenário da Vimca.

- Segunda-feira, 23, às 20h30, no CT Vitória: das freguesias da Encarnação, Mercês, Sacramento, Stª Catarina e S. Paulo; e das freguesias da Madalena, Stª Justa, S. Cristóvão, S. Nicolau e Socorro. Em discussão, ainda, a situação política e social e apreciação da Festa do Avante.

- Segunda-feira, 23, às 21h00, na ATLA (Beco Stª Helena nº 9) - das freguesias de Castelo, Santiago, S. Miguel, Stª Estevão e Sé. Em discussão, ainda, a situação política e social e apreciação da Festa do Avante.

- Segunda-feira, 23, às 18h30, no CT Vitória - da célula do SITAVA.

- Quarta-feira, 25, às 14h30, no CT Vitória - Plenário dos TUL

- Quinta-feira, 26, às 20h30, no CT Vitória - das freguesias Coração de Jesus, Pena e S. José. Em discussão, ainda, a situação política e social e apreciação da Festa do Avante.

- Quinta-feira, 26, às 10h00, no CT

Alcântara - do núcleo - CT da Carris; às 17h30, no CT Vitória - do Secretariado da Carris.

- Quinta-feira, 26, às 16h30, no CT Vitória - Plenário da TAP Voo; e às 18h00, também no CT Vitória - Reunião do Secretariado da TAP.

Moita

- Hoje, 19, às 21h00, no CT da Moita - com militantes da zona Centro da Moita.

- Sexta-feira, 20, às 21h00, no CT da Moita - com militantes da Periferia da Moita.

Montijo

- Sexta-feira, 20, às 17h30, no CT do Montijo - com trabalhadores do sector da Saúde; às 21h00, com trabalhadores do sector do Comércio.

- Segunda-feira, 23, às 18h00, no CT do Montijo - com trabalhadores das autarquias.

- Terça-feira, 24, às 21h00, em casa do camarada Jaime Sousa - com militantes da freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia.

- Quarta-feira, 25, às 21h00, no CT do Montijo - reunião da Comissão Concelhia do Montijo, com a participação de Jorge Pires, da

Comissão Política.

Odivelas

- Hoje, 19, às 16h00, no CT de Caneças - da célula dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Caneças.

- Segunda-feira, 23, às 21h15, na Soc. M. Odivelense - reunião concelhia de quadros.

- Terça-feira, 24, às 18h00, no CT de Odivelas - da célula dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Odivelas. Às 21h00, no CT da Pontinha - de militantes da freguesia da Pontinha. Às 21h30, no Centro de Dia de Olival Basto - de militantes da freguesia de Olival Basto.

- Quarta-feira, 25, às 17h30, no CT de Odivelas - da célula da UNALBOR

Sintra

- Sexta-feira, 20, às 19h00, no CT do Cacém - do organismo das empresas de Sintra. Em discussão, ainda, a situação política e social, balanço da Festa do Avante e preparação da 2.ª Assembleia de Organização do organismo das empresas do concelho, com a participação de Alexandre Teixeira, do Comité Central.

Debate

Realidade Social Portuguesa, Consciência de Classe e Consciência Política

Quinta-feira, 26, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória

Debates

Évora

Segurança Social - Que futuro?

Segunda-feira, 23, às 21h00 no Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende com a participação

de Eugénio Rosa, economista e de Lino de Carvalho, do Comité Central

S. João da Madeira

Comunicação Social em debate

Sexta-feira, 27, às 21h30 no Auditório José Afonso (Sindicato do Calçado) com a participação de José Casanova

Assembleia de Organização da Freguesia de Samora Correia

Sexta-feira, 20, às 21h00, no CT com a participação de Luísa Araújo, da Comissão Política

V Assembleia de Organização da Freguesia do Beato, Lisboa

Sábado, 28, às 15h00, no Salão da Junta de Freguesia com a participação de Luís Fernandes e Martinho Batista, membros do Comité Central

ATVer

A Jóia do Nilo foi um dos filmes feitos na esteira do sucesso dos filmes de Indiana Jones que granjeou um merecido sucesso

Elisabeth

(Quinta-feira, 19.09.02, RTP-1)

A vida e reinado de Isabel I de Inglaterra tem inspirado numerosos filmes dos mais variados géneros. Desta vez o cineasta indiano **Shekhar Kapur** recria de forma espectacular e sumptuosa os primeiros anos da ascensão de Isabel ao trono de Inglaterra, dando-nos uma visão moderna – e obviamente laudatória – das capacidades de liderança da jovem monarca, movimentando-se dramaticamente num mundo de intrigas e traições que ela não apenas gere como aprende a dominar com mão-de-ferro. Interpretação impressionante de **Cate Blanchett**, no papel de Isabel.

A Cor do Dinheiro

(Quinta-feira, 19.09.02, SIC)

Este filme de **Martin Scorsese** é já um clássico do cinema norte-americano dos anos 80. Pegando na personagem do campeão de snooker **Eddie Felson** e no actor que lhe dera corpo num clássico de há 30 anos – **Paul Newman** –, Scorsese continua a história do antigo campeão, agora transformado num velho mestre que ensina os truques e as técnicas a um novo «menino prodígio» dos bilhares, interpretado por **Tom Cruise**. O resultado é um filme de mão-cheia, onde também é justo assinalar a presença feminina do elenco, a cargo de **Mary Elisabeth Mastrantonio**.

Dom Quixote

(Sexta-feira, 20.09.02, RTP-2)

Este **Dom Quixote** é uma histórica versão cinematográfica da imortal obra de Cervantes realizada por **Georg Wilhelm Pabst** em França. Este célebre cineasta alemão, que se impôs no tempo do Mudo, rodou esta magnífica adaptação das aventuras do cavaleiro errante da Mancha em versão inglesa, francesa e alemã, como era hábito na Europa nos primeiros anos do Sonoro, com três elencos de apoio. Este filme de Pabst é uma notável reunião de talentos e de distintas colaborações artísticas, nomeadamente o belo trabalho de fotografia (de que é exemplar a sequência dos moinhos) e o grande intérprete russo **Feodor Chaliapin** com a sua espantosa voz de cantor lírico, que assumiu o principal papel nas três versões deste clássico de cinema de aventuras.

A Jóia do Nilo

(Sábado, 21.09.02, TVI)

Realizado na sequência dos primeiros Indiana Jones, este trepidante filme de aventuras seguia notoriamente a moda de sucesso então aberta por Spielberg e, se não fosse a qualidade do elenco – onde pontifica **Michael Douglas**, **Kathleen Turner** e **Danny DeVito** –, bem como os fartos meios postos à disposição do produtor para erguer aquela farândola de episódios rocambolescos no meio de deslumbrantes paisagens e sofisticados efeitos especiais, provavelmente este filme teria caído rapidamente no esquecimento. Afinal, fez carreira e até ficou na história como... uma boa imitação dos filmes de Indiana Jones. O que até nem é nada mau!

Godzilla

(Domingo, 22.09.02, TVI)

Está de regresso o monstro resultante de uma explosão nuclear, criado pelo cinema japo-



nês nos anos 50 e colocado agora em Nova Iorque pela grande produção de Hollywood, com grandes efeitos especiais, pois claro, e levando a catástrofe para plena ilha de Manhattan, onde se desenrola uma verdadeira batalha contra a criatura. Realizado em 1998, este filme aproveitou igualmente a moda dos dinossauros no cinema, na altura lançada com os Parques Jurássicos mais uma vez de... Spielberg.

Clube de Combate

(Domingo, 22.09.02, TVI)

Houve quem, na altura da estreia em 1999, acusasse este filme de estar eivado de ideologia criptofascista, por apresentar a crua história de cidadãos anónimos que se entregavam, aos fins-de-semana, a combates clandestinos cada vez mais brutais e auto-destruidores, onde os contendores encontravam sentido para as vidas geralmente vazias e sem horizontes. Dito assim, até parece haver razão em tais críticas, só que o filme (tal como a vida) é muito mais complexo do que isso. Relevo para a interpretação de **Brad Pitt**, aqui a verdadeira figura demoníaca do filme.

Marte Ataca

(Segunda-feira, 23.09.02, RTP-1)

Tim Burton é um dos realizadores mais ou menos visionários saídos nas últimas fornadas de Hollywood, autor, por exemplo, de dois grandes sucessos do calibre de **Batman** e **Eduardo Mãos de Tesoura**. **Marte Ataca** é uma nova incursão pela fantasia em tom de caricatura mordaz, desta vez recriando a atmosfera dos velhos filmes de Hollywood de Ficção Científica e a paranóia norte-americana das invasões de extraterrestres. Resulta daqui uma obra quase de animação em imagem real, onde o tom subversivo e provocatório se alia a uma atmosfera de farsa surrealista numa América bem real. Uma divertida comédia



Elisabeth conta-nos, sumptuosamente, os primeiros anos do reinado de Isabel I de Inglaterra



A Cor do Dinheiro, de Martin Scorsese, é já um clássico do cinema norte-americano dos anos 80

de sabor «retro», construída com gozo visual e virtuosismo técnico, contando ainda com um respeitável elenco, onde se destacam os nomes de **Jack Nicholson**, **Glen Close**, **Pierce Brosnan**, **Annette Benning**, **Sara Jessica Parker**, **Michael J. Fox** ou **Danny DeVito**.

Quinta, 19

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Elisabeth» (Filme. Ver Destaque)
00.30 Serviço de Urgência
01.30 24 Horas
01.45 «Tinner Maldição» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 Sinais do Tempo
14.00 Jack e Jill
15.00 Cielismo
Volta a Espanha
16.30 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Mito Eternos
19.00 O Homem e o Animal
20.00 Viver no Campo
20.30 Amigas do Peito
21.00 Sim, Amor
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «O Mandarim» (Filme)
01.45 Uma Religião Perseguida

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
15.15 Walker, o Ranger do Texas
17.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Fúria de Viver
00.15 Animais
01.00 «A Cor do Dinheiro» (Filme. Ver Destaque)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 Ally McBeal
02.00 «O Caçador de Sonhos» (Filme)
04.15 Frasier

Sexta, 20

▼ RTP1

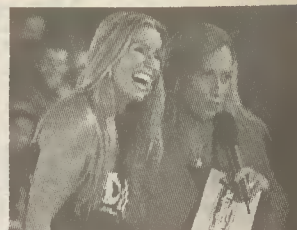
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Regras da Casa» (Filme)
00.30 Serviço de Urgência
01.30 24 Horas
01.45 «Despedida de Solteiro» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 Retratos: «Jean Paul Riopelle»
14.00 Jack e Jill
15.00 Pasteur ou Les Chemins de la Vérité
15.45 Cães de Raça
16.30 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 Amigas do Peito
21.00 Sim, Amor
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Dom Quixote» (Filme. Ver Destaque)
01.30 Expresso Mauritânia, o Combio do Deserto

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
15.15 Walker,



O triunfo de Teresa Guilherme sobre o «jet-set»...

Sábado, 21

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
10.15 «Pequenos Rebeldes» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top
15.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Benfica-União Leiria
23.00 «O Craque» (Filme)
00.45 24 Horas
01.00 «Boa Noite Vienn» (Filme)

▼ RTP2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 A Rainha e o País
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 História de Nikita
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Briteom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)



Gravura de Riopelle, um famoso pintor canadiano nascido em 1923, para conhecer amanhã à tarde na RTP2

o Ranger do Texas
17.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Fúria de Viver
00.15 «A Qualquer Custo» (Filme)
02.15 Sexappeal

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «One Kill» (Filme)
03.15 Frasier

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.45 A Vingadora
16.45 Air America
17.45 «Lutar para Vencer» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 «Código de Conduta» (filme)
00.30 Amante Latino
01.30 No Fim do Mundo

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 «Eu e o Meu Clones» (Filme)
17.30 «A Jóia do Nilo» (Filme. Ver Destaque)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «O Último Suspeito» (Filme)
02.00 «Recomeçar do Nul» (Filme)



A RTP do PSD recon-
duz Judite de Sousa à
Grande Entrevista

Domingo, 22

VRTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.30 «3 Ninjas Knuckle Up» (Filme)
- 12.00 Bombordo
- 12.30 Planeta Azul
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 O Mundo Perdido
- 17.00 «Happy Texas» (Filme)
- 18.00 Hóquei em Patins - Benfica-Porto
- 19.30 Fábrica das Anedotas
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Contra-Infomção Fim-de-Semana
- 22.00 O Elo Mais Fraco
- 23.00 Domingo Desportivo
- 00.45 24 Horas
- 01.00 «A Face do Criminoso» (Filme)

VRTP 2

- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.00 Os Carvoeiros
- 13.00 Untamed Australia
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 As Origens do Homem
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 A História de Nikita
- 21.00 Artes e Letras
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Artes de Palco «A Musical Romp with Mel Brooks»
- 00.30 Odisseia nas Imagens
- 02.00 2010 (Rep.)

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Jornada Radiosa» (Telefilme)
- 16.00 «Perdidos em Africa» (Filme)
- 18.00 «Inspector Gadget» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Herman Sic
- 24.00 «Mitos Urbanos» (Filme)
- 02.15 No Fim do Mundo

TVI

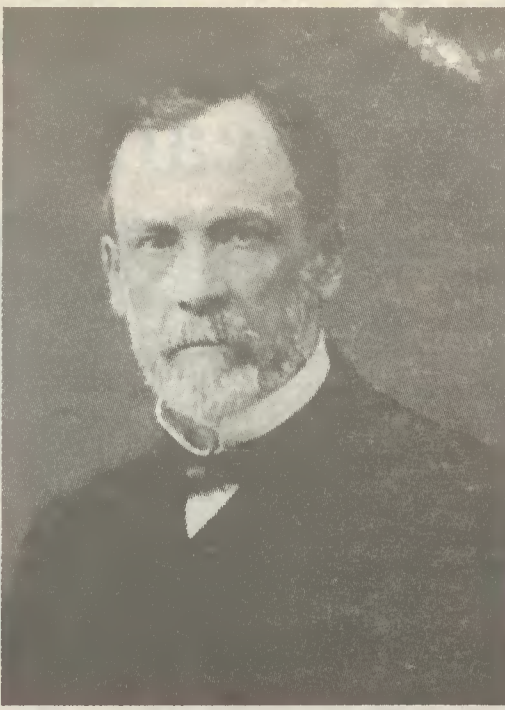
- 07.30 Super Batatoon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Feita por Encomenda» (Filme)
- 17.00 «Godzilla» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Super Pai
- 22.15 Dinotopia
- 24.00 Compacto BB Famosos (Filme)
- 01.30 «Clube de Combate» (Filme)

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 Dawson's Creek
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vídas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 00.15 Imagens que Falam
- 01.0 Ficheiros Secretos
- 02.00 1ª Vaga
- 03.15 Frasier



Bombordo, maravilhas do mundo subaquático



Pasteur - Os Caminhos da Verdade, vida e obra de um homem superior (na RTP2, sexta à tarde)

Segunda, 23

VRTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Vencedores
- 16.00 Marisol
- 16.50 Via Aberta
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Sorte Grande
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Marte Ataca» (Filme)
- 00.45 Serviço de Urgência
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «Pólvora Seca» (Filme)

VRTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.30 Bombordo
- 13.00 Jack e Jill
- 14.00 O Lugar da História
- 15.00 Ciclismo Volta a Espanha
- 16.30 Informação Gestual
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.00 Mulheres, a sua Realidade
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Amigas do Peito
- 21.00 As Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «Ulisses» (Filme)
- 02.00 Martin Luther King

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.45 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 21.30 Malucos do Riso
- 22.15 Esperança
- 23.15 Fúria de Viver
- 00.15 Perseguições Policiais
- 01.15 «Amor à terceira Vista» (Filme)
- 03.30 Nova Lorque Levantado do Chão

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 Dawson's Creek
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vídas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.00 Gala BB
- 00.45 «The Deadly Look of Love» (Filme)
- 02.45 Frasier
- 03.15 Animals do Mundo

Terça, 24

VRTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Vencedores
- 16.00 Marisol
- 16.50 Via Aberta
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 22.00 O Elo Mais Fraco
- 22.50 «Contágio» (Filme)
- 01.15 Futebol - Liga dos Campeões (Resumo)
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «Nome de Código "Gata Negra"» (Filme)

VRTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.30 Bombordo
- 13.00 2010
- 14.00 Jack e Jill
- 15.00 Estações e Musas Alemãs
- 15.45 Cães de Raça
- 16.30 Informação Gestual
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Onda Curta
- 19.00 Páginas de Estrada
- 19.30 Viagem pela Natureza
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Amigas do Peito
- 21.00 As Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Eden
- 00.00 «The Baleony» (Filme)
- 02.00 A Ilha de Patmos

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.45 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 21.30 Malucos do Riso
- 22.15 Esperança
- 23.15 Fúria de Viver
- 00.15 «Crime na Universidade» (Filme)
- 03.30 Além do Protesto

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 Dawson's Creek
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vídas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.00 Gala BB
- 00.45 «The Deadly Look of Love» (Filme)
- 02.45 Frasier
- 03.15 Animals do Mundo

Quarta, 25

VRTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Vencedores
- 16.00 Marisol
- 16.50 Via Aberta
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 19.40 Futebol - Inter Milão-Ajax Amsterdão (Liga de Campeões)
- 21.45 Telejornal
- 22.45 O Elo Mais Fraco
- 23.15 Liga dos Campeões (Resumo)
- 00.15 Serviço de Urgência
- 01.15 24 Horas
- 01.30 «Assalto em Telavive» (Filme)

VRTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.30 Bombordo
- 13.00 Por Outro Lado
- 14.00 O Lugar da História
- 15.00 Ciclismo - Volta a Espanha
- 16.30 Informação Gestual
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Bombordo
- 19.00 Mulheres, a sua Realidade
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Amigas do Peito
- 21.00 As Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Crónica do Século
- 24.00 «Sicília» (Filme)
- 01.45 Les Samurais de la Piste

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.45 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite



- 21.00 Não Há Pai!
- 21.30 Malucos do Riso
- 22.15 Esperança
- 23.15 Fúria de Viver
- 00.15 Hora Extra
- 01.15 «Antes e Depois» (Filme)

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 18.30 Anjo Selvagem
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 00.15 «A Fonte» (Filme)
- 03.00 Frasier

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Lembrar a Palestina

Para além dos acidentes rodoviários, catástrofes aéreas, inundações e outras desgraças que, como bem se sabe, fazem os encantos dos telenoticiários nacionais, o tema do momento, situado já num plano outro que é o da extrema gravidade, é a Santa Cruzada que W. Bush prega e se apronta para desencadear contra Saddam Hussein. Porém, não me apetece vir aqui dizer o que seria importante mas, espero, não constituiria novidade para nenhum leitor deste jornal: que neste momento todos os grandes *media* ocidentais estão empenhados em fazer o que generosamente podemos designar por «informação de guerra», isto é, propaganda que leve as populações civilizadas e cristãs ao pleno convencimento de que Saddam é o diabo em pessoa e de bigode, capaz de levar o Iraque a fazer o que nenhum outro país fez. Estou a referir-me, é claro, ao fabrico

Yasser Arafat e os territórios da grande parte mítica autonomia palestina. Vem a propósito dizer que não sou um consumidor incondicional de quanto o «História» nos fornece, muito antes pelo contrário, mas que o meu cepticismo que quanto a ele é de regra comporta excepções que podem ser importantes. Este foi um desses casos. No trabalho da La Sepi em associação com a ARTE, datado já de 98, colhi elementos que é útil recordar agora, notando-se que de então para cá alguns deles se agravaram, e muito. Para começar, a reportagem recordou-me que Arafat foi eleito presidente da Autoridade Palestiniana com 80% dos votos em eleições vigiadas por observadores internacionais, pelo que a W. Bush, eleito com menos votos que o seu competidor graças a passes de mágica escandalosos, não sobra nenhuma autoridade moral para o contestar. E esta informação foi a menos importante de quantas recebi.

Alguns dados entre muitos

Importante foi lembrar-me o dado fundamental: a fundação do Estado de Israel em 1948, graças à vontade das potências ocidentais, levou a que 800 mil palestinos fossem expulsos de suas casas e atirados para tendas em regiões áridas, com a promessa nunca cumprida de em breve serem realojados. Importante foi ouvir um palestino de 73 anos dizer que foi expulso de casa com 22 anos e continua hoje a ser um refugiado em abrigo supostamente provisório. E, quando lhe falam da sonhada paz, responder que é difícil «estar em paz com alguém que tem a minha propriedade, os meus direitos, a minha terra, todos os meus bens». Importante foi ouvir uma mãe falar de como viu o filho depois de torturado (e afinal depois libertado decerto por não se apurar culpa sua) ou saber que a única forma de milhares de palestinos trabalharem e subsistirem é irem trabalhar para Israel quando os israelitas deixam, o que nem sempre acontece. De qualquer modo, esses trabalhadores hão-de ter mais de 35 anos de idade. os mais novos não passam (e provavelmente, só lhes resta o caminho dos atentados mais ou menos suicidas). Tal como foi importante ouvir Eyad Sarraj, psicólogo e presidente local da Comissão dos Direitos Humanos, testemunhar que 55% das crianças palestinianas já viram o seu pai indefeso ser espancado por israelitas, e que esse facto, adicionado a terem ficado sem casa, dinamitada pelos soldados de Israel a título de «precaução», gera nos garotos um sentimento de insegurança que vai condicioná-los ao longo de toda a vida. Importante, enfim, foi tudo quanto ali se ensinou ou lembrou. E anda a ser muito esquecido, enquanto, na Palestina ocupada e diariamente ultrajada, o massacre continua, agora a contagotas.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

E agora?

A administração norte-americana de George W. Bush está em vias de desacreditar em definitivo a ONU, ao mesmo tempo que – com imensa dificuldade – digere um monumental sapo: afinal, já não pode marchar contra o Iraque de imediato e em força. Porquê?

Porque, simplesmente, o regime de Saddam Hussein acabou de declarar que autoriza a entrada, sem condições, de quaisquer inspeções da ONU no território do Iraque para detecção de armamento.

Desconfortável, a Casa Branca fez imediatamente saber que não acredita em Saddam Hussein, afirmando que ele se tornou perito em «iludir» as Nações Unidas com promessas mentirosas.

E tem boas razões para não acreditar.

Na verdade, a história de Saddam Hussein é um acervo de traições, desde que, apoiado pelos EUA, liquidou toda a oposição no partido Bahas que tomou o poder no Iraque (começando por assassinar e destruir os comunistas iraquianos que integravam essa frente), para se instalar ele próprio num protagonismo ditatorial abençoado (e protegido) por todas as administrações norte-americanas, o que fez dele um aliado preferencial e muito estimado da «grande América», que o apoiou longamente e de modo determinante, como aconteceu na prolongada e sangrenta guerra que o Iraque travou com o Irão, nessa altura chegando ao ponto de utilizar contra os iranianos armas químicas cuja produção foi ajudada... pelos EUA.

Mas o próprio Saddam também tem bastas razões para não se fiar no seu amigo americano que, de aliado compreensivo e tolerante, se transformou repentinamente num inimigo poderoso e assanhado, a fazer tábua-rasa de todos os compromissos e solidariedades construídos durante décadas de aplicada colaboração. Portanto, quanto a mentirosos nenhum se safá, são-no os dois, ambos a mentir com igual aplicação e descaramento e uma única diferença: Saddam mente ditatorialmente e a administração Bush fá-lo com obrigações democráticas.

É por isso que, na Casa Branca, se está a digerir um monumental sapo com esta declaração do regime iraquiano, fruto dum não menos monumental contradição: o facto de uma administração de extrema-direita ocupar, actualmente, o poder num regime que se afirma democrático – e exemplarmente democrático – como é o caso do norte-americano.

Na verdade – e para manter as aparências – a administração Bush lá se dispôs a submeter à aprovação da ONU a sua decisão de fazer guerra ao Iraque.

Como também necessita de salvaguardar algumas aparências, a ONU exigiu ao Iraque a aceitação incondicional das suas inspeções, sob pena de apoiar (e, portanto, legitimar) a agressão directa dos EUA.

Estava tudo bem encaminhado para o início do ataque ao Iraque devidamente legitimado pela própria ONU (assim o indicavam as farroncas de Saddam Hussein a exigir condições para aceitar o regresso das inspeções), quando o regime de Bagdad se saiu com esta surpresa.

Aceita, sem restrições, o diktat imposto pela ONU, o que deixa o mundo e os próprios EUA sem margem de manobra ou pretexto para a agressão.

Dal a afirmação, já feita pelo próprio George W. Bush, de que não acredita nem se importa com a proposta iraquiana, pois o seu objectivo continua a ser derrubá-lo pela força. O que deixa exposta a intolerável arrogância com que os EUA já se comportam abertamente em relação ao mundo, onde se propõem agir contra quem entenderem, sem justificações ou o mínimo respeito por quem, ou o que quer que seja. Pelo que não é apenas o Iraque que continua na mira das armas norte-americanas: quando elas abrirem fogo contra os iraquianos, arrasarão igualmente o prestígio que resta às Nações Unidas.

Atrasos nos pagamentos de prestações sociais

Governo alheado

Desde o início do ano que se estão a registar atrasos na atribuição e pagamento dos subsídios de desemprego, de doença e de maternidade e na atribuição das pensões de reforma requeridas, denunciou, na terça-feira, a Comissão para as Questões da Segurança Social do PCP.

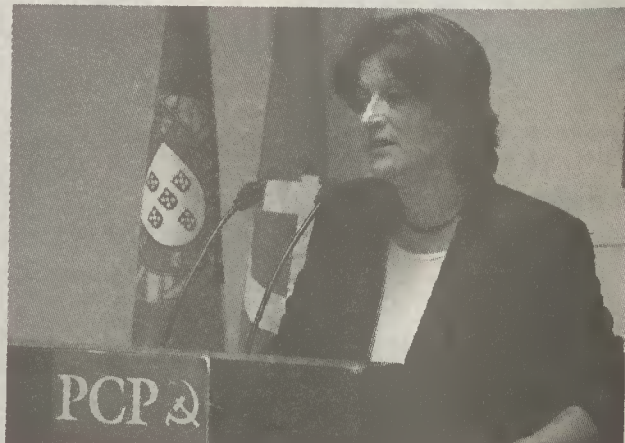
Em conferência de imprensa, realizada no CT Soeiro Pereira Gomes, Fernanda Mateus, membro da Comissão Política, garante que o PCP vai confrontar o Governo com estes atrasos, cuja causa, em sua opinião, residem em problemas existentes no registo de remunerações e contribuições, que os Serviços de Segurança Social tentam obviar pedindo aos beneficiários que façam prova, através dos recibos de vencimento dos últimos sete meses, de que está verificado o prazo de garantia para a sua atribuição.

Para além dos inadmissíveis prejuízos que acarreta aos beneficiários, a situação está a gerar a falta de transparência e controlo dos dinheiros da segurança social

Se os responsáveis políticos tivessem o padrão de vida dos beneficiários lesados «talvez pensassem duas vezes», acusa o PCP, lembrando que esta é ape-

do PS) que encare os custos da administração e não acrescenta eficácia à prestação do serviço público.

Entretanto, tudo se agravou com a celebração de um contrato com uma empresa privada que passou a assumir parte deste serviço, sem que fosse sequer salvaguardado qualquer período de transição para testar a fiabilidade do novo sistema de processamento e prevenir eventuais riscos. Ou seja, uma «pequena» privatização (que, aliás, teve lugar com o governo



Fernanda Mateus

munerações e contribuições. É certo, diz Fernanda Mateus, que não foi o Governo do PSD/PP a criar esta situação, mas é certo, também, que ele não tomou qualquer medida concreta com vista a superar os problemas de descoordenação de informação nas estruturas nacionais e regionais de segurança social, a garantir o direito à informação específica dos beneficiários e das entidades patronais sobre as respectivas situações ou a combater a evasão e a fraude.

As medidas do Governo «dirigem-se exclusivamente para fazer retroceder direitos dos trabalhadores nestas matérias» e para a rápida aprovação de uma nova lei de segurança social «que dê satisfação à transferência de importantes receitas do sistema público de segurança social para a gestão privada dos bancos e das seguradoras», concluiu a dirigente comunista, exigindo a rápida superação dos atrasos e a reparação dos prejuízos que estão a atingir os beneficiários.



Os mais desfavorecidos são os primeiros a serem esquecidos pelo Governo

Ano lectivo começa mal

PCP «chumba» ministros

António Abreu, membro da Comissão Política do PCP, considerou, na segunda-feira, que os ministros da Educação e do Ensino Superior merecem «chumbar», pois das medidas que tomaram, em vez do «rigor e a qualidade» prometidos, apenas resultaram «mais exclusões na base de crivos sociais».

De uma primeira avaliação ao início das aulas, ressaltam dois aspectos que merecem desde logo a crítica de António Abreu: o acréscimo assinalável do preço dos livros e materiais escolares e o elevado número de professores que ficaram por colocar.

Relativamente ao primeiro aspecto, o dirigente comunista diz que ele impede, na prática, que os filhos das famílias mais carenciadas possam estudar. A propósito, lembra que a proposta apresentada há dois anos pelo PCP para a gratuidade dos manuais recolheu a abstenção do PSD que, pela voz do então deputado e agora ministro David Justino, justificou a posição por «discordar profundamente do princípio».

Quanto às dezenas de milhar de professores neste momento sem trabalho, António Abreu diz que a sua função não é apenas dar aulas e criticar o ministro David Justino por não ter tomado as medidas políticas para os absorver, quer no

ensino básico quer no secundário. Ou seja, destacando-os, por exemplo, para autarquias e outras instituições sociais, para apoio a grupos de alunos que se encontram em situação

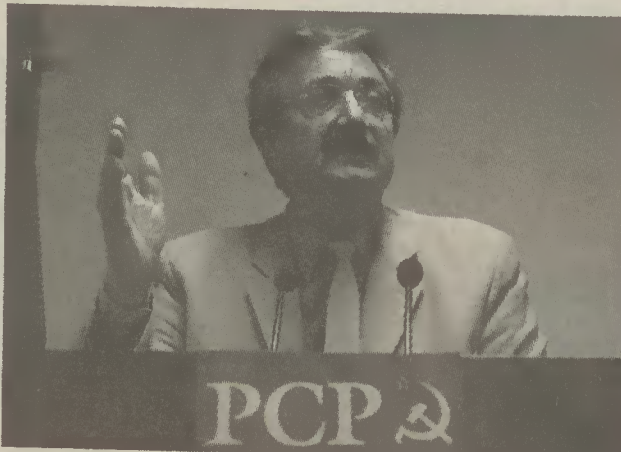
professores que iniciam a sua actividade profissional pudessem encontrar ajuda. Mesmo no seio da própria escola deveria haver um espaço para a educação docente, onde os professores procedessem ao aprofundamento do trabalho pedagógico, a troca de experiências, ao acompanhamento do estudo dos alunos.

António Abreu denunciou, também, o facto de o ministro da Educação estar a querer tirar direitos aos educadores, através da modificação dos

Estatuto persecutório

No que respeita à introdução da Educação Moral e Religiosa nos períodos lectivos no 1.º Círculo, este dirigente reitera a posição já assumida na semana passada (pág.6), quanto à necessidade de verificação da sua constitucionalidade, e critica duramente o estatuto Disciplinar para os Estudantes, agora introduzido, por basear-se em posições «xenófobas e persecutórias», em vez de se preocupar com as verdadeiras causas da indisciplina e insucesso escolares, entre elas, o estado das instalações, a falta de equipamento pedagógico e de ensino intercultural, a escassez na Acção Social Escolar.

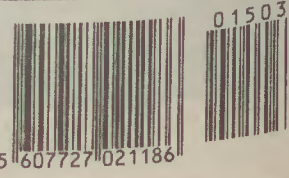
Deixando uma última crítica ao ministro do Ensino Superior por não ter transferido verbas para os aumentos salariais deste ano e ter cortado nos orçamentos - impedindo que as Universidades funcionem mais do que nove meses -, António Abreu concluiu pela justeza de «chumbar» os dois ministros.



António Abreu

de insucesso escolar, para integrar as equipas encarregadas de tirar crianças da rua para a escola ou, ainda, em Centros de Recursos Educativos nas autarquias, onde os

seus horários e do acréscimo de tarefas que não lhe competem, e defende a implementação de um plano de emergência para o pré-escolar e 1.º ciclo, o «parente pobre» do sistema.



5 607727 021186

01503